

## **Estudos Gerais da Arrábida**

### **A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA**

#### **Painel dedicado à Guiné (27 de Agosto de 1996)**

**Depoimentos do coronel António Ramos<sup>1</sup>, embaixador João Diogo Nunes Barata<sup>2</sup> e general Hugo dos Santos<sup>3</sup>.**

**Manuel de Lucena:** Queria só dizer que é preciso tomar em conta as questões que ficaram em aberto na intervenção do senhor coronel António Ramos.

**Embaixador Nunes Barata:** Correndo embora o risco de referir alguns factos, o que gostaria de fazer depois numa intervenção mais articulada, mas aproveitando a presença do António Ramos – não sei se vais ficar aqui toda a manhã – queria só, não rebater, mas discordar um pouco de duas ou três afirmações que fizeste. Afirmações que não são sobre factos, mas opiniões. A primeira é a de que o livro [do general Spínola] era pouco importante quando foi publicado. Eu acho que o *Portugal e o Futuro* foi muito importante, ainda era muito importante quando foi publicado; a tal ponto que despoletou uma revolução. O próprio general Costa Gomes, aquando da tomada de posse do Presidente António de Spínola, no dia 15 de Maio de 1974, em Queluz, o afirmou: «Foi o livro *Portugal e o Futuro* que despoletou a Revolução das Flores, foi o ideário da Revolução da

---

<sup>1</sup> António Joaquim Ramos (n. 1942 - m. 1997): Oficial Pára-quedista. Ajudante de campo do general António de Spínola na Guiné.

<sup>2</sup> João Diogo Nunes Barata: Alferes miliciano na Guiné (1970). Secretário e, posteriormente, chefe de gabinete do Governador da Guiné, general António de Spínola (a partir de Maio de 1971). Adjunto diplomático da Casa Civil do Presidente da República, António de Spínola (Maio a Setembro de 1974). No desempenho deste cargo, colaborou no processo de descolonização. Delegado do MNE na Junta de Salvação Nacional.

<sup>3</sup> Hugo dos Santos (n. 1933 - m. 2010) Oficial de Infantaria. Fez comissões em Cabo Verde, Angola e Guiné. Membro do MFA, participou na preparação do 25 de Abril e foi responsável pela criação do MFA em Angola. Assessor do General Costa Gomes. Integrou a delegação portuguesa que negociou a independência da Guiné e de Cabo Verde.

Abril». O livro foi importante - o seu conteúdo talvez menos, mas isso é outra coisa. Agora, a publicação naquele momento foi extremamente importante porque abalou aquela estrutura já de si bastante corroída. Foi, de facto, o golpe final no antigo regime.

Depois, a afirmação que fizeste [António Ramos] de que já era um pouco utópico querer dar a liberdade a conta-gotas. Com certeza que sim, mas o general Spínola não queria dar liberdade a conta-gotas. Ele queria dar a liberdade. O que ele não queria era dar a independência. Ele queria dar às pessoas a liberdade de optarem. Quando ele defendia à *outrance* a tese da auto-determinação ele não estava a fazer mais do que a querer pôr em prática a linha defendida pelas Nações Unidas, à qual o antigo regime se tinha sempre oposto, e que o novo regime, saído do 25 de Abril, estava disposto a pôr em prática: garantir aos povos das colónias portuguesas o direito à autodeterminação. Portanto, ele queria dar-lhes toda a liberdade, não a conta gotas. Queria dar-lhes a liberdade. Agora, não queria tirar-lhes a liberdade de optarem, que foi o que aconteceu. Portanto, tirou-se-lhes a liberdade de optarem e impôs-se-lhes ... entregou-se o poder a um dos participantes, depois, ver-se-ia se era o que tinha mais credenciais para o tomar ou não. Portanto, ele não queria dar a liberdade a conta gotas – queria dar, de facto, a liberdade, de optar, que não existia. O livro foi importante e a posição do general não era utópica.

Quanto à descolonização possível ... Ah, havia uma outra afirmação tua: a de que o encontro com o Amílcar Cabral não se realizou porque Cabral morreu. Eu não sei se, se Cabral ainda fosse vivo, o encontro teria tido lugar. Eu nessa altura já não estava na Guiné. Já tinha acabado a minha comissão e regressado a Lisboa. Tenho correspondência do general para mim e minha para o general relativamente à morte de Amílcar Cabral – mas eu não sei se Spínola nessa altura já estava determinado a desobedecer a Marcello Caetano. Porque o ponto era este: Marcello Caetano proibiu Spínola

de ter contactos com Amílcar Cabral. Eu lembro-me, ainda lá estava nessa altura (saí de lá em Novembro de 1972), a morte de Amílcar Cabral teve lugar no início de 1973. Mas um dia entro no gabinete, o general volta-se para mim, e diz: "Não recebemos a luz verde; os tipos estão doidos!". Foi o comentário que ele fez. Que de Lisboa não tinha recebido luz verde para o encontro com Cabral. Eu não sei se, não tendo recebido essa luz verde, Spínola, nessa altura, já estava disposto a desrespeitar a ordem de Lisboa e mesmo assim ter um encontro que era difícil manter secreto. Não sei, confesso que não sei. Não digo que ele se realizaria se Cabral não tivesse morrido, não sei. E por acaso nunca falei com ele sobre isto, se ele estaria ou não disposto a desobedecer a Lisboa e a ter um encontro com Cabral.

Outro é o problema da descolonização possível, se a descolonização era a possível ou não era a possível. Eu tenho dito, em muitas das palestras que tenho realizado agora em Itália, quando sou solicitado para falar dos 20 anos de democracia em Portugal, tenho-me referido à descolonização como a descolonização possível. A descolonização era a possível, tendo em vista a conjuntura portuguesa da altura, não tendo em vista a conjuntura internacional. Porque eu penso que, tendo em vista a conjuntura internacional, era possível fazer uma outra descolonização. Quer os EUA, quer a Inglaterra, quer a Alemanha, quer a França, quer a Itália o que queriam era que Portugal descolonizasse. E queriam que Portugal descolonizasse por razões várias. Porque eles também tinham descolonizado, porque aquilo era irritante nas suas relações com o Terceiro Mundo, porque tinham como aliado na NATO um país que teimava em não descolonizar e, portanto, era uma coisa irritante para eles. Por outro lado, evidentemente, eram mercados vastos que se abriam às suas economias, mas esse é outro ponto... Agora, eles estariam certamente mais interessados num processo de descolonização que garantisse que aqueles territórios ficariam na órbita ocidental e não na órbita da União Soviética. Portanto, era possível uma outra

descolonização e, para essa outra descolonização, nós teríamos certamente apoios internacionais das maiores potências ocidentais. Teríamos, certamente. Portanto, ela só foi a descolonização possível dada a conjuntura portuguesa na altura. Por isso é que o general Spínola, e muito bem, se referiu à descolonização como uma «fatalidade conjuntural». Foi de facto uma fatalidade conjuntural. Foi aquilo que se pôde fazer dadas as condições internas, mas não dadas as internacionais, porque eu penso que as internacionais eram propícias a outro tipo de descolonização.

**António Ramos:** Em relação ao livro, efectivamente, expliquei-me mal. O que eu pretendia dizer é que o livro já não tinha a importância que teria o início de um processo descolonização unilateral a realizar [pelo MFA da] Guiné - isso teria muito mais impacto do que o livro na altura em que ele foi publicado.

O livro em si é importante na medida em que os capitães da época lhe chamavam a «Bíblia», mas, efectivamente, o seu conteúdo, como disse o Nunes Barata, realmente já estava requeentado. Eu não queria, de modo nenhum, que ficassem a pensar que o livro não tinha importância nenhuma. Agora, não tem é a importância para além da de despoletar mais umas quantas consciências. Julgo que mesmo sem livro o movimento militar que se avizinhava já era imparável. Demorasse mais tempo ou menos tempo, fosse mais à direita, mais à esquerda... O livro talvez tenha tido a virtude de conseguir uma certa convergência [para que] nós não vivêssemos o período do golpe do Kaúlza, depois a seguir o golpe de outro, e depois de outro ... para que se juntasse tudo no mesmo golpe. Talvez tenha sido essa a importância.

Relativamente à outra questão [da liberdade e da autodeterminação], que nem sequer contesto – estou inteiramente de acordo contigo. Agora, sobre o Amílcar não estou. Não estou, por o general Spínola ter sido mandado chamar e ter dado por terminada a comissão dele exactamente após a morte do Amílcar Cabral. Ele considera que

acabou, retiraram-lhe o objectivo de conquista: «Eu não estou aqui a fazer nada. Para comandar isto agora qualquer cabo serve» – foi essa a posição dele. Portanto, que ele estava firmemente disposto a desobedecer a Lisboa, estava. Até vou mais longe. E vou revelar uma coisa que só daqui por vinte anos é que deveria ser revelada. Chegou-se a ter dois aviões, julgo que eram *boeings* militares, retidos na Guiné durante algumas horas, para embarcar neles comandos africanos e forças pára-quadistas, para virem, no entender de quem tinha isso preparado, «acabar com a fantochada à Metrópole». Isso esteve preparado, foi um pouco o bom senso do general que começou a pensar exactamente no que o outro militar não pensou: «O que é que eu faço a estes pretos no meio das avenidas em Lisboa?» E só isso, e sobretudo isso, o conhecimento que ele tinha da guerra, é que permitiu que não se avançasse com essa solução. Porque essa solução esteve preparada pelo Estado-Maior do general Spínola. Eu próprio estava para participar nela.

**Embaixador Nunes Barata:** Na altura do Congresso dos Combatentes.

**António Ramos:** Na altura do Congresso dos Combatentes. Devo dizer que também não acreditava muito no que é que eu ia fazer com trezentos... Eu comandava nessa altura um centro de operações especiais e só tinha trezentos negros. Já sabia que na primeira esquina aqui no Terreiro do Paço ficava sozinho e cada um ia procurar qualquer coisa. De qualquer maneira, esta solução esteve prevista, o que quer para mim dizer que o general Spínola, a partir de determinada altura, quando viu que não havia outra solução para o seu país, aliás, ele usava muito uma expressão interessante que era de um militar jugoslavo da segunda guerra mundial: a certa altura perguntam a esse chefe militar que esteve sempre isolado nas montanhas como é que ele sabia que estava a combater o inimigo certo ou o inimigo errado. E ele respondia: «É muito simples, encosto o ouvido à terra e oiço o seu palpar, de certeza que a terra não me

engana». Portanto, o general Spínola, a partir de determinada altura, encostou o ouvido à terra e disse: «Isto acabou. O palpar do meu país não tem rigorosamente nada a ver com as ordens emanadas do poder central». Se quiserem, será aí o momento de rebelião do general. A morte do Amílcar acabou praticamente com qualquer interesse ...

**Manuel de Lucena:** Já agora uma pergunta. Com essa disponibilidade para resistir, em vez de mandar tropas pára-quedistas, de negros ou não, passear para as ruas de Lisboa por altura do Congresso dos Combatentes, porque é que não se revoltou lá? Ele na Guiné tinha o poder militar e político.

**António Ramos:** Não se revoltou lá?

**Manuel de Lucena:** Não se revoltou lá. Nunca consideraram isso?

**António Ramos:** Essa foi a alternativa, foi a alternativa deixada. Só que depois ...

**Manuel de Lucena:** Quando se foi embora capitulou.

**António Ramos:** A análise que ele fez da situação era um bocadinho já diferente da da altura do Congresso dos Combatentes. O general Spínola nessa altura ficou convencido de que o marcelismo já não dava nada, mas que os homens não teriam a coragem suficiente para lhe dar a cobertura na retaguarda. E um militar a revoltar-se... não é o Franco em Marrocos, que é só atravessar o estreito. Uma revolta na Guiné implicava uns meios logísticos de tal ordem e movimentos tais da metrópole para lá ... efectivamente, não era possível, não era possível. E ele era realista nesse aspecto.

**Fátima Patriarca:** O caso da Índia não pesava em todo esse processo?

**António Ramos:** O caso da Índia era um fantasma para todos nós, pelo menos os que combatemos em Angola e na Guiné. Foi onde eu combati. Quer em Angola quer na Guiné, convivi com militares que tinham estado na Índia, profundamente traumatizados, que não perdoavam ao poder a forma como foram tratados quando cá

chegaram. Como também não perdoavam a falta de meios para se oporem mínima e honrosamente. E a questão é esta. Se quiserem, conto um episódio. O hoje coronel Catroga Inês, na altura era alferes, comandava um pelotão que estava junto de uma das fronteiras e que tinha pedido munições para se defender minimamente, para dar uns tiros, para pelo menos salvar a honra do convento. E nunca lhe entregaram as munições. Ele tinha seis balas por soldado! Nunca chegou mais nada. Portanto, ele sentia uma revolta profunda, por duas razões: a primeira, tinha sido maltratado por falta de apoio logístico na Índia; a segunda, tinha sido maltratado cá, porque em lugar de ter sido recebido com honras militares, foi recebido e metido no cárcere e maltratado. Mas como não tinham nada contra ele, voltou para uma unidade. Outros houve que não voltaram para unidades. Caso concreto de um que julgo que é hoje coronel e que fez exactamente o mesmo que fez o Catroga, mas que, por um poder discricionário qualquer, possivelmente por ter os olhos azuis e o outro ter os olhos verdes, foi expulso do exército e só voltou a regressar depois do 25 de Abril. Portanto, o fantasma da Índia perseguia-nos a todos, aos que lá estiveram e àqueles que não estiveram. E era um dos fantasmas que nos perseguia quando procurávamos a todo o custo uma solução para a Guiné, para Angola, para Moçambique. Era um dos pontos fundamentais, de que se falava quase diariamente nas messes de oficiais. Era na questão da Índia. E falava-se obviamente com pouco respeito pelo poder central. Ou nenhum, ou nenhum.

*O embaixador Nunes Barata refere o nome de Carlos Azeredo.*

**António Ramos:** Temos dois casos concretos: o chefe da casa militar do ex-Presidente da República Mário Soares, o general Azeredo, que nunca mais acertou as agulhas todas. Exactamente porque ficou sem a Índia. Passou a ter algumas agulhas a bater muito mais rapidamente do que outras, exactamente pelo que se passou na Índia. Ele na Guiné vivia, aliás, tu [Nunes Barata], és testemunha, apesar de estar em Bissau, de ter sido colocado num

lugar de descanso, ele tinha vindo de uma comissão anterior na Guiné com o general Schultz, onde tinha estado violentamente embrulhado no Olossato. E quando o general Spínola foi, chamou-o, sim, mas chamou-o para Bissau, para o quartel-general dele. E, apesar de estar no quartel-general, nunca deixou dormir no chão para não se desabituar por causa da Índia. Para não se desabituar. Tem aí um exemplo, com quem eu convivi diariamente.

**Jorge Almeida Fernandes:** Só mais um apontamento sobre a força aérea: o coronel [?] em Moçambique, a quem foi atribuída uma missão de chegar à Índia e bombardear. Só que ele tinha um problema: os jactos não tinham raio de acção para voltar. E ele recusou-se e a partir daí caiu em desgraça. E, no entanto, era um piloto competentíssimo, foi das poucas pessoas convidadas a pilotar o caça F5. São os caças que hoje em dia estão na força aérea. [...] Era um homem competentíssimo que foi posto à margem.

**António Ramos:** Já que estamos a desfiar esse rol de recordações, eu recorro, e ainda hoje estou para saber quem é o responsável que, a determinada altura, o general Vassalo e Silva mandou ir aos paióis buscar armamento e encontrou lá latas de conservas. A logística portuguesa tinha tomado à letra [o código em que a palavra «conservas» queria dizer munições] – isto está no depoimento do general Vassalo e Silva (façam favor, senhores historiadores, procurem-no e façam justiça a esse homem; está lá no depoimento dele).

**Luís Salgado de Matos:** Havia o código dos escuteiros em que «chouriços» queria dizer «munições».

**António Ramos:** Eu pergunto-me se terá sido por acaso. Tenho legitimamente o direito de perguntar se foi por acaso. E tenho legitimamente esse direito por uma razão: o responsável pela logística das Forças Armadas nessa altura é exactamente a mesma pessoa que permitiu o caos ou que a seguir ao 25 de Abril assumiu o poder para baralhar toda esta situação. E passou incólume. Foi



punido, sim, o general Vassalo e Silva - e ele não foi. Refiro-me concretamente ao sr. marechal Costa Gomes. Tenho as minhas dúvidas que isso tenha sido por acaso. Tenho legitimamente essas dúvidas.

**Luís Salgado de Matos:** Eu não quero ficar sem essa história. Das escassas informações que tenho, isso tanto pode ser erro [de interpretação] como da logística.

**António Ramos:** Eu acho as declarações do general Vassalo e Silva já estão acessíveis aos historiadores...

**Luís Salgado de Matos:** Posso fazer uma pergunta sobre a Guiné? Tomou conhecimento da descolonização que o Prof. Marcello, clandestinamente, estava a fazer?

**António Ramos** (rindo-se): Diz bem, diz bem... Não, eu não tinha conhecimento. E julgo que ninguém tinha, mas isso já não é do nosso tempo. Essa descolonização clandestina já era do tempo do general Bettencourt Rodrigues. O general Bettencourt Rodrigues está mal, coitado, é pena, mas ainda pode responder se teria conhecimento ou não. Ele diz que não. Da última vez que eu o encontrei foi em Oeiras, no lar da família militar. Ele está muito mal. E falámos assim ligeiramente e ele ficou de olhos abertos na altura em que saiu isso num jornal qualquer. «O quê, dizem isso? E será que ele terá feito isso sem dizer nada?», foi a reacção dele. Mais do que isso não sei.

**General Hugo dos Santos:** Ó Ramos, é só para saber uma coisa. Falaste aí no Congresso dos Combatentes, e aquilo que eu percebi é que o general Spínola é que foi o mentor do Congresso dos Combatentes.

**António Ramos:** Não, foi o contrário. Foi o contrário. A ideia do Congresso dos Combatentes nasceu de um grupo de militares na Metrópole, julgo que na maioria milicianos e de direita, e quando tivemos conhecimento disso na Guiné, utilizámos inclusivamente, com a autorização do general Spínola, meios aéreos para recolher assinaturas contra o Congresso.

*Manuel de Lucena passa a palavra a Nunes Barata.*

**Embaixador Nunes Barata:** Vou procurar fazer uma intervenção muito rápida. Quero começar por agradecer o convite que me foi feito para estar hoje aqui, porque acho que é importante, quando se quer procurar a verdade dos factos, ouvir pelo menos as pessoas que, de alguma maneira, tiveram uma intervenção directa nos acontecimentos. Por essa razão eu agradeço esse convite.

A minha participação na descolonização da Guiné, descolonização que, como o António Ramos disse, e muito bem, começou na Guiné. Quer dizer, a descolonização da Guiné não começou depois do 25 de Abril. A descolonização foi um processo que tinha em vista a transferência da soberania e da administração dos territórios coloniais para as populações desses territórios. Essa descolonização começou na Guiné sob a égide do senhor general António de Spínola.

Referindo a figura do general António de Spínola, eu quero pedir para acreditarem que ter sido colaborador muito próximo dele, quer na Guiné, quer depois aqui em Lisboa, no período muito conturbado de 1974, não vai afectar a independência com que vou referir os factos, como aliás penso já se ter verificado na intervenção que fiz há pouco quanto à sua disponibilidade para negociar com Cabral sem ter obtido a luz verde do Governo de Marcello Caetano. Mas, a minha intervenção teve lugar na Guiné depois do 25 de Abril. E com a independência da Guiné, a declaração formal de reconhecimento da independência da Guiné - que aliás foi lida por mim no Palácio de Belém, no dia 11 de Setembro de 1974 - eu pude acompanhar [o processo] desde o início até à fase final, com algumas intermitências. Naquele período, quando as negociações para a descolonização da Guiné foram entregues à equipa chefiada pelo dr. Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros, fui afastado desses contactos e desse processo de descolonização da Guiné, porque já nessa altura o general Spínola queria chamar a si a descolonização de Angola, e eu fui encarregado de algumas diligências relativas a

Angola, nomeadamente encontros com Agostinho Neto e outros que realizei nessa altura. Mas vamos falar da Guiné. A descolonização, como eu digo, começou na Guiné, e começou durante os mandatos de Spínola. Quando eu lá cheguei - eu cheguei à Guiné em Novembro de 1970, estive lá de Novembro de 1970 a Novembro de 1972 - portanto, cheguei precisamente no mês em que tiveram lugar os acontecimentos de Conacri. Eu não estava ainda nessa altura no gabinete, fui para lá como alferes miliciano, servi primeiro como defensor oficioso do Tribunal Militar e só fui para o gabinete do Governador em Maio de 1971. Mas, nessa altura, como disse o António Ramos, o general, que se encontrava na Guiné desde 1968, já tinha «encostado o ouvido à terra» e já tinha percebido que era necessário alterar a política e estava a fazê-lo na Guiné. Quando lá cheguei, pude testemunhar, nos primeiros contactos que tive depois no gabinete, que a ideia de ele escrever o *Portugal e o Futuro* e, portanto, a ideia de ele pôr em letra de forma as ideias que tinha sobre a política ultramarina portuguesa, [coisa] que aliás ele fez depois de eu lá estar, tinha vindo da leitura do Franco Nogueira. Eu um dia referi-lhe que tinha saído um livro interessante do embaixador Franco Nogueira. Ele leu o livro e, depois, lembro-me de que um dia, à hora do almoço, quando entrámos na casa de jantar - eu almoçava normalmente com ele no Palácio -, ele atira o livro para cima da mesa e diz: «Este livro necessita de uma resposta. Precisa de uma resposta. Porque este senhor fala frequentemente nas verdades permanentes e não há verdades permanentes; o mundo evolui e, portanto, aquilo que é verdade hoje, amanhã pode não ser, e aquilo que se deve fazer hoje amanhã pode ter de ser alterado. E portanto este livro precisa de uma resposta». E começou a preparar essa resposta que depois veio a transformar-se no *Portugal e o Futuro*. Portanto, já nessa altura o general Spínola entendia que era necessário dar voz à população da Guiné na gestão dos problemas que a afectavam e por isso criou a ideia dos Congressos do Povo. Os

Congressos do Povo eram uma maneira de iniciar este processo de transferência para as populações locais do direito de decidirem do seu próprio destino. Com certeza, como disse o António, com um pouco de demagogia, mas também, como ele disse, com bastante autenticidade e com desejo de entregar às populações a gestão dos seus interesses. E entregar a que populações? Entregar, como ele dizia, «a Guiné para os guinéus». Este, de facto, era um problema que esteve sempre subjacente, penso eu, à política do general relativamente à Guiné e durante toda a descolonização. Ele não aceitava, porque sabia que isso seria inaceitável para os guinéus, que a Guiné fosse governada por cabo-verdianos, para pôr a questão de uma maneira muito simples. E foi por isso que durante todo o processo de descolonização da Guiné, já depois do 25 de Abril, ele tentou, e conseguiu, que fosse reconhecida a separação dos dois problemas, o da Guiné e o de Cabo-Verde. Quer no próprio acordo de Argel, quer no comunicado final que foi publicado aquando da visita do secretário-geral da ONU, ficou no papel que uma coisa era a descolonização da Guiné, outra era a de Cabo Verde. Porque ele sabia que, de facto, os guinéus não aceitariam ser governados por cabo-verdianos. Aliás, a minha primeira missão na Guiné, foi precisamente fazer um inquérito na zona leste da província (na zona de Nova Lamego), onde as populações se queixavam da maneira como eram tratadas pelos administradores daquela zona – os administradores eram todos eles cabo-verdianos. Eu fui lá fazer o inquérito. Na altura, pensava-se que era uma luta entre fulas e mandingas. Eu fui lá fazer o inquérito acompanhando o comandante militar de Bissau, na altura o coronel Sousa Costa. E, no relatório que fizemos depois para o comandante-chefe, dissemos que não, que aquilo eram as populações que estavam a queixar-se dos administradores, que eram na sua generalidade cabo-verdianos. Os cabo-verdianos desempenhavam ali a função de intermediário entre o branco e a população negra e eram

eles que exerciam sobre a população negra a pressão de que os guinéus se queixavam. Daí, a separação dos dois processos.

Com essa ideia, portanto, com a ideia de avançar no processo de descolonização, o general tentou estabelecer contactos com o Governo senegalês e, através dele, com o PAIGC. Os primeiros contactos foram feitos através do chefe da delegação da PIDE/DGS [em Bissau], o inspector Fragoso Allas e por Mário Soares. Mário Soares, não o Dr. Mário Soares, mas Mário Soares um comerciante de Pirada, um homem que se chamava Mário Soares, mas que era comerciante em Pirada, uma povoação fronteiriça da Guiné com o Senegal. Esse comerciante ....

Eu lembro-me de um dia estar no meu gabinete no Palácio e de o senhor Mário Soares ir lá comunicar que já tinha estabelecido o contacto com o lado de lá e que, portanto, se podiam iniciar as negociações para uma ida, para um encontro do Governador com o presidente Senghor. Houve previamente um encontro. O general Spínola foi duas vezes ao Senegal (acompanhei-o em ambas as visitas). A primeira, para um encontro com o ministro senegalês dos Assuntos Parlamentares, porque evidentemente o presidente Senghor, na altura, ainda não sabia bem quais eram as ideias do general Spínola e não quis, evidentemente, romper as exigências protocolares e, como chefe de Estado encontrar-se com o governador de uma província, de uma colónia. E mandou um ministro, um membro do seu Governo e, portanto, o primeiro encontro foi feito com o ministro dos assuntos Parlamentares, cujo nome não sei. [...] Em 1972. Depois desse encontro com o ministro, fomos para o encontro com o presidente Senghor que se realizou a 18 de Maio de 1972, em Cap Skiring (que hoje é uma estância do *Club Méditerranée*). A esse encontro estiveram presentes o inspector Fragoso Allas, e eu. O Carlos Fabião, na altura major, foi à frente para montar a segurança. Eram dois helicópteros. Um, o do Carlos Fabião, descolou antes e quando nós lá chegámos já tinha montado a

segurança. O general ia sair, o governador ia para o estrangeiro, ia atravessar a fronteira e, portanto, era preciso montar-lhe a segurança. Nesse helicóptero em que nós fomos [o segundo], que era pilotado pelo capitão Jaime [?] da Fonseca, ia eu, com o general. À frente tinha ido já o Fragoso Allas com o Fabião. O que é que se passou nesse encontro com o Presidente Senghor? O governador Spínola explicou ao presidente Senghor a política que estava a fazer e os objectivos dessa política: concessão ao povo da Guiné da possibilidade de participar nos seus próprios destinos e que a ideia era caminhar para uma progressiva autonomia, autonomia que na altura o general Spínola indicou que poderia decorrer num prazo de 15 anos, ao fim do qual seria dado à população da Guiné o direito de escolher o seu destino. O Presidente Senghor achou que, na situação em que as coisas se encontravam, o prazo era talvez excessivo. Houve ali uma discussão sobre prazos, dez anos, quinze anos, e, na altura, [Senghor] disse que seria talvez interessante um encontro com o engenheiro Amílcar Cabral, encontro esse para o qual o governador Spínola imediatamente se disponibilizou, mas disse que tinha que previamente consultar o seu Governo. O que fez, tendo recebido luz vermelha, portanto, não tendo recebido autorização para o fazer.

**Manuel de Lucena:** O Senghor tinha alguma ideia de prazos?

**Embaixador Nunes Barata:** O Senghor não tinha. E isto é tudo o que eu testemunhei enquanto estive na Guiné. Portanto, eu saí de lá em 72, e foi o que se passou. Não houve mais contactos depois com o presidente Senghor enquanto eu estive na Guiné. Depois do 25 de Abril, logo a seguir ao 25 de Abril, no dia 27 ou 28 de Abril, ...

**Manuel de Lucena:** [Sobre a] morte de Amílcar Cabral, etc., você não assistiu a nada disso?

**Embaixador Nunes Barata:** Não, na morte do Cabral já lá não estava. A morte do Cabral foi em 1973. Eu estou a falar daquilo a que

assisti directamente. Quanto à morte do Cabral posso manifestar opiniões, ter ideias, mas não, não estava lá.

*Salgado de Matos insiste em pedir esclarecimentos sobre a morte de Amílcar Cabral.*

**Embaixador Nunes Barata:** De eliminar Amílcar Cabral? Não, nunca ouvi isso. Antes pelo contrário.

**António Ramos:** Nunca foi essa a ideia.

**Embaixador Nunes Barata:** O general Spínola tinha uma grande admiração pela figura de Amílcar Cabral. Aliás, tinha pensado nele para secretário-geral da província logo quando aceitou o cargo...

**Manuel de Lucena:** Há um problema que queria pôr, uma vez que falaram nisso. É que parece haver aí uma contradição. A política era anti-cabo-verdiana. Era a Guiné para os guinéus e não para os cabo-verdianos, e o interlocutor principal parecia ser o Cabral, que era o chefe dos cabo-verdianos.

**Embaixador Nunes Barata:** Porque era o chefe do PAIGC. Eram duas coisas distintas ...

**António Ramos:** O Amílcar Cabral não era cabo-verdiano. Nós estamos a fazer aqui uma confusão.

**Embaixador Nunes Barata:** Era cabo-verdiano de etnia. Era guinéu ...

**António Ramos:** Não é nada de etnia cabo-verdiana, não é. Cabo-verdiano é o Luís Cabral que não tem nada a ver ... que dizem que é irmão e nem sequer é irmão. O Amílcar Cabral é filho de um senhor branco e de uma senhora mulata da Guiné. Não tem nada a ver com Cabo Verde. Amílcar Cabral é um Guinéu, lá de cima de Bafatá. É preciso que se esclareça isto.

**Manuel de Lucena:** Uma vez que fui à Praia foram mostrar-nos a terra dele em São Jorge dos Órgãos [ilha de Santiago]!

**Embaixador Nunes Barata:** Evidentemente que para se chegar a uma cessação das hostilidades é preciso falar com a pessoa que, de facto, nos combate. É uma questão de realismo.

**Manuel de Lucena:** A linha dos Congressos do Povo ia contra os interesses dele.

**Embaixador Nunes Barata:** A linha dos Congressos do Povo tinha a ver com a autonomia da Guiné. Os contactos com o Amílcar Cabral tinham a ver com o acabar com guerra. Com negociar com o chefe do inimigo.

Nunca, nunca ouvi do general referências a Amílcar Cabral, que não fossem as de que Lisboa estava completamente cega, que não reconhecia que Amílcar Cabral era um homem que estava muito ligado a Portugal e que a aproximação a Amílcar Cabral seria certamente útil. Foi isso que ele disse a Marcello Caetano nos encontros que teve aqui em Lisboa; mas não conseguiu convencer Marcello Caetano, precisamente porque os argumentos de Marcello Caetano eram dois: o de que isso ia criar um precedente perigoso para as duas províncias mais importantes, Angola e Moçambique; e o problema, que também estava e sempre esteve subjacente, da importância estratégica de Cabo Verde. Quer dizer, a separação de Cabo Verde da Guiné tinha a ver, para o general Spínola, com a necessidade de garantir, na Guiné, o governo dos guinéus, que era isso que os guinéus queriam; para Marcello Caetano, o não permitir as negociações e o cessar das hostilidades tinha a ver com considerações geoestratégicas de outra natureza.

Quanto à morte de Amílcar Cabral, a única coisa que posso referir é que, quando essa morte ocorreu, escrevi uma carta ao general Spínola (eu já estava em Lisboa) a perguntar o que é que se tinha passado e recebi do general Spínola uma carta a dizer, enfim, que a morte de Amílcar Cabral vinha introduzir uma perturbação gravíssima e criar uma série de problemas porque ia tornar, evidentemente, o PAIGC muito mais aguerrido. Aliás, parte dessa carta vem fotocopiada no livro do José Pedro Castanheira.

Logo depois do 25 de Abril, no dia 27 ou 28 de Abril, na Junta de Salvação Nacional, fui procurado pelo embaixador da Suíça e no dia



seguinte pelo adido naval francês, ambos trazendo uma mesma mensagem: que o presidente Senghor se encontrava em Paris até ao dia 3 de Maio e gostaria de se encontrar com um delegado da JSN. Pediram para ser recebidos em audiências separadas. A Suíça porquê? Porque na altura a Suíça tinha a defesa dos nossos interesses no Senegal; os franceses porque o presidente Senghor estava em Paris e tinha as ligações que todos conhecemos com a França. O presidente Spínola mandou-nos, a mim e ao tenente-coronel Fabião, (que ele tinha na sua cabeça nomeado para encarregado de Governo na Guiné), mandou-nos a Paris para termos esse encontro com o Senghor. Nós tivemos esse encontro com o Senghor, no dia 1 de Maio. Lembro-me bem, porque depois desse encontro eu falei para Lisboa para saber do general como é que tinha corrido a manifestação do 1º de Maio. E tivemos esse encontro com o presidente Senghor, na casa dele, num apartamento que ele tinha em Paris. Nesse encontro, foi-lhe dado a conhecer o teor do programa do MFA no que se referia à descolonização e foram feitas várias considerações. Aliás, é pena que o Carlos Fabião não esteja aqui para eu lembrar algumas afirmações que ele fez nesse encontro. Uma das afirmações que o Carlos Fabião fez é que estava convencido de que se fosse feito um referendo na Guiné, que a população da Guiné votaria a favor da manutenção dos laços com Portugal... Foi uma afirmação que o Carlos Fabião fez e que eu não tenho registada com a voz dele, mas logo que cheguei a Lisboa, a primeira coisa que eu fiz, e fazia nessa altura, foi registar para uma cassete tudo aquilo que ia acontecendo.

O presidente Senghor, pela sua parte, felicitou-se pelo triunfo da Revolução, pelo facto de Portugal querer descolonizar, pelo facto de estar à frente do processo o general Spínola. Mas, já nessa altura, disse que pensava que seria muito difícil seguir outro caminho, no caso da Guiné, que não fosse o do reconhecimento da República da Guiné-Bissau, porque já estava nessa altura reconhecida por muitos

Estados membros das Nações Unidas e, portanto, seria difícil que as coisas se processassem de outra maneira. Mas, enfim, que confiava no general Spínola e que aguardava. Tempos depois, mais exactamente no dia 7 de Julho de 1974, o presidente Senghor, numa das suas vindas à Europa, passa por Lisboa e tem um encontro com o presidente Spínola no aeroporto, dentro do seu avião privado. Eu estive presente a esse encontro. Nesse encontro, o presidente Senghor diz que, dada a evolução da situação da Guiné, situação que em traços gerais o António Ramos há pouco descreveu - a entrega dos aquartelamentos ao PAIGC; o domínio dos meios de comunicação pelo PAIGC, que fazia campanhas de rádio com apelos contra a população branca que estava na Guiné; e, já nessa altura, [o PAIGC] punia severamente todos os guinéus que eram encontrados na rua com camisas ou calças do Exército português que muitas vezes utilizavam porque não tinham outras coisas para vestir... Dada esta situação que se vivia na Guiné nesse momento de grande perturbação, ele achava (ele, presidente Senghor) que se corria o risco de o PAIGC ser totalmente dominado pela Guiné-Conacri, que era o grande espantalho para o presidente Senghor. Toda a ajuda que ele deu à descolonização da Guiné foi para garantir que a Guiné-Bissau fosse um país independente e que não viesse a cair na órbita da Guiné-Conacri, com quem ele tinha más relações. Nesse encontro ele disse que a independência Guiné-Bissau era inevitável - isso já em 7 de Julho.

Portanto, relativamente à descolonização da Guiné, estavam em confronto, logo depois do 25 de Abril, duas teses. Uma tese era a tese defendida pelo general Spínola e era aliás a que estava consagrada nas resoluções das Nações Unidas, nomeadamente na nº 1514 de 1960, que era a da autodeterminação. E era isso que ele queria assegurar. A outra era a tese da independência imediata, com a entrega do poder ao partido mais forte na altura. Spínola trabalha para concretizar a primeira tese. Outros, nomeadamente a Comissão

Coordenadora [do MFA], o PCP e alguma extrema-esquerda que fazia manifestações [com o slogan] «Nem mais um soldado para África», com alguma irresponsabilidade, [trabalham] para concretizar a tese da independência imediata.

Apoios à tese de Spínola vinham de várias fontes. Recolhi daquele material que me mandaram a declaração de Sá Carneiro, na altura dirigente do PPD, [que numa entrevista] ao jornal sueco *Svenska Dagbladet* afirma: «Não nos opomos à independência se os povos a desejarem; é contudo impensável que Portugal abandone os territórios ultramarinos incondicional e imediatamente». Portanto, havia também quem defendesse a tese da autodeterminação que era aquilo que as Nações Unidas exigiam. Entretanto, o processo na Guiné desenvolveu-se como acabei de referir e a República da Guiné-Bissau ia sendo reconhecida por vários países: a 18 de Julho o Brasil e o Peru, no dia 25 a Argentina, no dia 1 de Agosto o Japão, no dia 2 a Turquia (o primeiro país membro da NATO a reconhecer a Guiné-Bissau), no dia 7 a Noruega, no dia 9 a Suécia e a Finlândia, no dia 11 a Austrália e a Holanda, a 13 de Agosto a Espanha... Tudo isto antes da assinatura dos Acordos de Argel e do reconhecimento oficial da independência por Portugal. Portanto, com a situação que se estava a viver lá, o processo foi bastante acelerado e, como há pouco referi, a descolonização era possível dado esse condicionamento. Mário Soares, por outro lado, também tentava pôr em prática a tese da autodeterminação. O Partido Socialista, não. Mário Soares e alguns dentro do Partido Socialista tentavam pôr em prática esse direito à autodeterminação. Foi por isso que o primeiro encontro de Londres com o PAIGC não foi frutífero e o segundo da série de encontros cujo primeiro foi em Argel também não. Porque o PAIGC opunha-se à palavra autodeterminação. Aliás, há declarações do Pedro Pires a dizer que as conversações foram suspensas por causa da palavra autodeterminação. O PAIGC já não queria ouvir falar em autodeterminação: queria só ouvir falar na entrega do poder. O dr.

Mário Soares estava nessa linha [da autodeterminação] mas havia dentro do Partido Socialista quem não estivesse. A 19 de Julho, há um comício do PS em Cascais, onde destacados dirigentes socialistas fizeram declarações nesse sentido, dizendo que as palavras e a boa vontade de Mário Soares já não chegavam e que era preciso caminhar para o reconhecimento imediato da República da Guiné-Bissau. Entretanto, a 19 de Julho tem lugar o encontro com o presidente Nixon. O presidente Nixon vem do Médio Oriente e faz uma escala nos Açores. O presidente Spínola vai ao encontro dele – esse encontro tinha sido acordado – e o que é que diz? Estive nos Açores, preparei esse encontro, mas não estive presente. Aliás, no encontro, só estiveram o presidente Nixon e o presidente Spínola com um intérprete, que era um luso-americano que trabalhava na Base das Lajes e não a pessoa referida no livro do Freire Antunes [...]. Era um luso-americano. Só estiveram os três. Eu não sei o que se passou nesse encontro. Só sei por aquilo que, depois, o presidente Spínola me disse. O que o presidente me disse foi que descreveu ao presidente Nixon a situação que se vivia nessa altura em Portugal, o perigo da tomada do poder pelo PCP. Quanto à descolonização, [afirmou] a importância estratégica de Cabo Verde e a necessidade de dissociar os processos da independência da Guiné e Cabo Verde.

**Manuel de Lucena:** E de Angola.

**Embaixador Nunes Barata:** Sim, de Angola também falaram. Que mais poderei acrescentar? Já aqui foram referidas a Lei 7/74, as declarações do Spínola no sentido de que estava disposto a reconhecer a independência da Guiné, as declarações do primeiro-ministro Vasco Gonçalves no sentido de que a Guiné tinha de caminhar depressa para uma independência quase imediata. Agora, a preocupação de Spínola era sempre a de garantir o direito à autodeterminação e, portanto, o respeito pelas maiorias. Aliás, isso era tanto assim que numa mensagem que ele mandou ao almirante Rosa Coutinho, no dia 1 de Agosto, depois do almirante Rosa

Coutinho ter sido nomeado alto-comissário em Angola, dizia: «Espero que a descolonização de Angola decorra com a necessária dignidade e no respeito pela vontade soberana das maiorias, que devemos assegurar». Portanto, a ideia dele era essa, era o direito à autodeterminação.

Ainda a propósito da Guiné e de Cabo Verde e do papel dos cabo-verdianos na Guiné, é curioso [verificar] que o PAIGC é o único movimento de libertação africano que tem na sua sigla a referência «africano» - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Nenhum dos outros tem. Havia uma necessidade de se afirmar africano, não fosse alguém pensar que não fosse africano por ser cabo-verdiano.

*Intervenção imperceptível de Luís Salgado de Matos.*

**Embaixador Nunes Barata:** Também estive presente no encontro com o secretário-geral [da ONU], Kurt Waldheim, a 3 de Agosto, em que o presidente Spínola defende a mesma tese da autodeterminação e Waldheim diz que evidentemente essa também é a posição da ONU, mas que pensava que, realisticamente, a independência da Guiné era inevitável. Aliás, no dia seguinte a esse encontro, o PCP enviou um telegrama ao PAIGC manifestando-lhe a sua solidariedade e manifestando a esperança de que o PAIGC viesse brevemente a assumir o poder na Guiné.

Já referi que o PAIGC não aceita a aplicação do princípio da autodeterminação, alegando controlar dois terços do território e já ser reconhecido por oitenta e dois países. A 30 de Junho de 1974, o major Pedro Pires declara que as negociações foram interrompidas por causa da palavra autodeterminação - esta era a palavra-chave. E finalmente o Acordo de Argel é assinado em 26 de Agosto. Nesse acordo reconhece-se, como sabem, a República da Guiné-Bissau, mas ambas as partes acordam que seja respeitado o direito à autodeterminação de Cabo Verde, tal como definido pelas Nações Unidas.

Teve depois lugar o reconhecimento formal e agora vou referir este episódio só para talvez corrigir uma informação do António Ramos. No dia 11 de Setembro, teve lugar no Palácio de Belém a declaração solene [do reconhecimento] da independência da Guiné – eu fiz a leitura desse documento – a que se seguiu um almoço. Para esse almoço, o Presidente da República tinha convidado a delegação do PAIGC, mas não queria, desde o princípio, dar o lugar de honra à delegação do PAIGC. A delegação do PAIGC era composta pelo major Pedro Pires, pelo comissário Anssumane Mané e pelo Vítor Saúde Maria, já então ministro dos Negócios Estrangeiros do PAIGC. O general Spínola não queria dar-lhe o lugar de honra. E porquê? Qual era a razão que invocava? É que era o comandante Pedro Pires, e não Luís Cabral (como há pouco referiste), o responsável pela área onde foram mortos os majores Passos Ramos, Magalhães Osório e Pereira da Silva<sup>4</sup>.

**António Ramos:** Tens razão, era, era.

**Embaixador Nunes Barata:** E ele [Spínola] disse: «Eu não posso dar lugar de honra nesta mesa no dia da declaração da independência da Guiné a um homem que é responsável ... – e disse-o, aliás nas palavras que proferiu no fim do almoço. Não disse isso claramente, mas referiu: «Não posso neste momento deixar de recordar o bárbaro assassinato de três homens que iam em missão de paz e foram atraídos». E disse-o a olhar para Pedro Pires, que estava sentado à direita do chefe Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), que era o general Costa Gomes. Para fugir à dificuldade protocolar que se levantava, o general Spínola resolveu convidar para este almoço o embaixador do Brasil... Convidou o embaixador do Brasil porque [a Guiné-Bissau] era o segundo país de língua portuguesa a ser independente. Convidou o primeiro e portanto, por razões protocolares, pô-lo à sua direita. O Pedro Pires estava sentado

---

<sup>4</sup> Referência aos três majores que, em 20 de Abril de 1970, tendo sido enviados pelo general Spínola a um encontro secreto com elementos do PAIGC, foram assassinados no decorrer dessa missão.

à direita do general Costa Gomes. Nesse almoço, estiveste presente, estavam presentes várias pessoas, estava presente o primeiro-ministro.

**António Ramos:** Já não me lembrava nada.

**Embaixador Nunes Barata:** Eu lembro-me muito bem porque, depois desse almoço, quando nos levantámos da mesa, o general Costa Gomes perguntou-me porque é que a mesa tinha sido [disposta] dessa maneira. Eu expliquei-lhe que uma ordem protocolar, que havia o embaixador do Brasil ... E ele disse: «Se fosse eu tinha sentado o comandante Pedro Pires à minha direita». Lembro-me muito bem. [...] A situação da Guiné era, de facto, de descalabro total, como se viu depois. Em Outubro, quando chegaram os últimos militares portugueses da Guiné, no navio *Uíge* no dia 6 de Outubro, vinham todos endossando *t-shirts* estampadas com slogans do PAIGC. O que de facto era uma coisa um pouco estranha ...

**António Ramos:** Eu queria dizer só mais uma coisa que é complementar do que disse o Diogo, não é sequer para corrigir nada. Nós apanhámos várias vezes documentos no mato, durante operações, que eram directivas do Amílcar Cabral. Quase todas as directivas da parte escolar do Amílcar Cabral referiam e sublinhavam a importância de se acabar, de falar cada vez menos o crioulo e cada vez mais o português, a importância do português na mata... Isso era uma das coisas que sensibilizava muito o general Spínola. E que demonstra, mais uma vez, o tal apreço que havia. Efectivamente, era rara a saída militar que apanhasse documentos em que não aparecesse uma directiva de orientação sobre educação, sobre ensino em que ele [Amílcar] insistia particularmente no ensino do português e recomendava aos comissários políticos e aos professores para falarem e trabalharem o português.

Só mais uma coisa sobre a morte do Amílcar. A reacção do general – eu estava [na Guiné] – não sei exactamente qual foi porque eu não estava no Palácio quando o inspector Allas foi dar a notícia. Mas, mais

tarde, nós tínhamos diariamente o *briefing*, era às 7h da tarde, com um resumo do que se passara militarmente nesse dia [...] e do que se ia fazer no dia seguinte. E, às sete horas, o general vinha de muito mau humor – todos notámos – tendo nós pedido ao então tenente-coronel Firmino Miguel para ser ele a apresentar tudo e para evitar sermos nós a falar – porque sendo ele, com a sua calma e serenidade, segurava a barra. Qualquer de nós que falasse nesse dia levava, de certeza, uma grande patada. Nós sabíamos isso já de práticas anteriores: quando ele estava mal disposto só o Miguel conseguia, realmente, acalmá-lo. E eu recordo-me de que ele estava muitíssimo mal disposto e de que, no final do *briefing*, referiu, com palavras que eu já não posso repetir – foi há muitos anos – mas há aí gente que talvez seja capaz de repetir melhor do que eu: o Fabião ou outro militar que estivesse nesse briefing, o Baptista. Não, o Baptista não estava. O Beirão, o general Beirão. Mas as palavras dele, mais ou menos, foram estas: «Acabou-se a hipótese .... Estragaram-nos o trabalho dos últimos quatro anos». A ideia é esta. Por outras palavras a ideia é esta. Claro que isto foi dito num grupo restrito de oficiais, que eram: o comandante das operações especiais, o chefe de Estado Maior, o chefe da repartição de operações, o chefe da repartição de informações. Esses oficiais podem confirmar isso – o Fabião, como disse, o general Beirão...

**Embaixador Nunes Barata:** O Lemos Pires?

**António Ramos:** O Lemos Pires? O coronel Fernando Cavaleiro. O Marques Cavaleiro. A reacção dele foi realmente uma reacção bastante violenta, estava muito mal disposto, aborrecido...

**Manuel de Lucena:** Se me dá licença, eu acrescento duas coisas relativamente às últimas que disse. Primeiro, quanto ao ensino língua portuguesa, que em Conacri, houve uma espécie de um simpósio, antes do enterro do Amílcar Cabral, porque foi gente de Argel, gente portuguesa – eu estava lá, eu falei com eles, o Manuel Alegre e à vinda de Conacri contou-me – e o discurso de [Sekou Touré] com a



urna aberta ... Fizeram uma coisa chamada simpósio, veio gente de todos os países, partidos e movimentos amigos, desde o PC italiano, creio que também o francês, gente da Europa de Leste, movimentos e estados africanos, e depois evidentemente os movimentos das ex-colónias portuguesas, a começar pela Frelimo, porque o Samora deu muita atenção a Conacri a seguir à morte de Amílcar. No discurso de Sekou Touré, em que ele faz duas críticas. Faz o grande elogio do Amílcar Cabral e critica duas coisas – ele não ter tomado cuidados de segurança suficientes mandando matar uma série de traidores, sujeitos que tinham estado presos nas prisões portuguesas e depois tinham aparecido e que deviam ter sido logo limpos. E alfabetizar em português. Critica a alfabetização em português. Quanto à morte do Amílcar Cabral – e eu estava em Argel – ele morre num fim-de-semana, num sábado ou domingo, uma coisa assim. Sei que no sábado eu leio, no jornal oficial argelino, que era o jornal único do partido único, o *El Mudjahid*, que o Sekou Touré teria feito umas declarações segundo as quais a Guiné-Conacri, o Senegal e o Mali se deviam entender e que, se se entendessem, corriam com Portugal em poucos meses e acabavam com a situação na Guiné-Bissau. Eu lembro-me de ter ido a correr telefonar ao Piteira Santos, porque aquilo era uma crise - o Amílcar Cabral tinha declarado poucos dias antes em Argel que, para ser colónia de outros países africanos, preferia ser colónia portuguesa... E fui a correr, no sábado, perante esta notícia, que é do *Mudjahid*, que fala do discurso do Sekou Touré na quinta ou na sexta, portanto antes da morte do Amílcar. E não os encontro [ao telefone], nem o Piteira nem o Alegre estavam. E na segunda seguinte, leio nos jornais o assassinato do Amílcar Cabral e toda uma série de artigos que saíram nos dias seguintes, inclusivamente um no *Afrique-Asie*, um artigo do Aquino de Bragança, com a lista dos alegados conjurados – que era tudo gente altamente colocada no PAIGC: o comandante da chamada Marinha (que eram umas vedetas que eles tinham), o sindicalista-mor, uma

série de tipos, um deles até [de quem] Aquino de Bragança dizia que era um tal herói que nem se percebe como é que ele podia ter estado naquilo. O que se pensava em Argel nessa altura era: isto foi do lado anti-cabo-verdiano e, provavelmente, com os guinéus de Conacri por detrás; talvez tivesse havido alguma participação da PIDE, mas apanhando o carro em andamento.

**Embaixador Nunes Barata:** Ainda bem que referiu Aquino de Bragança. Aquino de Bragança disse-me isso anos depois em Moçambique, onde eu o recebi, que tinha provas de que a morte do Amílcar Cabral não foi da autoria das autoridades portuguesas. Como, aliás, [não o foi] também a morte de Mondlane.

**António Ramos:** É evidente que são suposições. Eu não tenho provas nenhuma. Agora, a quem interessaria a morte de Amílcar Cabral naquela altura seria fundamentalmente ao Sekou-Touré.

**Embaixador Nunes Barata:** E à PIDE, à PIDE também interessava, penso eu. Porque se as coisas iam caminhar no sentido de um entendimento entre o general Spínola e o Amílcar Cabral, era preciso matar o general Spínola ou matar o Amílcar Cabral. Não sei se a PIDE pôs alguma vez a hipótese de matar o general Spínola. Agora que tenha [posto] a de matar o Amílcar Cabral não excludo.

**Manuel de Lucena:** Não se excluía que houvesse a certa altura participação portuguesa. O que não se situava era àquele nível em que chegou a vir nos jornais, [em que estavam envolvidos] o Spínola, e o chefe da PIDE, o Silva Pais, para planificar a operação. Isso era considerado completamente irreal.

**Jorge Almeida Fernandes:** Desculpe, o que é que referiu do professor Aquino de Bragança?

**Embaixador Nunes Barata:** O professor Aquino de Bragança disse-me que tinha provas de que o assassinato do Amílcar Cabral não era da autoria das autoridades portuguesas.

**Manuel Lucena:** O Aquino era um bocadinho dúplice. Porque num artigo da *Afrique-Asie* que eu tenho, ele faz essa lista toda dos heróis

do PAIGC, mas depois diz que foi [?] das autoridades portuguesas, na altura. Falou consigo mais tarde.

**Embaixador Nunes Barata:** Em 1981.

**Manuel Lucena:** Há bocado fiz-lhe a pergunta da morte dos majores (4) e dos sectores do PAIGC que possam ter estado interessados nisso e nos contrários ...

**Embaixador Nunes Barata:** Eu não estava lá na Guiné. Só cheguei em Outubro.

**Manuel Lucena:** E quando foi Conacri, estava?

**Embaixador Nunes Barata:** Quando foi Conacri já estava na Guiné. Porque eu cheguei em Outubro e Conacri foi em Novembro. Estava na Guiné, mas não estava no Gabinete. Era defensor oficioso do Tribunal Militar. Porque eu fui para lá como alferes licenciado em Direito. Só depois ...

**Manuel Lucena:** E falou com o Spínola depois disso?

**Embaixador Nunes Barata:** Se falei com o Spínola depois disso? Falei.

**Manuel Lucena:** Sobre o assunto de Conacri.

**Embaixador Nunes Barata:** Falei. Perguntei-lhe o que se tinha passado em Conacri. Quer dizer, a ideia com que fiquei de Conacri é que era uma operação destinada a derrubar o Sekou Touré. Era destinada a pôr no poder em Conacri um governo que fosse menos anti-português. A ideia era essa: auxiliar a oposição a Sekou Touré e tomar conta do poder. E libertar os portugueses que lá estavam.

Ainda a propósito da descolonização da Guiné há o caso Peralta de que se falou muito depois do 25 de Abril – a libertação imediata do capitão cubano Peralta, que o Spínola não queria fazer sem ter a garantia de que também seriam libertados os militares portugueses que estavam presos pelo PAIGC. E foi uma das razões [que levou a que] um dia [tivesse uma] conversa com o Fabião, porque o Fabião mandou libertar uma série de prisioneiros nossos que eram membros do PAIGC sem ter obtido a garantia de que o PAIGC actuaria da

mesma maneira, que libertaria os portugueses que lá estavam. Portugueses e Guinéus que trabalhavam nas Forças Armadas portuguesas. O caso Peralta foi esse: [o Spínola] opôs-se à libertação sem haver essa garantia. Disse: «O Peralta é um prisioneiro como outro qualquer, é um capitão cubano que estava com o PAIGC, nós prendemo-lo, se nós o libertamos eles também têm que libertar oficiais e soldados nossos que estão presos.» Mas também aí acabou por ceder às pressões e o Peralta foi libertado [...].

**António Ramos:** Disseram-lhe que estavam a entregar presos portugueses em Aldeia Formosa, ele pega no telefone e manda libertar o Peralta e, passado uma hora, desmentem-lhe a libertação dos presos em Aldeia Formosa. Não estavam a entregar coisa nenhuma... Isso aí é uma daquelas golpadas em que nós portugueses temos culpa.

**Manuel de Lucena:** E tem ideia de quem é que parte a iniciativa da operação de Conacri?

**Embaixador Nunes Barata:** Ah, isso não sei. Mas tinha a cobertura de Lisboa.

**António Ramos:** Essa operação de Conacri tem a cobertura de Lisboa e o comandante dessa operação veio ao presidente do Conselho de Ministro apresentá-la.

**[Interveniente não identificado]:** Quem é que vem a Portugal?

**António Ramos:** O Alpoim Calvão veio ao presidente do Conselho de Ministros apresentar essa operação antes de ser executada. Foi aprovada pelo presidente do Conselho de Ministros.

**Manuel de Lucena:** Quem é que teve a ideia?

**António Ramos:** Eu não sei, não estava lá na altura, não faço ideia de onde é que nasceu.

**Embaixador Nunes Barata:** Isso fez-se muito, ainda hoje se faz. No território português não. A França fez isso, a Bélgica também.

**Luís Salgado de Matos:** Nós só fizemos ali. Porquê? Quem é que teve a ideia? No contexto da nossa actuação em África é ....

**Embaixador Nunes Barata:** Se calhar algum conselho francês, porque os franceses não estavam nada satisfeitos com o Sekou Touré. Fonte francesa? Sei lá. Alguém que terá dito isso ao Marcelo Caetano no funeral do De Gaulle onde ele foi: «Porque é que você não faz uma coisa destas?» Não sei. É pura especulação. [...]

*Apartes.*

**Embaixador Nunes Barata:** A morte de De Gaulle foi em 70 ou em 71. Eu digo porquê. Porque eu tinha um programa de rádio na Guiné, fazia uns comentários internacionais, o programa do major Ramalho Eanes que se chamava [?]

*Neste momento existe um salto na gravação, passando a falar-se do episódio dos majores.*

**António Ramos:** Aquela região é uma região manjaca, a região onde se tentou fazer a brecha, vá, onde se tentou fazer a abertura e o diálogo, etc. Isso foi aliás uma iniciativa que o general Spínola acompanhou, apoiou, mas não foi dele, não partiu dele ...

**Manuel de Lucena:** Partiu de quem?

**António Ramos:** Partiu do próprio grupo local de oficiais que estavam colocados em Teixeira Pinto, que eram esses três majores e um coronel, que eu me permito omitir o nome porque não me lembro. Essa iniciativa eu não a posso considerar uma iniciativa de cima. Foi apoiada, foi acompanhada, ninguém fez nada sem o conhecimento do general, mas houve [alguns] que se opuseram a ela, a tal ponto que o general queria, a dada altura, na fase final dessas aproximações, já estava disposto a ir essa noite também ao encontro e a maior parte dos colaboradores do seu Estado Maior impediram-no disso. É claro, impediram-no convencendo-o de que era um disparate. E, ao contrário do que se diz, o general Spínola era teimoso mas não tanto. Quando lhe provavam que estava a fazer asneira não insistia nela.

**Manuel de Lucena:** A minha pergunta foi porque se fosse uma iniciativa de topo era um bocadinho estranha porque envolvia uma

direcção em que havia outras coisas. Por exemplo, o Rafael Barbosa também era papel.

**António Ramos:** O Rafael Barbosa era papel de Bissau.

**Manuel de Lucena:** A direcção onde havia contactos políticos não é dos manjacos... quer dizer, era a outro nível?

**António Ramos:** O Rafael Barbosa era um tipo estranho. O Rafael Barbosa .... Eu penso que ainda não é altura de dizer essas coisas, mas o Rafael Barbosa era um agente duplo. Dava informações para a PIDE/DGS e dava informações para o PAIGC. Levava mais de nós do que trazia? Trazia mais do que levava? Para mim é uma incógnita. Agora, que era um agente duplo não tenho duvidas. O inspector Allas da PIDE falava correntemente com ele. Aliás, não havia grande dificuldade. Ia-se a casa dele falar.

**Luís Salgado de Matos:** [Uma pergunta para o coronel António Ramos:] Tinha alguma informação sobre o grau de infiltração do PAIGC nas nossas milícias africanas?

*Risos de António Ramos.*

**Luís Salgado de Matos:** Tanto quanto sei, as pessoas da Marinha que estavam na Guiné achavam que aquela tropa não merecia confiança porque estava infiltrada de alto a baixo pelo PAIGC...

**António Ramos:** Que estava infiltrada de alto a baixo era um bocado exagero. Mas a verdade é uma coisa – e é por isso que eu digo que na Guiné a guerra foi bastante a sério – havia infiltrações de parte a parte. Nós tínhamos elementos da máxima confiança das nossas tropas infiltrados no PAIGC, devo dizer que até ao nível de direcção, como o PAIGC tinha agentes infiltrados na nossa DGS e nas nossas forças armadas, ao nível de comando de forças africanas. Havia pelo menos um capitão, um comandante de uma companhia africana que era membro do PAIGC. Aliás, poucos dias antes da independência, quando terminou a guerra ele disse: «Finalmente posso dizer aquilo que penso. Estou farto de andar para aqui a sofrer». De um lado e de outro havia infiltrações, mas eu julgo que é

normal numa guerra que é bem feita. Só nas guerras feitas por incompetentes é que não se infiltram [as forças armadas] umas às outras. Ou nas guerras medievais. E mesmo nas medievais acho que era de bom-tom as pessoas infiltrarem-se. O erro era não se infiltrarem.

**Carlos Gaspar:** Ainda em relação a Conacri. Tem alguma ideia de como é que a intervenção em Conacri se inscrevia no processo de aproximação e preparação da descolonização?

**António Ramos:** Eu não posso falar de Conacri porque Conacri aconteceu exactamente nos seis meses que estive ausente da Guiné, no intervalo de duas comissões. Não conheço nem o antes nem o depois de Conacri, a não ser as versões que vêm nos livros do comandante Alpoim Calvão e nas versões, mais recentemente, do PAIGC, escritas por um jornalista de que já não me lembro do nome.

**[Adelino Gomes]:** O José Pedro Castanheira.

**António Ramos:** Não. O José Pedro Castanheira é sobre a morte do Amílcar. É um outro, é um jornalista português que escreveu...

**Embaixador Nunes Barata:** O Matos e Lemos.

**António Ramos:** É isso mesmo, Matos e Lemos. Eu só conheço a versão de um lado e a versão do outro. Pessoalmente não participei. É claro, fiz algumas perguntas, fiquei com algumas ideias, mas preferia não me pronunciar sobre aquilo que não sei. O que sei é muito pouco e muito vago. Sei que vou apanhar a seguir o rescaldo disso - fui ocupar o lugar do comandante Calvão, no COE (Comando de Operações Especiais). Antes estive lá um oficial de Cavalaria durante um curto período para acertar as cartas e a seguir fui eu nomeado para acertar os homens, se é que se pode dizer. E sei que passados seis ou sete meses ainda andava a recolher homens, militares africanos que tinham participado naquilo e tinham vindo, a pé ou de boleia, pelos próprios meios, de Conacri até Gadamael e outras fronteiras portuguesas. Houve tipos que chegaram e que, efectivamente, era preciso identificar, para ter a certeza de que

eram, etc. Se eram agentes infiltrados ou não. Muitos deles poderiam ser, porque as identificações eram muito aleatórias. Eram chamados dois ou três membros daquela companhia: «Ai! Conhece? É ele de certeza?» Porque não havia outras identificações. Mas eu já só apanhei esse rescaldo. Não tive nada a ver com aquilo. Continuo a pensar que [a operação «Mar Verde»] foi um erro. Pessoalmente considero um erro. Mesmo que tivesse havido êxito, que o Sekou Touré tivesse sido abatido, e o Amílcar Cabral tivesse vindo [preso] para Bissau, estava destruída qualquer hipótese de entendimento e caía-se, exactamente, no mesmo erro em que os franceses caíram na Argélia. Enquanto que, trazendo o Amílcar Cabral pela via do diálogo, e só pela via do diálogo, esse erro não se cometia. Penso que, do ponto de vista político-militar, do ponto de vista de estratégia militar, foi um erro muito grave, só possível por um certo desespero do general Spínola na altura - a situação militar não era brilhante e, por outro lado, contrariado por alguns conselheiros, mas apoiado por outros em quem ele tinha alguma consideração mas que, na minha opinião, tinham pouco bom senso [...]. Aliás, a falta de senso é tão grande que nem sequer há informações a sério sobre o que se vai passar. E a missão aborta porque, tanto quanto eu li no relatório, o comandante de uma das forças envolvidas, que tinha por missão destruir a aviação da Guiné-Conacri, não encontra os aviões. Os aviões estão noutra base há vários dias - o que é mais grave - e a informação não foi actualizada. Portanto, isso vem no relatório. Não estou a dizer coisas... Outro caso concreto: disparar grupos de comandos africanos, comandados por africanos, no meio das ruas de uma cidade, à procura de determinadas moradas. Isto é perfeitamente irrealista. É a mesma coisa que eu pegar em 50 rurais ali da minha terra, de Manteigas, trazê-los por aí abaixo, chegar a Lisboa e dizer: «Ouve lá, tu vais ali à Rua Alexandre Herculano e limpas o gajo que está no 5.º esquerdo». O planeamento desta operação é feito por uma pessoa que tinha poucos conhecimentos das



operações terrestres. Era um brilhante oficial – e é – um brilhante oficial para operações navais e semi-navais. Mas para operações terrestres e muito menos para assaltos a cidades... Não sabia o que era. Quer dizer, faltou-lhe ler alguma coisa sobre a II Guerra Mundial, sobretudo a maneira como os militares, sobretudo os americanos, entravam nas cidades durante a II Guerra Mundial. Ele, se tem lido meia dúzia de coisas sobre isso, não tinha cometido aquele tipo de erro. Mas sobre isto não quero falar mais.

**Manuel de Lucena:** Vou passar a palavra a quem a quiser tomar...

**Embaixador Nunes Barata:** Aqueles países ocidentais que reconheceram [a independência da Guiné], uns eram países que não tinham peso na cena internacional – como era o caso da Noruega e da Turquia, por razões especiais, eram os dois países NATO. E depois, posteriormente, mas isso já em Agosto, a Espanha reconhece. Reconhece em 13 de Agosto. Ora, 13 de Agosto é nas vésperas da assinatura do Acordo de Argel.

**Luís Salgado de Matos:** Tinham conhecimento, nomeadamente o embaixador Nunes Barata, a seguir ao 25 de Abril, daquela descolonização clandestina do professor Marcello Caetano?

**Embaixador Nunes Barata:** Não, não.

**Luís Salgado de Matos:** Porque isso, evidentemente, alterou as perspectivas, nomeadamente do PAIGG, fez-lhes subir as expectativas...

**Embaixador Nunes Barata:** Claro. É evidente.

**Luís Salgado de Matos:** Segunda pergunta. A seguir ao 25 de Abril, há contactos com o Brasil, por um lado, e com a França, por outro, em termos de «engenharia da descolonização», no sentido em que o general Spínola queria? A fórmula da autonomia, a tese do general Spínola é daquelas a que se aplica a máxima do Napoleão sobre a guerra: «c'est un art tout d'exécution». A tese era possível se houvesse capacidade para a executar. Sem isso, tinha que ser a outra. O Brasil e a França eram países que presumivelmente

poderiam estar interessados. O então general Spínola toma alguma iniciativa nesta direcção? Há alguma iniciativa dos franceses ou dos brasileiros no sentido de dizer: «Bom, vamos lá organizar...»

**Embaixador Nunes Barata:** Parece que há. Eu não tive conhecimento. Comigo ninguém contactou, mas parece que houve iniciativas. Os brasileiros quiseram ser mediadores. Aliás, já antes do 25 de Abril, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Gibson Barbosa, em conversas, numa visita que fez cá, ter-se-ia, oferecido para mediador – ele escreveu isso nas memórias [*Na diplomacia: o traço todo da vida*]. E, depois do 25 de Abril, parece que os brasileiros se ofereceram novamente para mediadores com os movimentos de libertação para auxiliar Portugal na descolonização. Mas eu não tive contacto nenhum, no período em que estive em Belém até 30 de Setembro, não tive contacto nenhum nem de brasileiros nem de franceses. O único contacto de franceses que tive foi o desse adido naval para o encontro com o Senghor em Paris. Mas, a partir da tomada de posse do governo, penso eu, a 16 de Maio (o meu encontro com Senghor foi antes), a partir de 16 de Maio, a descolonização da Guiné foi entregue ao governo, ao dr. Mário Soares, que partiu logo para Dakar, no próprio dia da posse à tarde. Aliás, eu fui com ele ao aeroporto, no dia 16 de Maio, com o João Almeida Bruno, o José Manuel Barroso [...] e foram para Dakar para o contacto com o Aristides Pereira. Eu depois fui para Genebra para o Agostinho Neto.

**Manuel de Lucena:** Ah! Você não foi?

**Embaixador Nunes Barata:** Eu não fui a Dakar. Eu estive até ao governo. Eu era assessor diplomático da Junta de Salvação Nacional e depois fui assessor diplomático do Presidente Spínola. Mas, a partir do momento em que houve governo... Aliás neste livro do dr. Mário Soares que a Maria João Avillez está a fazer [*Soares: Ditadura e Revolução*], há lá uma afirmação que [já comentei] com o dr. Mário Soares... O dr. Mário Soares diz que o presidente fazia na altura

diplomacias paralelas, o presidente Spínola. E eu disse: «Não, não fazia, porque o senhor não era ministro...» Até ao dia 16 de Maio...

**Carlos Gaspar:** O dr. Mário Soares é que fazia...

**Embaixador Nunes Barata:** Foi o que eu lhe disse: «O sr. dr. é que fazia...» Porque ele até ao dia 16 de Maio não tinha legitimidade nenhuma, era um simples cidadão. Ao passo que eu era o delegado da Junta, do Presidente. Quando eu tive o encontro com o Senghor, ele tinha tido na véspera um encontro com o Senghor... Foi no 1.º de Maio. Ele é que era o «paralelo». Depois, no próprio encontro com o Agostinho Neto que tive no dia 5 de Maio, também ele ainda não era ministro. A partir do momento em que houve governo, o Spínola entregou as negociações ao governo. Disse: «Agora temos um governo, é o governo que vai negociar.» Informou depois o governo de que queria chamar a si a descolonização de Angola, porque já tinha tido contacto com o Agostinho Neto e enviou depois outras missões a Kinshasa, aqui e acolá, mas com conhecimento do governo.

**Luís Salgado de Matos:** Esta pergunta começa com uma mini-conferência. E a resposta, provavelmente, será mais curta. Quando se lê a história dos conspiradores de 20 de Julho de 1944, dos oficiais prussianos que planeiam [um atentado] contra Hitler, uma pessoa fica surpreendida porque eles acham que matam o Hitler, acabam com o nazismo, fazem a paz com o governo americano e vão ganhar a guerra aos russos. Ou seja, eles não têm a percepção de que um golpe contra o Hitler vai enfraquecer a situação da Alemanha, que qualquer golpe contra o Hitler significa aquilo que os Aliados lhes dizem: «Rendição incondicional. Vocês não podem continuar guerra nenhuma.» O general Spínola, que escreveu uma frase do género «os africanos são tradicionalmente sensíveis ao uso da força», tem a percepção de que o golpe que ele está a dar enfraquece a posição portuguesa? A posição militar? Ou não? A seguir ao 25 de Abril.

**Embaixador Nunes Barata:** A seguir ao 25 de Abril?

**Luís Salgado de Matos:** A seguir, portanto, ao triunfo do golpe... Há um golpe que provoca automaticamente um enfraquecimento da posição militar portuguesa...

**Embaixador Nunes Barata:** Bem, eu não sei se ele estava convencido. Mas, como sabe, a reacção externa foi diferente.

**Luís Salgado de Matos:** Ele tem essa percepção? Se calhar não tem, tal como os oficiais do 20 de Julho, na Alemanha, que falharam ao contrário do Spínola, não é... Acabaram todos no pelotão de execução.

**Embaixador Nunes Barata:** Mas isso não enfraquecia a posição... Enfraquecia a até então posição oficial portuguesa. Mas não enfraquecia a posição portuguesa, dele, e que era a do 25 do Abril, que era a de fazer a descolonização, mas fazer uma descolonização respeitando o princípio da autodeterminação. Se ele tivesse tido como CEMGFA alguém que mantivesse o comando das tropas e, portanto, se tivéssemos mantido a nossa presença nas três frentes, a descolonização poderia ter sido feita de outra maneira. Não enfraquecia. Enfraquecia como? Ele dizia: «Nós queremos descolonizar, mas queremos descolonizar no respeito pelo princípio da autodeterminação, tal como está consagrado pelas Nações Unidas, e vamos iniciar o processo de descolonização, mais ou menos rápido, mas vamos iniciar um processo de descolonização, mas com o controlo da situação. Porque estavam lá... Em Angola e Moçambique – eu não conheço a situação militar, mas o senhor general saberá – mas em Angola a situação não era de *débâcle*, nem em Moçambique. Na Guiné, era o sítio pior, por isso é que ele desde o princípio reconheceu que se tinha de caminhar rapidamente no sentido da Guiné e a preocupação dele era, como eu disse há pouco, de garantir que se fizesse ali uma auto-determinação, com o poder para os guinéus, como acabou por ir<sup>5</sup>. Aliás, lembro-me de o dr. Mário Soares

---

<sup>5</sup> «Como acabou por ir...»: alusão provável à posterior deposição de Luís Cabral por Nino Vieira e à conseqüente separação da Guiné e de Cabo Verde.

contar uma conversa com o Spínola, em que ele perguntou ao Spínola: «Mas quem é este Nino que está aí? Há um tipo Nino. Quem é esse Nino?» Perguntou o dr. Mário Soares. E o general disse: «Esse Nino [Vieira] é o homem que vai ter o poder, na Guiné, mais tarde ou mais cedo. Está fadado para ter o poder na Guiné.» Como acabou por acontecer. Portanto, ele sabia que era inevitável

[Agora] a reacção da imprensa internacional – citou há pouco a Argélia. Muitos pensaram que a tomada do poder em Lisboa pelo Spínola era um reforço da posição portuguesa. Portugal ia ter na chefia do Estado não um chefe de Estado pusilânime, como o Caetano e o Tomás, mas um militar que – esse sim - ia manter pela força a presença portuguesa nas colónias. Nos recortes de imprensa internacional que vocês enviaram consta isso: «Ah, agora em Portugal, eles ainda vão endurecer a sua posição, porque agora têm um general de campo à frente dos destinos do País». Ele não tinha a noção de que enfraquecesse. O que era preciso era manter aquilo. Ao mesmo tempo que se fizesse a alteração no plano político houvesse a garantia de que no plano militar a situação estava em mãos – o que não aconteceu. Ele estava a fazer uma política que não era acompanhada pelos meios militares. Quer dizer, cada vez que ele dava um passo em frente para a autodeterminação vinham-lhe dizer: «Não, não, não há tropa para acompanhar».

**António Ramos:** Não tanto a comunicação social internacional, a imprensa estrangeira, mas sim a imprensa nacional, que ficou completamente nas mãos de activistas que lavavam permanentemente o cérebro das pessoas - e os soldados eram extremamente receptivos a isso. «Nem mais um soldado para África», etc., todo esse tipo de campanhas enfraquecendo efectivamente a posição do Estado, mas não teria enfraquecido a posição do general Spínola se efectivamente fosse bem secundado.

**Manuel de Lucena:** Não sei até que ponto o exemplo do 20 de Julho permite extrair uma lei geral. Sei, por exemplo, que em muitos

ambientes dos movimentos de libertação lá fora, de que tive conhecimento, [a reacção] foi de grande receio. Justamente por causa dessa orientação. [...] As primeiras posições agressivas dos movimentos [reflectem bem esse receio]: «A guerra vai continuar» ...

**António Ramos:** Queria comentar só um episódio a propósito do enfraquecimento. Eu assisti à conversa e sei que se passou assim e vi, aliás, o telegrama assinado. O dr. Mário Soares está a negociar o caso de Moçambique e a Frelimo recebe um telegrama, os negociadores da Frelimo recebem um telegrama, que era dirigido ao dr. Mário Soares, mas que foi entregue à Frelimo, assinado pelo então tenente-coronel Pires Veloso, a dizer que não havia mais nada para ninguém, que já tinham entregue o posto e a unidade à Frelimo e que iam retirar, dando [isso] como facto consumado. E o dr. Soares pergunta ao general Spínola: «Diga-me lá o que é que eu podia negociar mais com um telegrama destes nas mãos que ainda por cima tinha sido lido primeiro por eles!» Portanto, aqui está um caso típico de que se poderia efectivamente ter negociado mais se não tivesse havido atitudes deste género. Democraticamente, eu tive este telegrama na mão, eu li isto, o dr. Mário Soares não sei se refere isto em algum livro ou não, é natural que venha a referir. Mas em conversa no Buçaco com o general Spínola, mostra-lhe o telegrama... E o general Spínola dizia-lhe: «Você entregou, não sei quê, não pode ser, e tal». Aquelas ferroadas ... E o Soares para se defender disse: «Eu não queria mostrar-lhe, mas já agora tome lá. O que aconteceu foi isto. Ainda por cima a Frelimo soube disto antes de mim e, portanto, a partir daí não tenho mais nada para negociar; tenho de dizer que sim.»

**Carlos Gaspar:** Eu queria perguntar ao embaixador Nunes Barata o seguinte. [...]. Apesar de tudo, apesar dessa percepção inicial de que havia condições militares [...] que depois se verificou ser um pouco ilusória, apesar de tudo, na óptica do general Spínola, e designadamente no processo de reconhecimento, o caso da Guiné

para o próprio general era uma questão de tempo. Por outro lado, a Guiné, independentemente das relações pessoais e afectivas, não era o mais importante. Nem sequer era muito importante do ponto de vista da projecção dos interesses de Portugal e mesmo do próprio processo de descolonização. [...] O reconhecimento da República da Guiné era uma questão de tempo. O que era importante era tentar separar a Guiné do resto e dar atenção a coisas mais importantes, designadamente em relação a Angola. Julgo ter percebido um pouco uma orientação nesse sentido [...] para se tratar de Angola para, eventualmente, deixar um pouco a Guiné para trás e ganhar tempo [...] É essa a orientação do general? É essa a sua linha angolana nessa altura?

**Embaixador Nunes Barata:** Não, não é. É evidente que o Carlos referiu uma circunstância que é muito importante, que não é só uma circunstância. São as relações afectivas especiais que o general tinha com a Guiné. Para ele a Guiné era um caso muito especial. Portanto, não era, como hoje nós podemos friamente concluir ou, como na altura qualquer pessoa friamente concluía, a menos importante, com certeza, das colónias. Para ele não era menos importante. Era não só muito importante como era paradigmática. Porque ele sabia que, naquele território, se fosse dado o direito à autodeterminação o poder não ia cair nas mãos de quem foi cair, portanto, do PAIGC chefiado por cabo-verdianos, mas que ia cair nas mãos dos guinéus como acabou cair com o golpe de Estado. Spínola tinha a certeza de que a solução para a qual se estava a caminhar, por força das circunstâncias, era uma solução contra a autodeterminação, contra o resultado que uma autodeterminação daria. Porque era o território que ele conhecia melhor. Em Moçambique nunca tinha estado. Tinha estado em Angola no início da guerra, em 1961, portanto, já se tinham passado muitos anos. O conhecimento que ele tinha da realidade no terreno de Angola era certamente precário. Agora, a Guiné ele conhecia-a. Tinha de lá vindo havia poucos meses. Não só

sabia como sabia que era contrário àquilo e, portanto, ele sabia que o povo da Guiné, por quem ele tinha uma afeição verdadeira e com quem vivera no contacto diário, não queria aquilo. E portanto estar-lhes a impor por força das circunstâncias uma solução que ele sabia que, não só era contra o princípio da autodeterminação como era contra aquilo que os guinéus queriam, ele recusou-se. E, portanto, deu ao problema talvez uma importância excessiva. Mas evidentemente não se pode pedir a uma pessoa que se fez, digamos, na Guiné, que se fez o seu nome na Guiné, e que esteve tão ligado àquele território durante cinco ou seis anos, diariamente, que veja a coisa com uma frieza total. Nem o período era propício a exames muito frios – nós estamos a falar da descolonização da Guiné. Enquanto ele tinha de cuidar da descolonização da Guiné, tinha que cuidar de tudo o mais: a constituição do Governo; a constituição do Conselho de Estado, a situação que se vivia no país. Era Presidente da República. Não estava só a tratar da descolonização da Guiné; estava a fazer outras coisas. Era muito difícil pedir-lhe isso. Certamente que a esta distância as coisas seriam feitas de outra maneira, mas na altura foram assim. E era difícil pedir-lhe que actuasse de forma diversa, de tal maneira a sua ligação à Guiné era umbilical. Actuou movido muito pelo sentimento, com certeza, mas o sentimento também faz parte das molas que fazem mexer as pessoas.

**Carlos Gaspar:** Apesar de tudo teve de concentrar-se em Angola...

**Embaixador Nunes Barata:** Ah, sim, mas depois.

**Carlos Gaspar:** Desde Dakar.

**Embaixador Nunes Barata:** Dakar, não. Dakar foi o encontro de Mário Soares, já ministro, com o Aristides Pereira.

**Carlos Gaspar:** Nessa altura está a concentrar-se na questão de Angola.

**Embaixador Nunes Barata:** Nessa altura eu tinha tido um encontro, ainda antes de haver Governo, com o Agostinho Neto. E foi



o Agostinho Neto que mandou uma mensagem através da Dinamarca a dizer que estava em Genebra e que gostaria de se encontrar com um delegado da Junta de Salvação Nacional. E encontrei-me com o Agostinho Neto, mas no dia 5 de Maio – ainda não havia Governo. Depois, não. Depois não fiz mais nada. Depois só fiz os contactos já em fins de Julho, princípios de Agosto, em Kinshasa, com a FNLA, com o Mobutu, etc. Mas isso posteriormente.

**Jorge Almeida Fernandes:** Só tenho duas perplexidades. Primeira, retomando a pergunta do Salgado de Matos: não tinham a noção de que [...] a solução da Guiné passava, irreversivelmente, pelo PAIGC, que a abertura política de um precedente de reconhecimento de independência tornava extremamente difícil qualquer outro esquema para o resto do Império. Há uma série de dados, há manifestações aqui em Portugal, há atitudes militares menos louváveis no terreno, etc., etc., há uma série de coisas pontuais. Não têm a noção de que isto era um processo um bocadinho irreversível, exactamente pelo tardio da descolonização e pela forma como ela é [escancarada] - através de um golpe militar que tem no centro a situação colonial?

**Embaixador Nunes Barata:** Mas com certeza que sim. O grande responsável por tudo isso foi o Marcello Caetano. O Marcello Caetano esteve lá 6 anos. Se, seis anos antes, se tivesse iniciado um processo de descolonização, talvez as coisas tivessem corrido de maneira diferente. Agora, o 25 de Abril vem. E depois há duas teses. Há uma que é a do Spínola, que é essa da autodeterminação e essa tese ... eu não concordo com essa ideia do enfraquecimento. Como, aliás, o Manuel de Lucena disse há pouco, havia a ideia até de que a chegada de Spínola ao poder vinha reforçar a posição de Portugal, que tinha à sua cabeça um homem que conhecia o problema de África, que estava decidido a defender-se, etc. Não se entrava necessariamente num plano inclinado. Agora, houve quem quisesse que isso entrasse num plano inclinado. Portanto, não vinha afectar o facto de se dar a independência à Guiné, no reconhecimento do princípio da

autodeterminação, se fosse reconhecido, era o que ele queria aplicar nos outros sítios. A política era aplicar em Angola e Moçambique a autodeterminação. Não é seguro que na Guiné a autodeterminação nem sequer era inevitável que o poder fosse entregue ao PAIGC. Não era. Havia outros partidos na Guiné, havia a FLING, e havia outros. Se fosse feita a autodeterminação, como ele queria, como ele defendeu, à *outrance*. Não teve força ...

**Jorge Almeida Fernandes:** [...] Do ponto de vista militar, no terreno - que é essa a pergunta do Salgado de Matos - a posição portuguesa não passa a estar extremamente fragilizada?

**Embaixador Nunes Barata:** Bem, eu não sou militar, mas não penso que fique fragilizada. Fica fragilizada no sentido de que já não se espera que aquelas tropas actuem como actuavam. Agora, se as tropas estão ali para manter a segurança enquanto o processo político caminha e avança, pois com certeza que seria possível, penso eu, não sei ... Que eles iam intensificar, mais do que já tinham intensificado os ataques? Não podiam. Também não se podiam inventar assim armas assim de repente. Talvez os países ocidentais, que já estavam nessa altura a recusar armamento, nomeadamente na Guiné (por exemplo, os helicópteros *Alouette* franceses já não eram vendidos para a Guiné), talvez nessa altura, se Portugal avançasse no processo de autodeterminação talvez esses países ajudassem Portugal a manter a presença militar. «Vocês reconhecem a descolonização, vão reconhecer o direito à autodeterminação, portanto nós ajudamos com os meios militares para vocês manterem a situação militar até se chegar à solução política». Isso talvez. Essas armas que faltavam na altura talvez viessem.

*Jorge Almeida Fernandes depois de se referir à possibilidade de diferentes soluções militares e políticas para as várias colónias, pergunta que condições o Exército teria de assumir o recrudescimento da Guerra.*

**António Ramos:** Eu respondo com uma pergunta. Já imaginaram se tem sido ao contrário? Se o general Costa Gomes tem sido presidente da Junta de Salvação Nacional e posteriormente Presidente da República e o general Spínola fosse chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Já alguém imaginou que a solução militar poderia eventualmente ser outra?

**Jorge Almeida Fernandes:** É uma especulação mas já agora gostava...

**António Ramos:** É uma especulação, mas eu tento explicar. É que imediatamente a seguir ao 25 de Abril houve uma certa demissão dos militares do quadro permanente perante os oficiais milicianos. Os oficiais milicianos passaram, entre aspas, a ser os mentores nos aquartelamentos, não só porque, infelizmente, estavam melhor preparados intelectualmente, tinham mais leituras, etc., mas porque, não quero exagerar, mas mais de 50% dos oficiais milicianos estavam ligados a grupos de esquerda na metrópole.

**Interveniente não identificável:** Acho que é uma visão muito optimista

**Luís Salgado de Matos:** Quando entrei para a Marinha, na éramos 100 - uma incorporação grande para a reserva naval - 14 tinham informação na PIDE, o que era uma percentagem de 14%.

**Manuel de Lucena:** Se vamos por aí a informação na PIDE não é critério. Eu estive na Escola Prática de Cavalaria e havia quatro pelotões. Havia dois pelotões «ordeirozinhos» - foram os que ficaram em Cavalaria; havia dois pelotões, o 3º e o 4º, de que eu fazia parte, com o Vera Jardim, o Afonso de Barros, o Traça, e, se calhar éramos, não digo 14%, mas éramos só 20% daqueles dois pelotões. Agora, nós fizemos daqueles pelotões o que muito bem queríamos! Aqueles dois pelotões que passaram da Escola Prática de Cavalaria para EPAM [Escola Prática de Administração Militar] eram 90% do contra. Não tinham informação na PIDE mas eram do contra. Depois na Escola

Prática de Infantaria a coisa caía um bocado, mas não eram só 14%...

**Embaixador Nunes Barata:** Contra à guerra eram quase todos.

*Apartes.*

**António Ramos:** Não lhes foi explicado, imediatamente a seguir ao 25 de Abril, que para descolonizar, democratizar e desenvolver era preciso ordem. O general Costa Gomes encarregou-se de andar a viajar pelas províncias ultramarinas exactamente a dizer o contrário: «Para fazer isto é preciso é desordem». E quando não era ele a dizê-lo, dizia-o o seu camarada Vasco Gonçalves. Camarada [político] não, camarada militar só. Eles são de grupos diferentes. O problema é este: há aqui objectivos fundamentais, estratégicos, e nós não podemos agora enganar-nos uns aos outros. A questão de Angola nunca poderia ser como o general Spínola queria. Nunca poderia ser por uma razão: há petróleo e há diamantes metidos no negócio, e quando o Nixon cai no disparate de prometer ao Spínola que o vai ajudar a descolonizar Angola em dez anos leva com o Watergate em cima, e o Spínola com o 28 de Setembro. Quem organizou o 28 de Setembro são agentes americanos, não são agentes portugueses. «É preciso partir os dentes à reacção. Qual reacção?» Ao arquitecto que é mais americano do que português, lá de Cascais, eu não sei o nome, o tipo que tinha lá um chita em casa? Não. Portanto, a gente não pode ter ilusões. As grandes potências - EUA e URSS - estavam interessadas em comer as fatias boas do que nós tínhamos para dar. Estavam-se perfeitamente nas tintas para a Guiné. A Guiné era só para fazer a ruptura. Porque o negócio, no fundo, era Angola. Aliás, repare numa coisa: já há paz em Angola? E porque é que não há paz em Angola? Haverá paz em Angola? E agora não há russos, há só americanos a pagar de um lado e a pagar do outro. A razão é porque é possível tirar o petróleo 2 dólares e tal mais barato por barril do que será possível no dia em haja um Governo sólido e honesto, e que Angola seja governada de uma outra forma. Tudo isso, por mais

voltas que lhe queiram dar, tem fundamentalmente a ver com o petróleo e com os diamantes. E quando o Savimbi refila mais um bocado, «toma lá mais uns diamantes»; e quando o José Eduardo dos Santos refila um bocado, «toma lá mais uma percentagem de petróleo». E acabou. Infelizmente é assim. Infelizmente a situação é esta. E esta situação era aquela que devia ter sido prevista - e foi por algumas pessoas, mas não por todas -, na altura em que se começou a descolonização. Por isso é que a culpa, como muito bem diz o João Diogo, é toda do Marcello Caetano. Para mim vem um bocadinho mais detrás. Mas é evidente que se o Marcello se tivesse apercebido bem do que estava em jogo, não recebesse tantos conselhos de onde não devia, talvez se tivesse evitado isso. Porque, efectivamente, os americanos só conseguiam pôr as patas de fora, ainda ontem falávamos nisso, mesmo no tempo do «sr. Botas», quando o «sr. Botas» decidia. Não vamos ter ilusões. Para mim, o problema de Angola neste momento continua a ser exactamente o mesmo que existia em Portugal no 25 de Abril. É um problema de grandes interesses económicos que estão muito acima dos governos, o capital é capaz até de ter sede na América, se calhar nem tem sede na América, tem sede na Alemanha, sei lá onde é que tem. Essa é que é a questão.

**Maria Manuel Stocker:** Temos estado a falar do Exército. E os outros ramos das Forças Armadas? Tinham a mesma sensibilidade? [...]

**António Ramos:** Bem, a partir de terminada hora, a partir do 25 de Abril, todo o Exército, todos os ramos, a Força Aérea, a Marinha, toda a gente fez política: soldados, marinheiros...

*Maria Manuel Stocker insiste na pergunta anterior.*

**António Ramos:** Era ligeiramente diferente. Nessa altura, não hoje, a Força Aérea, seria mais conservadora do que o Exército.

**Maria Manuel Stocker:** Isso não constituía um problema?

**António Ramos:** Não. Esse problema acabou por ser ultrapassado pelas várias unidades, com as demissões dos chefes mais conservadores da Força Aérea.

**Luís Salgado de Matos:** Algum dos senhores tem alguma informação sobre os jantares que o professor Lumbralles organizou com os generais Spínola e Kaúlza de Arriaga em Setembro-Outubro de 1973?

**António Ramos:** Realmente o professor Lumbralles organizou esses jantares, o Spínola é que não esteve presente.

**Luís Salgado de Matos:** Não esteve presente.

**António Ramos:** Não, não esteve presente.

**Embaixador Nunes Barata:** Esteve presente num deles.

**Luís Salgado de Matos:** Há dois jantares. Eu nunca consegui saber com certeza quem é que esteve presente.

**Embaixador Nunes Barata:** Eu penso que só há um jantar organizado pelo Lumbralles, que é um jantar com o Kaúlza e com ele, Spínola. Depois há um outro – mas é diferente, a convite do general Deslandes - em que estão o Spínola, o Deslandes, o Kaúlza e o general Pinto Resende, talvez.

*Apartes.*

**General Hugo dos Santos:** Isso é quando o Polleri<sup>6</sup> faz o contacto com o Movimento numa tentativa de conter o Kaúlza, ou melhor, de obrigar o Kaúlza a agarrar o Movimento.

**Manuel de Lucena:** Mas esperem aí. No jantar do Deslandes quem é que estava? O Kaúlza ...

**Embaixador Nunes Barata:** O Kaúlza, o Deslandes, o general Spínola e um outro general.

Mas isso é o almoço em que eles discutem a evolução da situação em África e a necessidade ... porque o Kaúlza estava contra o Marcello. O Kaúlza queria substituir-se ao Marcello. O Kaúlza queria fazer um

---

<sup>6</sup> Telo Polleri foi nomeado subsecretário de Estado da Aeronáutica em Novembro de 1973.

golpe a favor dele. E foi disso que o Spínola se apercebeu nesse almoço. No almoço organizado pelo general Deslandes que era amigo de ambos. O Kaúlza e o Spínola tinham uma rivalidade que vinha já de África, não é? O Kaúlza achava-se o supra-sumo, o grande general do Exército português por causa das operações em Moçambique, o «Nó Górdio» e tal; e havia portanto essa rivalidade entre os dois sobre qual deles era o melhor. E o Deslandes, que era amigo dos dois, organizou esse jantar para falarem sobre a situação que se vivia em África e aí nesse jantar o Spínola apercebeu-se de que o Kaúlza o que queria era chamá-lo a ele, Spínola, para garantir o apoio de Cavalaria - e do Exército em geral - para um golpe comandado por ele, Kaúlza. A coisa do Lumbrales era uma coisa muito distinta. O Lumbrales organizou esse jantar em casa dele, penso eu, para ver o que é que aqueles dois generais estavam a planear, e depois foi logo dizer ao Américo Tomás. Porque dias depois, em conversa com o Américo Tomás, o Spínola percebe que o Tomás estava ao corrente de tudo o que se tinha passado no jantar do Lumbrales.

**António Ramos:** Houve uma outra tentativa de jantar, a que o Spínola já não foi, e que depois foi denunciada pelo, na altura, major Fabião no Curso de Altos Estudos, na sequência do contacto com o Polleri.

**Embaixador Nunes Barata:** O Spínola percebeu depois que aquilo eram manobras no sentido de o atraírem para um golpe qualquer que o Kaúlza estaria a preparar. Não era isso que ele queria.

*Carlos Gaspar pede pormenores sobre a nomeação do professor Veiga Simão como embaixador nas Nações Unidas.*

**Embaixador Nunes Barata:** O Presidente da República já tinha contactos anteriores com o professor Veiga Simão. O professor Veiga Simão tinha sido uma das pessoas que se tinha oferecido para defender as teses do Spínola junto do Marcello Caetano. Portanto, foi um membro do Governo, mas foi aquele que teve mais audiência. O outro era o Joaquim Silva Pinto, na altura ministro das Corporações.

Mas o Veiga Simão foi o único membro do Governo, civil - o único membro civil porque o outro era o almirante Pereira Crespo, ministro da Marinha - em quem o Spínola tinha encontrado uma certa receptividade às suas teses e que o auxiliava na pressão que ele estava a fazer sobre o Marcello Caetano. Depois do 25 de Abril, Spínola achou que se devia chamar o Veiga Simão para o [novo] regime e encontrou-lhe este lugar, o de embaixador nas Nações Unidas.

**Carlos Gaspar:** Portanto, a importância é do Professor Veiga Simão e não tanto do lugar?

**Embaixador Nunes Barata:** A importância é do Professor Veiga Simão e não do lugar. Sim, e era uma questão de amizade. O Veiga Simão tinha estudado nos Estados Unidos, conhecia os Estados Unidos ...

**António Ramos:** E falava línguas ...

**Embaixador Nunes Barata:** Era uma pessoa da confiança dele. Não sei se o Veiga Simão lhe terá dito: «A melhor coisa é eu ir para aquele sítio. Fico ao serviço do novo regime mas afastado daqui». Possivelmente, ele tinha sido ministro, [tinha protagonizado o episódio dos] «gorilas» nas faculdades. Portanto, «aqui talvez não convenha eu ter um lugar, mas posso tê-lo fora». E fora seria nas Nações Unidas. Não sei, confesso que não sei.

**Manuel de Lucena:** E nunca lhes deu preocupação? Eu lembro-me de que li nessa altura algumas declarações de Veiga Simão - Veiga Simão é muito azougado nas suas declarações - e de vez em quando ele não era assim exactamente, exactamente, só autodeterminação. Já ia .... lançava-se um bocado para o lado da independência.

**Embaixador Nunes Barata:** Ah, pois. Ele fez uma declaração no Conselho de Segurança [da ONU] em que dizia que Portugal estava disposto a reconhecer a independência - mas a independência, nunca ninguém foi contra a independência. A independência como resultado da autodeterminação.



**Manuel de Lucena:** Eu acho que começou nessa altura a ponte com o dr. Mário Soares, começou logo ali.

**General Hugo dos Santos:** Ele era muito amigo do Almeida Santos.

**Embaixador Nunes Barata:** Tinham estado em Moçambique juntos. Talvez tenha sido o Almeida Santos ... Ele criou a universidade de Moçambique. O Almeida Santos estava lá. Portanto, a ligação era mais essa.

**Manuel de Lucena:** Tinha ainda mais duas perguntas. Uma delas, o encontro com o Kurt Waldheim. Você disse que o marechal Spínola falou ao Secretário-Geral da ONU numa descolonização faseada e depois acrescentou: «com calendário». Que calendário? O que é que o general Spínola pensava na altura em matéria de «calendário»?

**Embaixador Nunes Barata:** Não tinha uma ideia precisa, não tinha uma ideia precisa. [...]. Ele disse que a Guiné era o mais rápido.

**Manuel de Lucena:** Mas não é isso. Era a ordem ...

**Embaixador Nunes Barata:** A ordem por que se fazia e ...

**General Hugo dos Santos:** Uma das coisas que o general Spínola sempre disse é que não podia ser tudo ao mesmo tempo. Cada uma por sua vez.

**Manuel de Lucena:** Segundo. [...] De 1 de Julho é a famosa moção de uma grande reunião de oficiais em Bissau, uma assembleia-geral dita do MFA, cujos considerandos ocupam várias páginas que são uma repetição de todas reivindicações e análises do PAIGC e depois, no fim, isto é, sob a forma de moção, um ultimato ao poder central.

**General Hugo dos Santos:** De quem é esse relatório, desculpe?

**Manuel Lucena:** Não é relatório nenhum, é um trabalho [de António Duarte Silva, que é assessor do Tribunal Constitucional], sobre a independência da Guiné-Bissau.

**General Hugo dos Santos:** Qual é o ultimato? É o ultimato das 72 horas?

**Manuel Lucena:** Está aqui...

**General Hugo dos Santos:** Há a gravação disso? Mas o que diz ele em relação ao documento-moção? Isso é que interessava saber...

**Manuel Lucena:** Ele diz que a moção é o programa da descolonização portuguesa.

**General Hugo dos Santos:** E foi aprovado na assembleia?

**Manuel de Lucena:** Foi aprovado na assembleia.

**General Hugo dos Santos:** Isso é tudo mentira.

**Manuel de Lucena:** Isto é extraordinário...

**General Hugo dos Santos:** Eu digo-lhe já: mentira.

**Manuel de Lucena:** Olhe, vou dizer-lhe. A «assembleia geral cuja convocatória foi distribuída na véspera reuniu no dia 1 de Julho de 1974 nas instalações dos Serviços de Educação em Bissau, pelas 21h30. Compareceram as delegações do MFA de todas as unidades de Bissau e as delegações do MFA das unidades com mais fácil acesso: Mansoa, Cumaré, Bogal, Nhacra, Safim, Ilomdé, Quinhamel e Bula. Além dessas delegações, a reunião foi aberta aos oficiais do quadro permanente e do quadro complementar. Ao todo estiveram presentes cerca de 800 militares (...) Na mesa, a dirigir os trabalhos, a Comissão Central do MFA que no momento convidou para a presidência o major Hugo dos Santos, que chegara a Bissau nessa manhã (...).»

**General Hugo dos Santos:** É espantoso. Digo-lhe já, sem ler o resto digo-lhe já: mentira.

**Manuel de Lucena:** Então passa para a tarde.

**General Hugo dos Santos:** Isso foi no dia em que eu cheguei a Bissau...

**Manuel de Lucena:** Então passa para a tarde. Isto é um problema grande, o problema da organização do MFA na Guiné e da influência que isso teve no desenrolar das operações, teve ou não teve ... E parece-me que, ia perguntar se esta espécie de *diktat*, que pelos vistos não existiu, ...se tinham tido algum eco disto, porque é depois disto que se dá uma série ...

**General Hugo dos Santos:** Fala aí no Barros Moura?

**Manuel de Lucena:** Não me lembro.

**Embaixador Nunes Barata:** O Barros Moura, sim. O Barros Moura era alferes e estava lá ...

**Manuel de Lucena:** Se me dão licença deixamos isso para depois. Até porque eu vou dar-lhe a moção, que o sr. general vai ler [...]. É pena que o dr. Duarte Silva não esteja cá. Eu de resto não o convidei logo, porque ele estava na Guiné. Ele foi com a ONU até Moçambique o ano passado. Depois esteve livre para vir cá e veio cá ao seminário do ano passado e este ano ele estava na Guiné, na criação do Tribunal Constitucional da Guiné, e eu não o convidei. Depois veio-me um remorso e telefonei-lhe. Ele estava de férias, mas tinha uma combinação no Porto [...]. Ele com certeza que lhe dava a fonte. Ele é incapaz de ter inventado isto, encontrou isto algures ...

**General Hugo dos Santos:** Houve uma tentativa de que eu alinhasse em determinadas posições e que corroborasse uma série de coisas. E eu disse: «Esse não é o pensamento do MFA» ....

**General Hugo dos Santos:** Aquilo que vou referir na minha intervenção é aquele período final [da descolonização] da Guiné. Eu cheguei à Guiné no dia 1 de Julho com o meu batalhão e, tal como ontem referi, fui de imediato mandado apresentar no palácio do Governo. Antes de avançar, vou referir este documento [moção da Assembleia Geral do MFA na Guiné], porque há bocadinho apliquei uma palavra que é forte, quando disse que era mentira. Mas apliquei-a porque no início, quando mo leu, eu pensei assim: «é a moção que estava preparada - sem ser pela Comissão Central do Movimento - e para a qual eu tinha sido alertado e que depois foi bastante alterada. E, efectivamente, a que está aqui foi aquela que depois assumi. A outra - houve uns tantos que queriam, não sei o quê ... e eu disse: «Enviem se quiserem, só que em Lisboa aviso que não foi uma deliberação ...» Houve uns tantos mais esquerdistas que não concordaram com as alterações que foram aqui introduzidas; nisso

tive um grande apoio do dr. Barros Moura, que foi efectivamente o homem que na altura ... porque eu disse: «Ou alteram, ou eu isto não subscrevo, isto eu não levo [para Lisboa]. Até porque existem instruções concretas em relação ao movimento [...]. Em relação ao problema Guiné, como ontem também referi, passados dois dias estava na primeira reunião feita no mato, à qual foi também o Fabião. Aliás, o Fabião foi a duas reuniões importantes, feitas no mato, e em que quem conduzia da parte do PAIGC, embora estivesse presente o José Araújo (o José Araújo era um elemento do PAIGC, que eu não conhecia), quem conduzia da parte do PAIGC era o Vasco Cabral, que posteriormente foi, creio eu, ministro da Educação no primeiro Governo da Guiné. Nessa primeira reunião no mato, nós aparecemos completamente desarmados, eles apareceram com a sua segurança, mas tinha de ser assim o encontro até por causa do problema de ganhar confiança. Efectivamente, aquilo que se discutiu, em termos gerais, foi a necessidade de manter (porque ainda havia uns tiros isolados), o acordo tácito que tinha sido tratado na reunião anterior creio que entre o Aristides Pereira e o dr. Mário Soares para parar a guerra e dar tempo para depois se prepararem e encararem os aspectos da descolonização.

**Manuel de Lucena:** Em que data terá sido isso?

**General Hugo dos Santos:** A reunião do mato? A data não sei. Sei que é anterior à minha chegada à Guiné.

**Manuel de Lucena:** Ah, nessa reunião no mato não estive?

**General Hugo dos Santos:** Eu estive.

**Manuel de Lucena:** Então é posterior à sua chegada à Guiné.

**General Hugo dos Santos:** Não. O acordo tácito de parar os tiros foi anterior e foi num país africano, segundo creio [em Dakar, a 16 de Maio]. Portanto, nesta primeira reunião foi só ir lá e dizer: «Temos de fazer isto e marcar já uma segunda reunião». Foi passado não chegou a uma semana. Tenho essas datas, não as tenho aqui comigo. Esta é que foi dois dias depois de eu ter chegado à Guiné.

**Manuel de Lucena:** Foi a 3.

**General Hugo dos Santos:** E nesta segunda reunião ficou [assente] a necessidade de, através do governo central, haver uma reunião que foi marcada para Londres e que decorreu, creio eu, em Julho, numa altura, que também ontem referi ... Estava para ir a essa reunião. Fui logo indicado pelo Fabião como delegado das Forças Armadas na Guiné e como delegado do MFA às reuniões com o PAIGC. E que depois por causa do problema do «fogo» que apareceu em Luanda e para sair o dr. Mário Soares, porque não queriam deixar sair o dr. Mário Soares, houve ali uma multidão de civis que se juntaram junto do palácio do Governo. Foi na altura em que foi posto o Soares Carneiro como encarregado do Governo em Angola. E como eu tinha feito uma comissão mesmo em Luanda, onde tive o cuidado de dar uma aulas e fazer umas cadeiras na Universidade, vi uma série de pessoas conhecidas e a troca foi: «O dr. Mário [Soares] vai a Londres e eu fico aqui para resolver os vossos problemas com o, na altura coronel, Soares Carneiro». Portanto, não estive na reunião de Londres. Não sei absolutamente nada do que se passou em Londres. Sei apenas que depois ficou programada uma reunião para Argel.

**Manuel de Lucena:** Na segunda do mato o que é que se discutiu?

**General Hugo dos Santos:** Os pontos discutidos e [tidos por] essenciais que eram a autodeterminação e a independência – eles queriam retirar desde logo a autodeterminação - e o problema [da unidade] de Cabo Verde com a Guiné. Foi dito: «Nós não temos qualquer poder de decisão. Esse é um problema que levamos para cima, para as reuniões que estão a ser programadas».

**Manuel de Lucena:** E já estava marcada a de Londres, nessa altura?

**General Hugo dos Santos:** Não. A de Londres é marcada posteriormente. É nesse mês, mas é marcada depois. Porque eu depois da segunda reunião venho a Lisboa passar dois ou três dias e trago também as indicações do Fabião. E depois é marcada a reunião em Londres. Nessa de Londres não assisti a qualquer discussão, não

estive, apenas sei que o problema do acabar, como disse o dr. Nunes Barata, ... foi que eles não aceitavam a autodeterminação e queriam [logo] a independência. Passou-se para Argel. E em Argel, na primeira reunião, a questão voltou a colocar-se, embora já com algumas cedências de parte a parte. É evidente que não houve, nem podia haver nenhuma tomada de decisão. Tudo era encaminhado para Lisboa. E a posição do general Spínola era, efectivamente, a de manter a todo o custo a autodeterminação, com a possibilidade de independência. Portanto, a seguir a esta reunião de Argel em que, no fundo, os resultados são os mesmos de Londres - portanto, não se conseguiu avançar em qualquer aspecto. [Quanto à área militar, ficou mais ou menos definido que, no caso de se chegar a um acordo], devia começar imediatamente um trabalho militar que permitisse um planeamento rigoroso a cumprir na Guiné; mas não se fixaram datas, não se fixaram períodos, nada de nada, [era] a indefinição. Eu venho a Lisboa, comunico ao general Spínola aquilo que foi a reunião de Argel. O Spínola quis ouvir as pessoas, não sei se ouviu o dr. Mário Soares e o dr. Almeida Santos, em conjunto, ou não. Isso também não sei. E a posição dele mantinha-se irreductível. Só que já tinha começado a haver mais reconhecimentos da independência da Guiné: já havia uns tantos e começava a haver mais uns tantos. E, depois da teimosia, teimosia de parte a parte, eu chego à Guiné e aviso o Fabião: «Passa-se isto». Há uma comunicação do Fabião com o general, volto a Lisboa e, nessa altura, o general Spínola tem uma das suas fúrias: «Então vai-se escrever aí». E a certa altura aparece a [declaração pública] visando a independência dos povos coloniais. Uma declaração feita ainda no mês de Julho [27 de Julho]. Parecendo que não, esta declaração teve efeitos imediatos na Guiné, como teve nos outros lados. Mas na Guiné teve um resultado, que quanto a mim foi extraordinariamente positivo, e que não teve em Angola e Moçambique. Porque (e ontem referi-o) o problema do PAIGC era não acreditar no general Spínola. O general Spínola tinha tentado através

da sua ligação aos povos da Guiné garantir-lhes a liberdade de uma forma que não fosse a busca da independência. E, portanto, a aceitação do general Spínola pelo PAIGC era duvidosa, negativa, não acreditavam na pessoa do general. Esta declaração teve o condão de «quebrar» o PAIGC e isso verificou-se quando, depois de uma reunião intermédia que não foi oficial mas oficiosa, digamos assim, porque foi só com elementos militares e, no fundo, para tentar burilar aquilo que eles pretendiam, mas permitindo manter e separar Cabo Verde. [...]

**Manuel de Lucena:** E essa reunião foi aonde?

**General Hugo dos Santos:** Esta reunião oficiosa foi na mesma em Argel. E é uma em que não está o dr. Mário Soares, não está o dr. Almeida Santos ... Não foi considerada uma reunião, mas sim uma troca de impressões militares, embora da parte do PAIGC tenha estado o José Araújo. Porque a linguagem dos militares é diferente da linguagem dos políticos. Isto não é novidade absolutamente nenhuma. Eu só intervim em coisas militares quando o dr. Mário Soares e o dr. Almeida Santos pediam a minha opinião.

**Manuel Lucena:** Nessa reunião estiveram militares portugueses, militares do PAIGC e o José Araújo?

**General Hugo dos Santos:** Dois portugueses e três do PAIGC - dois militares e o José Araújo. Eram para ir três militares e à última da hora apareceu o José Araújo. Estou convencido que era um problema da ... até porque os dois militares eram guinéus e o José Araújo era cabo-verdiano. Tinha de haver controlo cabo-verdiano dos comandantes militares.

**Manuel Lucena:** E os militares portugueses quem eram?

**General Hugo dos Santos:** Era eu e o Valdemar, major na altura. Portanto, nessa reunião deram-se alguns passinhos em termos de, não isolar, mas pôr de forma diferente [a questão de] Cabo Verde. O José Araújo batalhou muito, os militares concordavam, mas tinham de levar as coisas... não tinham poder decisão, como nós não

tínhamos. E quando se vai para a segunda reunião oficial de Argel e se leva o documento preparado – que é a declaração do acordo – também ainda teve lá uns acertos que foram aceites pelo general Spínola no contacto que teve com o dr. Mário Soares.

**Manuel de Lucena:** O sr. general tem ideia desses acertos? Sobre o quê?

**General Hugo dos Santos:** Não garanto que tenha elementos, mas sou capaz de ter porque eu ia escrevendo tudo o que ia sendo dito. E tenho isso guardado. Só que este documento, e mesmo aquele que foi lá trabalhado, cada um de nós levava a base que tinha do anterior e o próprio PAIGC também já tinha feito algumas cedências. Cedência ou não, em termos de manter ou não manter a autodeterminação, pôr ou não pôr a independência. É evidente que naquela fase já não havia outra possibilidade. E é aqui que eu não estou de acordo com o sr. embaixador Nunes Barata. O sr. embaixador refere [que] é a «descolonização possível» - [também] é o meu termo. Ontem disse, e hoje vou repeti-lo porque o sr. o embaixador não ouviu, a possibilidade de se [fazer] outro tipo de descolonização não poderia ter sido [encarada dada a] forma como foi feita a revolução. Se, nessa revolução (que inicialmente, como sabe, foi só militar), tem havido [logo] ligação com os políticos, para os políticos começarem logo a preparar e a tomar medidas - [teria sido possível] ir controlando as ex-colónias. [Mas não] da forma como foi feita, com a entrega imediata [do poder aos políticos], sem se começar por uma ditadura ou uma semi-ditadura. Houve muita gente que defendeu a entrega aos políticos mas com controlo quase total pelos militares, o que não foi avante porque ninguém acreditava numa revolução de jovens [oficiais] e a Europa não acreditava de certeza absoluta. Portanto, desde que [o poder] foi entregue, e os políticos não estavam preparados para a descolonização, e de imediato não foram tomadas medidas – de Abril a Junho – já não foi possível uma melhor descolonização. [...] E muito mais quando, de imediato – é a minha



opinião – houve ordens transmitidas para que os activistas, e havia muitos dentro das Forças Armadas, começassem determinada campanha: «Nem mais um soldado para Angola... Regresso imediato». Ora, para se fazer uma descolonização em condições, a parte militar deveria estar muito controlada – e aqui não sou da opinião do António Ramos, quando ele refere que se tem sido ao contrário ...<sup>7</sup> - porque fosse Spínola, fosse Costa Gomes, fosse qualquer outro general com poder disciplinador, o seu poder disciplinador era esbatido [pela distância das colónias]. Portanto, a politização existia, fundamentalmente nos quadros milicianos, tudo aquilo se tinha desenvolvido em termos do Movimento [MFA] e, depois, houve os aproveitamentos políticos e o aparecer de uma ala muito esquerdista, que o próprio PCP também já não conseguia controlar. Portanto, quando há uma ala que ultrapassa o próprio PCP, não há hipótese de trabalho. Quanto a mim, isto foi o que se passou. [...] Para uma descolonização correcta tinha que aparecer de imediato uma máquina que entrasse a funcionar. Não apareceu, antes pelo contrário. Começou foi a tentativa de desorganização das Forças Armadas. Começaram tantas floristerias que o problema era apagar os fogos na parte militar. E aqui, a parte militar [estava] associada, a certa altura, à parte civil. E tanto assim que, em relação à Guiné, conseguiu-se, depois de assinado o Acordo [de Argel], fazer um planeamento em curto espaço de tempo, definir bem as directivas e em todo o processo que se seguiu - já com o acordo assinado, como é evidente -, não tivemos na Guiné mais nenhum problema. Apenas em quatro praças militares as coisas não foram feitas de acordo com as directivas, o que significa que a criação da tal comissão mista portuguesa e do PAIGC resultou em pleno. Até tínhamos um helicóptero à disposição, e andou-se na Guiné, de noite, que era proibido, para evitar alguns problemas. Aqui houve também uma

---

<sup>7</sup> «Ao contrário»: isto é, logo após o 25 de Abril, Costa Gomes Presidente da República e Spínola CEMGFA.

vantagem da parte militar: é que efectivamente nunca perdemos o controlo das comunicações. O único caso grave que esteve para acontecer na Guiné foi quando um dos comandantes do PAIGC, pela via rádio, manda preparar homens seus, que estavam na Guiné-Conacri, para voltar a bombardear com mísseis terra-terra a nossa zona, preparados para abrir fogo a determinada hora. E foi apanhada essa comunicação. São 4h da manhã, helicóptero para o ar, um lençol no helicóptero. «Mas o que é que se passa?» «Temos que ir». Não lhes disse nada. Só depois de levantarmos é que disse: «Passa-se isto assim, assim. Isto está preparado, é o Máne que vai fazer isto e está em tal zona assim, assim». «Mas como sabe disso?» «Não interessa, soubemos e temos de lá ir de imediato». E aterrámos em território da Guiné-Conacri e estava o Máne e, com a violência habitual, a primeira coisa que fez foi enfiar dois murros no comandante. E as baterias estavam preparadas para disparar... [contra o] local onde, nesse dia, às 4h da tarde, ia ser feita a transmissão de poderes.

**Manuel de Lucena:** Ó sr. general, esse não é o incidente conhecido como o incidente de Buruntuma? Em que o Exército vai lá com o Fabião?

**General Hugo dos Santos:** Não, esse é anterior. É logo naquela fase intermédia ainda antes do Acordo.

**Embaixador Nunes Barata:** Sr. general, em que data é que é esse incidente?

**General Hugo dos Santos:** Deixe-me, cá ver ... entre 15 e 25 de Setembro. Portanto, já numa fase avançada.

*Vários intervenientes pedem esclarecimentos quanto à data, uma vez que a independência da Guiné terá sido reconhecida por Portugal a 11 de Setembro. O general reitera as datas atrás mencionadas, dizendo que o acordo é do final do mês de Agosto e que, já reconhecida a independência, se estava em plena fase de transmissão de poderes.*

**General Hugo dos Santos:** Como é que se fazia a transmissão de poderes? Logo na primeira fase, e ainda antes do Acordo de Argel, houve uma determinada retracção do dispositivo - às praças militares mais pequenas juntaram-se outras praças, para engrossar. Houve imediatamente comunicação ao pessoal da sua saída para Lisboa, que era uma das coisas de que se falava na moção ... Queriam [partir] de imediato, depois passou a ser quem tivesse mais de 21 meses e 15 meses, e depois [eu] disse: «não se marcam datas, ninguém diz datas, consoante o processo avançar assim se definem as datas». E foi muito mais cedo do que pensavam. E então começou-se a fazer a retracção da fronteira a caminho de Bissau, o ponto de saída - com os aviões e os navios. E entregou-se, praça a praça, com formatura militar portuguesa, formatura militar do PAIGC, a continência à bandeira, o arrear da bandeira portuguesa, com os dois em continência, e o hastear da bandeira do PAIGC, também com continência. Em tudo quanto era Guiné, isto só não foi possível em quatro praças.

**Manuel de Lucena:** E quantas praças eram, sr. general ?

**General Hugo dos Santos:** Eram oitenta e tal. Mas depois da retracção, ficaram em sessenta e poucas praças. Fez-se a entrega do material, definiu-se a parte do material a ceder ao PAIGC, definiu-se a parte logística, não se permitiu nada que saísse dos parâmetros que tinham sido definidos na Comissão Mista. Curiosamente, quando venho a Lisboa, sou confrontado pelo general Spínola: «Na Guiné, está a suceder isto..., indisciplina ... e o Fabião apareceu com a farda do PAIGC». Aí [eu disse]: «Sr. general, isso é mentira». E era mentira. Embora o general Spínola fosse teimoso e as outras pessoas também fossem teimosas e não o conseguiam convencer. E sei que ele escreveu isto. Tentou que eu, em relação ao livro que escreveu e onde pôs a fotografia [do general Fabião que supostamente confirmaria essa acusação]. Só que se as pessoas virem bem a fotografia, aquela farda era a do Exército português, só que o Fabião

não levava as estrelas de prata, levava aquilo que também se usava em campanha, as de pano. Era a farda de trabalho. Porquê? Foi uma questão de segurança, nós fomos sempre a essas reuniões do mato sem ser fardados da forma habitual, como andávamos em Bissau. Portanto, como não íamos armados, como não tínhamos segurança próxima, fomos assim, o mais discretos possível. E há uma fotografia dessas, que é de uma reunião no mato, e [sobre a qual] o general se convenceu sempre, [creio que até à morte], desse aspecto. E que me levou a uma fase ... Ele queria que eu fizesse uma revisão desse livro em relação aos aspectos da Guiné e eu recusei-me. Fiquei muito zangado com ele e houve uma fase em que não falava com o general Spínola. Depois fizemos as pazes. Mas houve ali um período de dois ou três anos em que o general Eanes tentou, que eu fizesse as pazes. Eu disse-lhe que não. Mas passado um tempo, falei-lhe, quando entrei na Guarda Fiscal. Foi na altura em que passei a falar com ele novamente.

A conjuntura internacional era favorável à descolonização no início, a seguir ao 25 de Abril. Mas tenho de dizer que a intervenção do Kurt Waldheim, feita pouco antes do Acordo (em menos de 24 horas), a afirmação que ele fez num sentido favorável ao reconhecimento da independência foi conhecida em toda a Guiné. Portanto, todas essas coisas, parecendo que não, iam afectar de imediato o aspecto psicológico das pessoas envolvidas. Diziam assim: «Então como é? Dizem-nos para aguentar isto assim, manter assim, e agora é o Kurt Waldheim que vem dizer isto?» Aquilo que foi possível fazer na Guiné estou convencido que o Fabião o fez o melhor possível. Não é por ter feito parte da equipa que digo isto. O que tiver que dizer em aspectos políticos do Fabião também o digo, também a ele já o disse. De que a descolonização começou antes do 25 de Abril, tal como foi aqui afirmado, também não tenho dúvidas. Mas não foi o livro *Portugal e o Futuro* que provocou a revolução. A revolução já estava em marcha quando saiu o *Portugal e o Futuro*. Agora, o *Portugal e o Futuro* foi

logo considerado a Bíblia do Movimento - e foi-o, na realidade - e quanto a mim veio legitimá-lo. Aquilo que a restante hierarquia militar não o quis legitimar. Para mim, o livro é que legitima o Movimento. Deixa de ser um Movimento, na altura nem era... Era conhecido pelas estruturas militares... também já era conhecido pela sociedade civil... mas aquilo que diziam é que era uma coisa de garotos, isto, aquilo e aqueloutro... O livro veio dizer assim: «Não. Há chefes que acreditam em nós».

Em relação a este processo, posteriormente à declaração da independência, há uma tentativa do general Spínola de ir à Guiné, com a finalidade, não tenho dúvidas, de travar o processo em relação a Cabo Verde. Foi uma reunião difícil e a opinião [geral] foi que seria altamente negativa, naquela altura, a ida à Guiné.

Até porque na Guiné fez-se uma coisa de imediato: em cada uma das áreas, [colocaram-se responsáveis] militares, portugueses e do PAIGC. As pessoas trabalharam sempre em equipas mistas, tudo coordenado pela Comissão Mista, que tinha gente altamente ... Isto é que permitiu que o avanço da descolonização se fizesse dentro do prazo planeado, ainda que o limite [imposto pelo Acordo de Argel] fosse o final do mês de Outubro, embora o planeamento fixasse, se tudo corresse bem, o dia 13 de Outubro. E foi no dia 13 de Outubro que terminou efectivamente a retracção e a entrega de tudo aquilo que ficava na Guiné. Havia, naquela parte final, umas tantas viaturas que eram para vir ainda para Portugal e que não fazendo parte das relações de entrega, à última hora foram deixadas ao PAIGC. Houve o cuidado de preparar, em relação ao material que se lá deixava, pessoal para a sua manutenção. Com uma excepção, que foi um lapso nosso e que resultou negativamente. Estou a referir isto para verem que é a única coisa de que nos podem acusar: «Não prepararam o PAIGC para isso». É que na maior parte das praças militares trabalhava-se com geradores, não havia electricidade. Instruiu-se a manutenção, mas não se instruiu [quanto ao seu]

funcionamento. Aquilo tem um tubinho para evacuar, é como se fosse um motor de fora de borda. E esquecemo-nos. Nalgumas praças, de repente, temos o pedido de mais não sei quantos geradores porque aqueles não funcionavam. Taparam o furo convencidos de que aquilo não era para verter água mas para ficar tapado. Por acaso tínhamos lá deixado geradores de reserva e conseguiu-se sanar as principais dificuldades.

Em relação ao problema final, não há dúvida de que no dia do aniversário houve uma festa (eles consideraram 23 de Setembro o dia de aniversário da declaração da independência em Madina do Boé). Evidentemente os meios para levar as pessoas, os convidados, etc., continuaram a ser os meios militares, os helicópteros. E ontem referia a posição extremista, eu diria mesmo racista, do Aristides Pereira, que levou a que nós ficássemos incomodados e recomendássemos ao Fabião muita calma. E o representante da OUA reparou no nosso nervosismo e eu expliquei-lhe porquê<sup>8</sup>. [...] Depois, no final, houve os cumprimentos de despedida. O Fabião foi à mesma despedir-se do Aristides Pereira. Nós recusámo-nos a despedir do Aristides Pereira. Mas quando nos fomos despedir do Nino, o Nino pediu-nos desculpa pelo que se passou com o Aristides Pereira e depois disse: «Por enquanto mandam cá... Vamos ver até quando». E isto é «sic».

Em relação ao PAIGC, eles tinham consciência de que se isolassem o problema da Guiné do problema de Cabo Verde eram corridos muitíssimo mais cedo da Guiné. E tiveram sempre esperança de que com a independência conseguirem continuar a manter o *status* anterior. Só que o guinéu ... Eu não conheci bem os guinéus porque estive muito pouco tempo, tive muitos contactos mas foi tudo muito rápido, mas foi o tempo suficiente para perceber que o povo guinéu nada tinha que ver com o povo cabo-verdiano. O povo cabo-verdiano,

---

<sup>8</sup> Ver depoimento do general Hugo dos Santos no painel de Cabo Verde de 26 de Agosto de 1996.

eu conhecia-o bem, o guinéu, não. Mas pouco havia de semelhança, semelhança quase nenhuma, até nem na cor nem no *facies*. E agora estou à [vossa] disposição.

**Manuel de Lucena:** Houve aquele «incidente» no final da reunião da manhã sobre a moção e, afinal de contas, esta que aqui está é a boa. E eu permito-me dizer que é a moção do dia 1 de Julho. É uma moção longuíssima que eu vou ter de resumir. É uma moção aprovada numa reunião que terá tido esses 800 militares, representantes das unidades de Bissau e das terras à volta [...]. É uma moção que, apesar das correcções a uma outra mais esquerdista que existira, à qual o sr. general fez referência, e que pensou que esta era essa e portanto seria a que não foi aprovada.

**General Hugo dos Santos:** Eu tenho a que circulou nas unidades ...

**Manuel de Lucena:** Eu gostaria de pedir ao sr. general que dissesse quais foram exactamente as correcções, porque esta moção que aqui está parece um *diktat* do MFA da Guiné.

**General Hugo dos Santos:** Essa é a gravada. Essa é a gravada.

*Manuel de Lucena lê a moção de que aqui só se transcrevem as resoluções<sup>9</sup>.*

**Manuel de Lucena:** «[...] O MFA da Guiné, em assembleia-geral de dia 1 de Julho [...] resolve: repudiar qualquer solução local e unilateral que não seja aceite pelo Governo central português; exigir que vencendo os obstáculos levantados pelas forças reaccionárias e neo-colonialistas, o Governo português, de acordo com as resoluções pertinentes da ONU, reconheça imediatamente e sem equívocos a República da Guiné-Bissau e o direito à autodeterminação e independência dos povos de Cabo Verde como única solução susceptível de conduzir à paz verdadeira; e exigir que sejam imediatamente reatadas as negociações com o PAIGC - não para negociar o direito à independência mas tão só os mecanismos

---

<sup>9</sup> Para o texto completo ver António Duarte Silva, *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*, Porto, Afrontamento, 1997, pp. 416-419.

conducentes à entrega do poder; e exigir que sejam desde já dadas por findas as comissões de todos os militares com 18 meses de mato ou 21 meses de Bissau, processando-se a evacuação gradual dos restantes militares nos termos do acordo a celebrar com o PAIGC; apelar para que todos os militares portugueses encarem a sua presença actual e futura na Guiné como uma forma de prestar a sua cooperação desinteressada ao povo da Guiné-Bissau».

**General Hugo dos Santos:** Mas é importante que leia a parte final.

**Manuel de Lucena:** «Segundo a acta desta assembleia-geral do MFA, a leitura foi interrompida por aplausos nos passos mais significativos, tendo terminado com uma grande ovação. Por no momento ninguém se ter inscrito com vista à sua discussão a moção foi imediatamente submetida à votação. Foi aprovada com duas abstenções e cem votos contra. Acrescenta a acta que depois a mesa da assembleia-geral esclareceu a interpretação de alguns passos concluindo pela clareza do texto no sentido de não permitir aos militares criarem falsas ilusões acerca da possibilidade prática de execução imediata da redução dos tipos de comissão<sup>10</sup>. Sublinhou igualmente que a exigência do imediato reconhecimento da República da Guiné-Bissau não implicava automaticamente esse mesmo reconhecimento, antes constituía uma simples tomada de posição dos militares da Guiné a ser considerada pelas entidades competentes. Foi também reafirmado o sentido da moção quanto ao repúdio de qualquer solução local e unilateral sem o acordo do Governo central. Após esta série de esclarecimentos, um assistente propôs que, atendendo à sua importância, a moção fosse aprovada por aclamação. (...) O que efectivamente sucedeu, com a Assembleia a aclamá-la de pé».

*Manuel de Lucena lê excertos do livro de António Duarte Silva<sup>11</sup>.*

---

<sup>10</sup> Redução essa da qual dependia a rapidez do regresso à metrópole.

<sup>11</sup> António Duarte Silva, *op. cit.*



**Manuel de Lucena:** Ou seja, um mês antes do acontecimento [Acordos de Argel], estavam não só fixadas pela moção as grandes linhas da descolonização, como definidos já todos princípios da retracção. O que leva o Duarte Silva a reconhecer que o MFA da Guiné determinou não só o quadro geral da descolonização da Guiné, como tudo aquilo que, com algumas modificações, veio a ser aplicado nas outras colónias. Eu acho que essa é uma conclusão boa. Agora, o que está por detrás disso, e é aí que eu lhe pedia [esclarecimentos], é: quais são as instruções que leva de cá, até que ponto é que esta moção nasce, de facto, no terreno [em Bissau] ou já é uma coisa que embora aparentemente nascida em Bissau – dá o ar de ser e de acordo com a minha experiência em Cabo Verde – era uma coisa já cozinhada cá? Portanto, as diferenças em relação à moção esquerdista são muito importantes aqui. E depois o significado real do acordo do Medjo. E o PAIGC sabe tudo isto e publica isto na rádio deles um mês antes dos Acordos de Argel. Dá toda a impressão de que o Governo português é posto perante factos consumados. Perante isto, a sua possibilidade de ... Não estou a dizer que fosse possível fazer melhor ... Não estou aqui a entrar na discussão se era possível fazer de outra maneira; é para saber como tudo aconteceu. Quer dizer, como foi? Foi ou não foi a Guiné que, dadas as condições locais, mandou a Portugal uma mensagem no sentido: «Aqui não se faz outra coisa porque nós não deixamos»?

**General Hugo dos Santos:** Eu direi que há duas diferenças principais entre ao primeiro documento elaborado (não sei se foi discutido, mas pelo menos foi dado a conhecer às diversas praças militares) e esse documento que depois foi aprovado. E mesmo esse documento precisou depois das tais explicações, para dizer o seguinte: «Calma, que isto é apenas uma moção, não é vinculativa, é o sentimento das pessoas que aqui estão. Não é a Guiné que vai resolver o problema da descolonização da Guiné, mas uma coisa integrada num plano»...

**Luís Salgado de Matos:** Aliás, isto está dito na adenda.

**General Hugo dos Santos:** Está. Mas a primeira moção só se referia aos poderes do comandante-chefe, ao governador da Guiné; e o governador da Guiné e o PAIGC é que tinham, com a colaboração das comissões do MFA (a central e as de unidade), de resolver o problema na Guiné. E essa parte... Nem pensem, nem pensem numa coisa dessas. Isso contraria tudo o que é...

**Luís Salgado Matos:** Isso foi negociado, provavelmente, pelo sr. general com o Barros Moura para enganar a tropa. Isso tem uma aparência muito esquerdista mas é o Barros Moura a manter a tropa sossegada, não é?

**General Hugo dos Santos:** É o Barros Moura que colabora comigo na alteração.

**Luís Salgado Matos:** Exactamente, é o que eu estou a dizer. É uma peça em dois actos - primeiro acto: o Barros Moura faz de esquerdista; segundo acto, que estava negociado consigo,...

**General Hugo dos Santos:** Não. Fiquei a saber quem era o grande mentor, pelo que me apercebi, sem dúvida por ter sido dito por ele, várias pessoas disseram, mas sem aquela confirmação: «palavra de honra que é um homem anarca de esquerda». Era anarca, era. Estava ligado a algum partido? Também estou convencido que na altura não estaria ligado a nenhum partido. Era um dr. Durão, um homem que estava lá na Intendência, na Administração Militar; e que, após esta alteração [da moção], que começa a agitar as massas na Guiné-Bissau. E havia controlo da parte da tropa na Guiné Bissau, a ponto de o brigadeiro [Galvão de] Figueiredo, na altura comandante militar, vir pedir a minha ajuda por causa de uma reunião que ia haver no Quartel-General, em que esse alferes Durão ia falar. E eu disse: «Então deixem falar o Durão, deixem-no falar a todas as tropas». E ele falou, falou, falou. E qual foi a tónica dele? «Ontem foi decidido, mas nós é que temos de comandar o processo na Guiné, mais isto e mais aqueloutro, ninguém sai, estamos aqui unidos...

Estão de acordo?» E toda a gente dizia: «Estamos!» Era líder, não tenho dúvidas que era líder, sabia falar e sabia levar o pessoal. E depois de ele ter falado, digo assim: «Pronto, já sabem quem eu sou, ..., o alferes Durão acabou de dizer precisamente aquilo que não se pode fazer na Guiné. E há uma moção que até diz assim, assim, e é preciso fazer isto, isto e isto. Vocês concordam que se faça isto assim, assim? Querem que a seguir sejam vocês a ser atingidos a tiro pelo PAIGC por causa disto?» E eles: «Não». Portanto, dei a volta completa àquilo que o Durão tinha dito. Ele falou uma hora, ou mais, e eu falei dez minutos. «Então agora cada um vai para o seu lugar e são os vossos comandantes que vão dar as ordens. É precisamente o governador em coordenação com os elementos que estão aqui que constituem o MFA. E eu vim de Lisboa com esta finalidade». Quando eu perguntei quem é que não estava de acordo, houve dois homens que se levantaram [para exprimir o seu desacordo]. Claro que no dia seguinte o alferes Durão e esses dois cabos estavam a caminho de Lisboa. Acabou a hipótese de insurreição que o Durão estava a querer provocar em Bissau.

**Luís Salgado de Matos:** Mas isso foi pouco dias depois desta assembleia...

**General Hugo dos Santos:** Logo a seguir à primeira reunião no mato. Um, dois dias depois da reunião no mato. Já estava eu reforçado em termos de poder falar ao pessoal que não conhecia, que estava ali a ver pela primeira vez aquele major. Portanto, essa moção fundamentalmente retirava a Lisboa a condução de qualquer processo de descolonização.

**Manuel de Lucena:** Isso está certo. Agora, se eu bem entendi, retirava da seguinte maneira: em vez disso, atribuía formalmente a Lisboa a decisão. De facto é Lisboa quem vai negociar em Argel. Mas quando ela chega ao general Spínola é para dizer: «Veja como está a Guiné. Não tem outra hipótese». No fundo, soa-me a *diktat*: você é o

nosso rei, [é] quem tem de negociar, agora tem de negociar assim, tem de ceder já e tem de dar já tudo.

**General Hugo dos Santos:** É evidente que é dar um conhecimento concreto do que se passa na Guiné, é dar um conhecimento concreto de qual é o estado de espírito dos militares.

**Manuel de Lucena:** Pondo as coisas de outra maneira: isso era apenas dar ao general Spínola a possibilidade de ceder mantendo as aparências da soberania. Porque é dizer assim: «ou cede ou isto vai mesmo para a frente». Porque se voltasse para Guiné e o Spínola continuasse intransigente, não era o Durão que já estava fora, mas eram outros que fariam ...

**General Hugo dos Santos:** Mas não é essa moção que vai obrigar a que se tomem as medidas que se tomaram. Como sabe, há determinados aspectos [da moção] que se fossem vinculativos, se fossem cumpridos, [as coisas] não teriam corrido como correram na Guiné. E foi isso que se salvaguardou com as explicações que foram postas na acta, para não pensarem ... Sei lá se era possível até ao dia 15 e até ao dia 21 ... Como é que eu posso (ou um chefe militar pode) dizer: «Sim, senhor. Estão cá há tantos meses, vão hoje ou vão amanhã». Sei lá se tenho meios, sei lá se é possível ... Que, em termos da condução da descolonização, em termos daquilo que era o território, havia necessidade de retirar tropas de lá, ah, isso já estava assente há muito tempo. Para se manter a paz, para não haver tiros, havia vantagem em retirar a tropa em excesso. Lembre-se de que, dos três teatros de operações, a Guiné era o que tinha uma maior densidade de tropa em relação à área ocupada. A Guiné era aquele que, proporcionalmente aos quilómetros quadrados, tinha a maior densidade de militares. Havia necessidade, para que as coisas fossem melhor controladas, de retirar rapidamente  $n$  batalhões da Guiné. E foi o que se fez. E foi o que se fez logo. Em relação à [continuação], depois de confirmado o princípio da independência, eu direi que isso não teve efeitos absolutamente nenhuns. Agora, o que teve foi dizer-

se assim: «Há aqui um grupo representativo de militares que têm da Guiné um conhecimento que é este. Atenção, que tudo aquilo que possa ser feito para alterar o processo pode ter consequências terríveis».

**Manuel de Lucena:** Ponho a pergunta de outra maneira. Não ponho o acento tónico na moção, mas na situação do MFA de Guiné (das forças armadas em geral, e do MFA em particular), que subjaz à moção, nessa situação criada pela organização das forças militares na Guiné, e particularmente pelas posições do MFA, de que a moção é um afloramento. Podia ser a moção naquele dia ou podia ser uma outra coisa em qualquer outro dia. Os Acordos do Medjo são outro afloramento. Quando se diz ao Spínola aqui, e a outras forças políticas - por exemplo, ao Mário Soares, - que na Guiné a situação é esta, que eles aprovaram esta moção, que já fizeram estes acordos, que já estão a fazer a retracção, que o PAIGC já está a transmitir, eles estão a dizer ao poder político português, que isto não é formalmente um ultimato, mas é na realidade [põe] o poder político na Metrópole num estado de absoluta necessidade. Ou eu vou aceitar isto, ou abstenho-me. Não me parece ter outra leitura. Sem agora fazer a economia das virtudes que a moção possa ter no sentido de desmontar um esquerdismo excessivo que houvesse na Guiné e que pudesse ter dado lá com os burrinhos na água. Lembra-me um bocadinho, *mutatis mutandis*, a moção no Congresso do Partido Socialista de Dezembro de 1974, apresentada pela direita do PS (José Cutileiro, Vítor da Cunha Rego, etc). Uma moção de aparência muito social-democrática, e que permitiu ao Mário Soares aparecer como um tipo do centro e bater o Manuel Serra, que era a sua esquerda. Aqui é o contrário: há uma moção muito de esquerda que aparece na Guiné e que, para evitar outros males, aparecem então umas pessoas, o então major Hugo dos Santos muito mais sensato, e o próprio Barros Moura, um tipo esperto, e dizem: «Não. Vamos lá fazer com que isto tudo seja coberto pela autoridade central. Sim,

senhor, só faremos quando a autoridade central aceitar». Mas se a autoridade central não aceitar está tramada; não lhe deixa grandes espaços...

**General Hugo dos Santos:** Eu não tenho dúvidas de que o general Spínola não tinha outra saída senão aquela. Ele tentou contrariar, e tentou que nós conseguíssemos, nos contactos, manter aquilo que era o «são» do programa. Só que os acontecimentos ultrapassaram-nos. Já estávamos em Julho, note-se. Se tem sido imediatamente a seguir à Revolução, com a organização política, etc., é evidente que era tudo mais fácil. Era mais fácil, não. Podia ser feito um tipo de descolonização completamente diferente, era exequível. Da forma como foi, não era. E em relação a isso, não há dúvida de que, naquela altura, a conjuntura internacional... E ponto de apoio? Para se manter a todo o custo a autodeterminação e só depois a independência, depois de se ouvirem os povos, para se fazer uma coisa dessas, tínhamos de ter, em termos de força, meios reais, tínhamos de ter muito mais do que aquilo que tínhamos em África, na altura. Porque fazer a paz, depois de dar o aliciante da paz, de dar o aliciante da hipótese de descolonização, voltar atrás? Então nessa altura é que era o descalabro. Era o descalabro. E já não falo do aspecto psicológico. Fossem tropas até novas, preparadíssimas, etc., nunca o conseguiriam.

**Manuel de Lucena:** Eu não estou a discutir esse aspecto. É só para perceber exactamente o que aconteceu.

**General Hugo dos Santos:** Porque há aqui uma coisa. O sr. embaixador referiu uma série de países que reconheceram a independência [da Guiné Bissau] mas, por exemplo, o caso da França: foi travado pela parte militar, porque a França era para fazer também o reconhecimento do PAIGC. E felizmente o [Firmino] Miguel, muito activo, foi o homem que conseguiu travar o reconhecimento da França. Porque o embaixador francês em Lisboa

foi um dos que quis avançar de imediato logo que o Brasil reconheceu.

**Manuel de Lucena:** Ah, não. Isso é depois.

**General Hugo dos Santos:** Mas eu digo em relação ao problema que perguntou de suster à *outrance*. Dizer assim: «Não. Tem que ser a autodeterminação e depois é que se vê se há independência ou não». O general Spínola, quando cedeu, cedeu convicto de que tinha que ser assim, contrariado, contrariado em relação ao seu pensamento, não tenho dúvidas. Ele tentou até à última manter a separação.

**Embaixador Nunes Barata:** Claro, isso é óbvio.

**General Hugo dos Santos:** Só que os argumentos, e aquilo que lhe foi dito do que se estava a passar – e na Guiné, eu continuo a dizer que, depois das reuniões com o PAIGC no mato, o controlo foi absoluto na parte militar ... em termos disciplinares... porque aquilo foi montado... mas eles também não tiveram tempo para nada ... houve unidades que em 24 horas disseram assim: «Preparem tudo para irem embora».

**Embaixador Nunes Barata:** Desculpe, sr. general, mas o que consta daquele documento de 1 de Julho, e a mensagem que aquele documento levava ao general Spínola, não era a realidade da Guiné, que ele conhecia muito melhor do que aqueles 800 militares que a subscreveram. E que não era aquela.

**General Hugo dos Santos:** Exacto.

**Embaixador Nunes Barata:** A realidade da Guiné, como depois o próprio Nino Vieira disse no dia da independência: «Eles mandam agora, mas depois somos nós». Portanto, se a autodeterminação fosse feita não ia dar a vitória ao PAIGC. O que aquele documento diz é a disposição dos militares que lá estavam, e que eram os mais activos, [no sentido] de não apoiarem uma outra posição que não fosse a independência imediata. Portanto, aquele documento não traduz a realidade da Guiné, traduz a realidade daqueles militares

que o subscreveram. A realidade da Guiné, como se viu, era outra. Porque se fosse feita a autodeterminação quem tinha ficado era o Nino Vieira e não o Aristides Pereira.

*Vozes não identificadas pedem esclarecimentos sobre a última afirmação do embaixador Nunes Barata.*

**Embaixador Nunes Barata:** Se fosse feita uma consulta, talvez quem ficasse fosse um partido chefiado por Nino Vieira e não pelo Aristides Pereira. Como aliás o Nino Vieira disse na altura da independência: «Eles estão cá agora ...» Era o problema dos guinéus e dos cabo-verdianos a que me referi. Havia outros partidos.

**Luís Salgado de Matos:** Mas isso não significa que a seguir ao 25 de Abril o general Spínola quer dar o poder ao Nino Vieira?

**Embaixador Nunes Barata:** Não, ao Nino Vieira, não; quer dar o poder os guinéus.

**Luís Salgado de Matos:** Aos guinéus. A liderança do PAIGC percebe isso. É cabo-verdiana. Negoceia com o MFA. Como a partir do episódio das fotografias está demonstrado que o território da Guiné está interdito ao general Spínola. O Spínola não pode voltar à Guiné... Isto é automático, é como o xeque-mate.

**Embaixador Nunes Barata:** Pois claro que é um xeque-mate. Claro, claro, é evidente. Mas não tem nada a ver com autodeterminação. Estamos a falar de forças de facto. Estamos a falar da lei do mais forte mas não da lei da maioria. Este é o ponto. O poder foi entregue ao mais forte na altura e não foi entregue à maioria. E isso era o que se queria num processo democrático. Este é o ponto. A autodeterminação é isso: a vontade da maioria. Isto era o que se queria. Se se estava a restabelecer a democracia em Portugal, era de estabelecer a democracia lá. A maioria não foi consultada. Quem tomou o poder foi a minoria mais activa, conluiada com a outra minoria que lá estava [MFA]. Aliás, o Nino Vieira disse assim: «Eles mandam agora, mas depois quem manda somos nós». Portanto, quem mandará somos nós, a maioria. Aquilo que foi feito atentou



contra a vontade do povo da Guiné. *That's my point*. E era o ponto do general: «Aquilo que vai ser feito ali é contra a vontade do povo da Guiné. Ora, se nós fazemos isto para respeitar a vontade do povo da Guiné, isto não deve ser feito. Deve ser feita outra coisa.» Parece-me claro como água. Como veio a ser demonstrado.

**General Hugo dos Santos:** Sr. embaixador, em termos teóricos, estou totalmente de acordo. Em termos práticos é a tal impossibilidade. Agora, em relação ao que foi afirmado sobre quem é que ficaria no Governo caso fosse feita democraticamente uma sondagem, não tenho dúvidas de que os cabo-verdianos não [ficariam]. Podia ficar um ou outro, porque há um ou outro do tempo do [Amílcar?] - o Manecas era um que de certeza ficava, o Vasco Cabral também era capaz de ficar. Mas a grande maioria, para não dizer a totalidade, de certeza que era logo corrida. Só que o Nino tem um aspecto boçal mas não é parvo. O Nino sabia que precisava dos cabo-verdianos e nunca quis que molestassem os cabo-verdianos. Ele é que dava as ordens sobre quem deveria ser molestado.

**Luís Salgado de Matos:** Mas os chamados guinéus precisam daquilo. Eles não são parvos. O erro táctico do Spínola é supor que os guinéus podem prescindir em 24 horas do seu pessoal político, que são cabo-verdianos. Não podem. Tanto mais que ele, Spínola, não pode ir à Guiné. A partir do momento em que o Spínola aceita que o território da Guiné lhe está interdito, primeiro pelo Marcello e depois pelo MFA, os guineenses pretos, os guinéus "género Nino", percebem que não podem ter nenhum apoio, nenhum *ersatz* para a sua liderança cabo-verdiana. Portanto o que o Nino diz é: "Isto não tem importância nenhuma. A seguir nós papamo-los". Mas a frase pode ser lida ao contrário. Ou seja o que o Nino quer dizer é: «Agora precisamos deles. Vocês vão-se embora, isto é por fases. É um salame. Primeiro vão vocês, a seguir vão eles».

**Embaixador Nunes Barata:** Mas o Nino nunca prescindiu deles, ele é que tinha o poder.

**Luís Salgado de Matos:** Mas não tem nenhuma solução operacional que permita substituir [cabo-verdianos]... um país como a Guiné – eu nunca fui à Guiné, graças a Deus, fiz tudo o que era possível para não ir a Guiné, e consegui - um país como a Guiné deve precisar de telefonistas, bandeira nacional... essas coisas. [Essas coisas] eram os cabo-verdianos! No pacote do Spínola para os guinéus não havia a substituição do telefonista... Portanto, aquilo tinha que falhar porque eles queriam telefonistas se queriam um país a funcionar. O Nino queria um país a funcionar.

**Embaixador Nunes Barata:** Mas estamos a falar do poder, não estamos a falar do telefonista. O telefonista ficava, como ficou. Estamos a falar do poder. Também estou a fazer uma *boutade*, como é evidente. Se o Clinton, como é previsível, ganhar as eleições os republicanos não vão sair da América. Ele quer é fazer eleições e saber qual é a maioria que governa o país, mas os outros também ficam lá. Os telefonistas republicanos vão lá ficar. O povo americano autodetermina-se e vota. E é uma maioria ...

**Carlos Gaspar:** Se fosse possível gostaria que esclarecessem melhor o episódio das fotografias e da ida de Spínola à Guiné? Como é que aparece essa ideia do general? Quem é que o convence a não ir?

**Embaixador Nunes Barata:** Não sei. Essa coisa das fotografias, não sei.

**António Ramos:** Essa coisa da fotografia<sup>12</sup> foi o padre ... foram elementos dos grupos de oposição ... não sei se a FLING, havia uma coisa chamada FLING ... eu julgo que foi um elemento da FLING que levou essa fotografia ... Agora a reacção do general é muito violenta porque, obviamente, embora o Hugo dos Santos diga que era fácil ver lá o uniforme do português, efectivamente é muito difícil ver lá o uniforme português. Eu vi a fotografia e também fiquei mais ou menos incomodado. Porque, naquela a fotografia, a sensação que se

---

<sup>12</sup> António Ramos vai falar da fotografia do coronel Fabião.

tem era de que se tratava de um uniforme verde igual ao do PAIGC e não o camuflado que os portugueses usavam.

**Embaixador Nunes Barata:** Isso é outra fotografia. O Carlos [Gaspar] falava de outra. Da fotografia do general para distribuir na Guiné.

**Manuel Lucena:** Do cartaz.

**Carlos Gaspar:** Quem é que teve a ideia de distribuir a fotografia do general na Guiné e da ida de Spínola à Guiné.

**Embaixador Nunes Barata:** Está a falar daquela ideia que referiste há pouco do cartaz.

**General Hugo dos Santos:** Eu só tive conhecimento de dois desses cartazes.

**António Ramos:** Eu não sei de quem surgiu a ideia. Sei quem rejeitou a ideia de um modo geral: foram o Dias de Lima e o Robin de Andrade. Agora quem sugeriu a ideia ...

**Carlos Gaspar:** O que eu queria saber é porque é que o Spínola queria ir à Guiné naquela altura e porque é que não foi.

**Embaixador Nunes Barata:** Não faço a mínima ideia.

**General Hugo dos Santos:** Estou convencido de que era a estratégia de separar as questões de Cabo-Verde e da Guiné...

**António Ramos:** Estamos a falar em tempos um bocado diferentes. Ele quis ir à Guiné antes de ter [reconhecido] o princípio da independência.

**Embaixador Nunes Barata:** Quando mandou lá o Fabião.

**António Ramos:** E dias após a ida do Carlos Fabião. Aí é que ele quis ir à Guiné.

**Embaixador Nunes Barata:** Uma das missões do Fabião era preparar a ida dele [Spínola] lá. Como aliás esteve para ir a Angola e Moçambique.

**António Ramos:** Nunca lhe prepararam as viagens que ele pretendeu fazer. Os comandantes-chefes, os encarregados de governo, os responsáveis pelas zonas nomeados pela JSN, tiveram

sempre o particular cuidado de ir adiando essas coisas. Aliás, há uma coisa em que é interessante as pessoas repararem: não sei se já viram que estamos perante vários agentes da mesma descolonização, agentes diferentes. Um agente era o MFA, outro eram as juntas [governativas das províncias] nomeadas pela JSN, outros eram o legítimo, que era o Governo, que, coitado, limitava-se a assinar os acordos e a ir fazer queixas ao Spínola de que tinha sido ultrapassado. Portanto, isto é fundamental que se entenda: foi assim em Angola, foi assim em Moçambique e foi assim na Guiné. Há um MFA a avançar, uma junta governativa ou um encarregado do governo ou um alto-comissário, conforme os territórios, a ir a correr atrás do MFA para não perder o balanço - e para não ser saneado (a verdade é essa, e para não ser saneado) -, e há depois um Governo a apanhar as canas disso tudo, a assinar uns acordos que a maioria deles foi ele que fez. Convém que as pessoas reflectam sobre isso, porque isto parece um bocado caricatura, mas é a verdade, é [apenas] ampliar um pouco a verdade do que se estava a passar.

Ainda relativamente à Guiné dos guinéus: nos Congressos do Povo, e não foi um nem dois (eu assisti para aí a uns três, pelo menos), uma das frases típicas do general Spínola já era «A Guiné para os guinéus». Isto exactamente porque ele pressentia o grande problema que ali estava, o caldinho que os cabo-verdianos estavam a fazer. Mas quero dizer outra coisa: o Nino não tomou o poder antes porque demorou bastante tempo a desmontar a polícia política que os cabo-verdianos montaram. Uma polícia bem mais feroz do que chegou a ser a de Moçambique, era uma polícia política que actuava muito bem não só na Guiné como fora da Guiné. O controlo do governo do Luís Cabral era praticamente feito pela polícia política. Não nos podemos esquecer disso. Não era o Exército que mandava, não era coisa nenhuma. Era uma polícia política constituída quase exclusivamente por cabo-verdianos, pelo menos nos lugares-chave. Há que lembrar isso para percebermos, em primeiro lugar, porque que é que o Nino

demorou tanto tempo para tomar o poder: por ter de desmontar isso tudo. Em segundo lugar, porque é que o general Spínola andava desde há anos atrás a dizer «A Guiné para os guinéus, a Guiné para os guinéus»: porque ele via cada vez mais que os postos-chave do poder da Guiné-Bissau seriam para distribuir por cabo-verdianos. Não era só a polícia política. A determinada altura verificava-se um fenómeno curioso: os balantas e os papéis iam fazer formação à China e os cabo-verdianos iam fazer formação à Checoslováquia, à Roménia, para aí, aos países de Leste [europeus]... Era bom que os historiadores se debruçassem sobre isto e comprovassem isto que eu estou a dizer: são poucos os autóctones da Guiné que fazem formação nesses países de Leste, a grande maioria faz na China. E são poucos os cabo-verdianos que fazem a sua formação na China, fazem quase todos nos países de Leste. Isto é uma coisa que é fácil de comprovar.

**Manuel de Lucena:** Eu lembro-me de, no Estado-Maior do Exército, com o Carlos Gaspar, termos servido directamente sob as ordens do então major Sales Golias, que esteve na Guiné (no MFA), participou na retracção dos dispositivos e, depois, veio para cá envolver-se profundamente no processo revolucionário. Lembro-me perfeitamente, numa das conversas que tivemos, de o Golias ter dito que a oposição à ida do Spínola à Guiné era vital, mas vital para o MFA. Não era propriamente que a Guiné tivesse mudado a ponto de o general Spínola, se chegasse a Guiné, ninguém o poder «cheirar» - os guinéus. Não. Era porque as nossas tropas e a situação militar dos portugueses e a situação do MFA - que estava em luta com a JSN dominada por ele -, o não permitia; porque a ida do general Spínola à Guiné seria uma vitória do Spínola sobre o MFA. Dele, da parte, digamos, conservadora, reaccionária, para usar um termo da época. O que se jogava principalmente na ida do general Spínola à Guiné não era nenhuma modificação do estado de espírito das populações, mas uma modificação das relações de força políticas locais - da tropa

portuguesa e do PAIGC, que tinha aparecido, estava à luz do dia. Mais do que o espírito das populações que não se sabia talvez muito bem qual fosse.

**General Hugo dos Santos:** Não havia condições para a ida do general Spínola à Guiné naquela altura por todo esse conjunto [de razões]: é a parte militar, é o PAIGC e é a população... Não era possível naquela altura [...]. Ainda numa fase de desmobilização ou mesmo já com o acordo assinado, eram imprevisíveis as reacções: o PAIGC nunca a aceitaria, isso era certo; da parte militar, diria que talvez a maioria aceitasse, mas havia sempre o problema da minoria, do que é que podia suceder. O problema da segurança pessoal do Spínola, por mais forte que ela fosse, era uma interrogação porque ... A parte militar, pronto, punha-se lá mais [tropa, mas] nunca se sabia se não aparecia um tipo de longe a bater. Era muito difícil naquela altura dar segurança ao presidente da JSN.

**Manuel de Lucena:** Eu propunha agora, não sei se estão de acordo, aproveitarmos a presença do embaixador Nunes Barata para fazer perguntas sobre Angola. A seguir, eu só tinha mais um ponto que é regressarmos um bocadinho ao antes do 25 de Abril – acho que está toda a gente morta por isso – ao contacto com Marcello Caetano.

**Embaixador Nunes Barata:** Sobre Angola posso fazer uma coisa muito rápida. Houve esse primeiro contacto, como há pouco já referi, no dia 5 de Maio. Chegou uma mensagem através da nossa embaixada da Dinamarca de que o presidente Agostinho Neto gostaria de contactar um membro da JSN.

**Manuel de Lucena:** Isso acontece quando?

**Embaixador Nunes Barata:** Isso acontece em fins de Abril, primeiros dias de Maio. Eu sei que o encontro foi no dia 5 de Maio. Talvez [a dita mensagem] tenha [chegado] para aí a 2 ou 3 de Maio, porque já foi depois do encontro com o presidente Senghor em Paris. O general Spínola manda-me a Genebra, onde me encontrei com o presidente Agostinho Neto, a quem também entreguei uma cópia do

Programa do MFA. Disse-lhe quais eram as disposições da JSN e que era intenção do presidente da Junta e do novo Governo encetar também o processo de descolonização de Angola; e que para isso ele tinha a ideia de convocar uma reunião dos três partidos que estavam em luta contra Portugal – a FNLA, a UNITA e o MPLA [...]. O presidente Agostinho Neto disse que compreendia essa ideia, que ia apresentar essa ideia ao comité central do seu partido, numa reunião que ia ter em Brazzaville. Ele dali ia seguir para Brazzaville mas queria desde já chamar atenção para o facto de o MPLA reivindicar para si a primazia do tratamento, uma vez que o MPLA era, dos três partidos, aquele que mais tinha lutado pela independência de Angola. Foi isso o essencial da conversa e foi isso que transmiti, quando cheguei, ao general Spínola.

Depois, o general Spínola mandou-me numa missão a Kinshasa - a mim e ao tenente-coronel Dias de Lima - , para contactar a FNLA, talvez em Julho. Fomos recebidos pelo chefe de gabinete do presidente Mobutu e depois pelo presidente Mobutu, que disse que ia contactar a FNLA e que, numa segunda oportunidade, garantia a presença do Holden Roberto para contactar um delegado da Junta; que o Zaire estava muito interessado e muito preocupado com a situação em Angola; e que esperava que, depois da descolonização portuguesa, o mapa de África se alterasse substancialmente. Para esse efeito, até nos mostrou um mapa onde o território de Cabinda estava todo já integrado no Zaire. Portanto, o Zaire teria alargado o seu território com alguma substância. Nós voltámos para Lisboa, transmitimos isso. Dias depois, recebemos um contacto do Mobutu a dizer que o Holden Roberto já lá estava e que a missão podia ir. Dessa vez fui só eu. Dias de Lima estava penso eu... na altura do incidente de Moçambique [revolta de colonos a 7 de Setembro de 1974], tinha seguido para Lourenço Marques onde tinha havido aquele problema na Rádio.

**Manuel de Lucena:** Salta-se então de Julho para 7 de Setembro ...

**Embaixador Nunes Barata:** Isso foi a 7 de Setembro ... Mas então talvez não tivesse sido essa a missão do Dias de Lima porque eu penso que essa segunda viagem minha foi em Agosto, a Kinshasa. Enfim, o Dias de Lima estava em África engajado noutras actividades. E, portanto, eu fui [sozinho] a Kinshasa, tive de tomar um voo por Frankfurt, e depois de Frankfurt havia um voo para Kinshasa. No aeroporto de Frankfurt fui contactado por um senhor, alemão, que era conselheiro do presidente Mobutu, um banqueiro, alemão, e que me disse: «Ah, eu sei quem o senhor é, eu sei o que o senhor vai fazer, vai ter agora um encontro com o presidente Mobutu, então podemos fazer a viagem juntos, eu também vou para Kinshasa. «Com certeza». Então, durante todo o caminho o que o homem me esteve a dizer foi que o Presidente Mobutu estava convencido de que eu iria, em nome da JSN, transmitir-lhe a decisão da Junta de, de facto, conceder ao Zaire o território de Cabinda, em troca do apoio do Zaire ao processo de descolonização de Angola. Como eu sabia, o Zaire era um país com uma importância muito grande naquela área do mundo, era um vizinho muito importante de Angola e, portanto, nada se poderia fazer em Angola sem o apoio do Zaire. E o Zaire estava disposto a fornecer esse apoio desde que, evidentemente, o território de Cabinda lhe fosse dado. O alemão do Mobutu teve vários azares: primeiro é que eu sou de Cabinda, eu nasci, eu vivi em Cabinda, eu conheço Cabinda, não há nenhuma intenção dos cabindas de se integrarem no Zaire - detestam os zaiotas. Enfim, lá chegámos a Kinshasa e eu fui recebido por duas vezes pelo presidente Mobutu. Encontrei-me também com Holden Roberto. Tive esse encontro com o Holden Roberto em casa do chefe de gabinete do presidente Mobutu e depois almocei com o Mobutu. Entretanto, o Mobutu instalou-me lá numa coisa que ele chamava *Palais de Marbre*, que era a antiga residência do Governador do Congo Belga. E um dia, eu estou a preparar-me para jantar e vem um mordomo, que era belga, perguntar-me se não queria ver a televisão, era a hora do



noticiário. E eu disse-lhe: «Não, não quero nada ver a televisão com um vista tão bonita». Era uma varanda sobre o rio Zaire. «Não, não quero nada ver a televisão». «Então, mas de qualquer modo eu ligo». E o que era a televisão? A televisão abria com uma declaração do Mobutu que aparecia no meio de umas nuvens, e depois no meio das nuvens era o *facies* do Mobutu e aparecia o Mobutu. E então Mobutu comunicou à nação zairota que tinha havido uma revolução em Portugal, que Portugal, país colonialista, ia finalmente iniciar a descolonização em África; e que ele tinha reunido nesse dia o Conselho de Ministros, a quem tinha anunciado isso; e que, no final do Conselho de Ministros, tinha sido aprovada uma moção saudando o Presidente da JSN, o general António de Spínola, e manifestando a esperança de que brevemente a descolonização tivesse lugar e que dela resultasse a nova carta africana. E então pespegou a tal carta africana com o enclave [de Cabinda] já completamente integrado no território do Zaire. No dia seguinte, convidou-me para almoçar e perguntou-me o que é que eu tinha feito à hora do jantar. E eu disse: «Ah, à hora do jantar, o sr. instalou-me numa casa tão bonita, que eu estive a ver aquela paisagem lindíssima». «Então e não viu a televisão?» «Não, não. De facto tinha lá um mordomo que ligou a televisão, mas aquilo era tão bonito que nem olhei para a televisão». Ele percebeu e, portanto, não insistiu mais no assunto... Essa foi a missão que tive com o Mobutu. Depois o Mobutu manifestou o desejo de se encontrar com o presidente Spínola e então houve o célebre encontro do Sal, ao qual eu não estive presente porque perdi o avião, cheguei atrasado ao avião presidencial... De resto, estava-se ali a desprestigiar o presidente nessa altura. O Mobutu era um homem desprestigiado em África. Quando ele [Spínola] teve essa ideia eu disse: «Sr. presidente, sr. general, acho que não faz bem em ter esse encontro porque só se vai desprestigiar». Mas ele insistiu muito nisso, e lá partiu, lá teve o encontro.

**Manuel de Lucena:** E depois não conversou com ele sobre esse encontro, para saber como é que o Mobutu tratou do mapa de África?

**Embaixador Nunes Barata:** Não. O Mobutu queria exactamente isso. Só [sei] que o general disse que não, que Portugal não ia negociar cedências de território, como era evidente.

**António Ramos:** O Mobutu aumentou a parada. Ele queria também as etnias que estavam a sul do Zaire, que eram irmãs das etnias a norte do Zaire.

**Embaixador Nunes Barata:** Queria território.

**António Ramos:** Ele queria território. E aumentou bastante a parada, queria quase até S. Salvador do Congo.

**Embaixador Nunes Barata:** E sobre Angola foi isso. Não cheguei a contactar com a UNITA. Também cheguei a estar indicado mas foi precisamente na altura do segundo encontro com a FNLA e para a UNITA foi o major ....

**Manuel de Lucena:** Passos Ramos?

**Embaixador Nunes Barata:** ... Talvez, talvez o Passos Ramos, talvez o Passos Ramos tenha ido contactar a UNITA. Talvez, talvez. Foi quem fez o contacto com a UNITA.

**Manuel de Lucena:** E quem fez o contacto com o MPLA?

**Embaixador Nunes Barata:** Fiz eu. Com o MPLA e a FNLA.

**António Ramos:** Com a FNLA é que tu não chegaste a contactar.

**Embaixador Nunes Barata:** Contactei com o Holden Roberto, sim. E o John Pinock<sup>13</sup>. Ele estava acompanhado com o John Pinock.

**Maria Manuel Stocker:** Sr. embaixador, no livro da entrevista de Maria João Avillez a Mário Soares, ele a certa altura diz que quando chegou ao Alvor, para as negociações, já estava tudo combinado com o MPLA. Já não havia negociações a fazer. Como é que explica essas suas *démarches* e como é que esse documento apareceu?

**Nunes Barata:** No Alvor já não sei. O Alvor já se passa em 1975. Confesso que não sei. Eu saí de Belém a 30 de Setembro e fui para a

---

<sup>13</sup> Também conhecido como John ou Johnny Eduardo.

Embaixada em Oslo. Acompanhei pela imprensa, mas o que se passou depois, quem é que contactou quem, não sei. A reunião que estava prevista para os Açores acabou por não se fazer, porque o Agostinho Neto nunca mais deu qualquer resposta. Tinha ficado de a dar depois de contactar o comité central. Aguardámos essa resposta, mas a resposta não chegou.

**António Ramos:** A resposta não chegou porque entretanto o Agostinho Neto e o MPLA arranjam outros interlocutores em Portugal, concretamente, o major Melo Antunes. O major Melo Antunes foi o interlocutor privilegiado do MPLA na altura.

**Manuel de Lucena:** Mas nessa altura foi só o MPLA que não respondeu? Os outros movimentos insistiram muito para haver esse encontro nos Açores?

**Embaixador Nunes Barata:** Não, os outros não queriam ser só eles os interlocutores. Eles queriam que fossem todos.

**Manuel de Lucena:** Está bem. Mas quando o MPLA deixou de dar resposta os outros voltaram à carga? Ou a coisa foi deixada assim cair?

**Embaixador Nunes Barata:** Enquanto eu lá estive [em Belém] não houve insistência.

**Manuel de Lucena:** Quando se encontraram no Sal, o Mobutu pensou no mapa, o general Spínola deu sopa. A seguir de que é que falaram? Isso parece um desvario. Dou apoio e quero as zonas Bacongo e Cabinda. O Spínola disse que não. E depois? Foi só isso?

**Embaixador Nunes Barata:** Sim, no essencial foi isso.

**Manuel de Lucena:** Foi rápido?

**Embaixador Nunes Barata:** Não, não foi rápido. Estas coisas nunca são rápidas. O Spínola chegou, disse-lhe o que é a JSN queria fazer, qual era o programa de descolonização. Mobutu disse-lhe: «Sim, senhor». Disse que no caso de Angola nada podia ser feito sem o Zaire, que tinha um papel importante ... E depois avançou na conversa: esperava que em troca do auxílio do Zaire na

descolonização de Angola, lhe fosse dado aquele território que os colonialistas portugueses (que agora o novo regime combatia) tinham integrado em Angola quando, afinal, ele era parte integrante do território zairota. Portanto, aquilo eram heranças do colonialismo. O colonialismo belga tinha deixado aquele território ali e agora era altura de, acabado o colonialismo, aquilo voltar a ser como devia. Cabinda devia ser do Zaire e as fronteiras do norte de Angola definidas pelos colonialistas deviam ser revistas. E, portanto, isto demorou muito tempo.

**Manuel de Lucena:** Outra coisa. Nos encontros com o Agostinho Neto e com o Holden Roberto eles estavam sozinhos?

**Embaixador Nunes Barata:** Não. O Holden estava com o John Eduardo Pinock e o Agostinho Neto com o Saily Mingas, que era o representante do MPLA em Estocolmo, e um jovem, que era o representante do MPLA em Roma, de cujo nome não me lembro.

**Manuel de Lucena:** O Saily Mingas estava em Estocolmo?

**Embaixador Nunes Barata:** O Saily Mingas estava em Estocolmo. Era o representante do MPLA em Estocolmo. Ele [Agostinho Neto] estava acompanhado por essas duas pessoas e recebeu-me no hotel onde estava instalado. Minto: estava instalado em casa do cunhado, que vivia em Genebra, casado com uma irmã dele. E o encontro foi num bar de hotel na rue de Lausanne. Não sei se ainda existe [...]. Depois estivemos ali muito tempo à conversa e depois separámo-nos para ir ver o debate entre o Giscard d'Estaing e o Mitterrand. Era um debate das eleições francesas.

**Manuel de Lucena:** Aí falou só o Agostinho? Os outros só assistiram?

**Embaixador Nunes Barata:** Os outros só assistiram.

**Manuel de Lucena:** Só falou o Holden? Você não se pode aperceber de reacções de outras pessoas?

**Embaixador Nunes Barata:** No caso do Holden falava muito o chefe de gabinete do Mobutu, que era muito falador. Era um homem que,

quando eu cheguei, me disse: «Sabe – recebeu-me de pés descalços – sabe, o nosso presidente está aqui a seguir uma *politique d'authenticité*. Então, para ele, *authenticité* era andar de pés nus. Depois perguntou-me se eu queria champanhe, queijo francês, essas coisas. Uma casa óptima, lindíssima, em mármore... Mas esse falava muito ...

**Carlos Gaspar:** Em algum desses encontros, incluindo o encontro do Sal, havia alguma ideia de calendários, de prazos?

**Embaixador Nunes Barata:** Não. O Presidente queria fazer esse [outro] encontro nos Açores. Bem, e depois, é claro, havia todos os problemas internos que tornavam difícil... Tão depressa se tratava da descolonização como se estava a tratar de problemas internos. Possivelmente, se o Agostinho Neto tivesse logo dado a resposta que sim, o encontro teria tido lugar. A ideia era reunir os três e discutir mas não reconhecendo a nenhum deles o papel de único e legítimo representante do povo angolano. No fundo era essa a ideia. O que acabou por só se fazer um ano mais tarde.

**Luís Salgado de Matos:** Gostava de lhe fazer uma pergunta, mas não sobre Angola. O general Spínola alguma vez lhe contou a conversa que teve - ou não teve - com o professor Marcello Caetano quando o foi buscar ao Quartel do Carmo para o levar ao aeroporto?

**Embaixador Nunes Barata:** A conversa que teve entre o Carmo e o aeroporto?

**Luís Salgado de Matos:** Sim. Ou mesmo dentro do Carmo.

**António Ramos:** Bem, o Marcello Caetano foi de chaimite...

**Luís Salgado de Matos:** Mas não há um momento em que estão os dois juntos, em que ninguém está com eles?

**Embaixador Nunes Barata:** Quando ele chega, penso que está o [Rui] Patrício e o César Moreira Baptista numa sala ao lado. Numa sala ao lado, mas com acesso. Ele viu-os. Quando o general entrou, estava o Marcello Caetano sentado, estava sentado e levantou-se. Aliás, ele [Spínola] referiu isso. E ao lado, viu que estavam o Patrício

e o Moreira Baptista muito atrapalhados. Os outros tipos estavam à rasca. Então, o Marcello Caetano disse-lhe: «Entrego-lhe o poder para o poder não cair na rua». E o Spínola disse-lhe: «Em bom estado mo entrega; podia-se ter evitado tudo isto se o senhor me tivesse ouvido, há uns anos, quando lhe falei no problema da descolonização». E o Marcello Caetano terá dito: «Não é altura para recriminações, não é altura para estarmos a falar nisso». O Spínola comunicou-lhe: «o sr. vai ser transportado agora, vou garantir a sua segurança, vai sair do país, vai daqui para a Madeira e vai ser transportado com segurança». E parece que o Caetano depois saiu ... os outros é que estavam com pouca confiança na segurança que o Spínola lhes prometia. O Marcello Caetano parece que se portou nesse momento com dignidade e que foi para a chaimite e [daí] foi para o aeroporto.

[...]

**Luís Salgado de Matos:** Mas não tiveram nenhuma conversa substancial?

**Embaixador Nunes Barata:** Não.

**António Ramos:** E foram levados ali para o Regimento de Engenharia e colocados lá numa sala (até com dignidade) onde ficaram até serem levados para a Madeira.

**Manuel de Lucena:** Ninguém tem mais nenhuma pergunta sobre Angola?

**Carlos Gaspar:** Havia grande capacidade de iniciativa do Presidente da República. Enquanto o Governo está ocupado com outras políticas, há uma iniciativa do general Spínola em avançar para Angola...

**Embaixador Nunes Barata:** Isso foi já em Julho. Aliás, ele diz isso. Ele sempre disse: «Quando eu vi como a situação estava a evoluir, eu disse: “Angola é, de facto, a coisa mais importante. Tenho de tomar isto em mãos e conduzir o processo, eu, de descolonização de Angola”», quando viu que a coisa se encaminhava nos outros sítios.

Nessa altura tomou a iniciativa de chamar a si... No fundo, as duas viagens que fiz a Kinshasa foi para manter o contacto com a FNLA.

**[Interveniente não identificado]:** Qual era o conhecimento do ministro dos Negócios Estrangeiros?

**Embaixador Nunes Barata:** O ministro dos Negócios Estrangeiros, na altura, não sabia bem o que se tinha passado. Aliás, eu tenho uma carta do dr. Mário Soares para mim, para Belém, a dizer: «Meu caro João Diogo, sei que você foi a Kinshasa enviado pelo nosso presidente. Gostaria que entrasse em contacto comigo para me dizer o que se passou». Quando cheguei de Kinshasa estava lá aquilo, eu telefonei e disse-lhe: «Não vou dizer-lhe porque o sr. presidente vai convocá-lo, vai transmitir-lhe...» Portanto, eu não fui a Kinshasa com desconhecimento dele, ele sabia que eu ia lá. Tenho uma carta dele que me deixou no gabinete. Mas já era intenção dele chamar a si o processo de descolonização de Angola.

*Intervenção de Carlos Gaspar sobre a reunião com os líderes nacionalistas africanos, atrás referida.*

**Embaixador Nunes Barata:** Há aqueles três. Mas ainda há a reunião final. O Presidente [da República organiza-a] no antigo Ministério do Ultramar. Depois, pediu ao ministro Almeida Santos para organizar uma reunião com as chamadas «forças vivas» de Angola - partidos ou não partidos. E o dr. Almeida Santos organizou essa reunião, que teve lugar no Ministério do Ultramar, ali no Restelo, na qual estiveram o Presidente da República, o dr. Almeida Santos (ministro), o ministro da Defesa que era o Mário Firmino Miguel, tu [António Ramos] estavas lá com certeza porque eras o ajudante de campo, eu estava também ali. Ouvei o que aquelas pessoas tinham para dizer: «Angola é nossa» (ainda havia alguns nostálgicos do «Angola é nossa»), outras [pessoas eram] forças democráticas de brancos de Angola, outros estavam a formar outras forças, enfim, gente que estava a constituir-se também em partidos ...

**Fátima Patriarca:** Mas que estavam cá?

**Embaixador Nunes Barata:** Não. Vieram de Angola para essa reunião. Portanto, cada um dizia: «Nós vamos formar um partido assim, com estas características». Havia imensos, imensos partidos.

**António Ramos:** Havia um dr. Vieira que foi muito activo, muito activo.

**Embaixador Nunes Barata:** Correu-se ali o risco de uma independência unilateral, não é? De uma solução rodesiana.

**Manuel de Lucena:** Como assim?

**Embaixador Nunes Barata:** Correu-se. Correu-se o risco de uma solução rodesiana. Havia gente disposta a tomar... Aliás, isso é-me confirmado pelo actual embaixador de Angola em Roma, que é branco, e que fazia parte de um grupo de democratas de Angola.

**António Ramos:** Isso só se evitou exactamente por causa dessa reunião.

**Luís Salgado de Matos:** Mas isso já era uma coisa que vinha do tempo do Marcello...

**Embaixador Nunes Barata:** Pois, mas naquela altura correu-se esse risco.

**Manuel de Lucena:** O general Soares Carneiro disse-me uma vez que a única coisa a que se teria oposto, quando ficou encarregado de Governo em Angola, seria a uma independência branca. E, de resto, há muitas declarações logo a seguir ao 25 de Abril, o Dr. Mário Soares desmultiplica-se em declarações em capitais estrangeiras a dizer: «Não, senhor, não deixaremos». Mas de que esse fantasma existia e preocupava sinceramente muitas pessoas não tenho dúvida. Do que eu conheço de Angola, os separatistas brancos não tinham nenhum apoio militar, pelo contrário. Tinham, em princípio, má reputação entre os militares e má imprensa. E eles próprios eram muito fracos...

Se ninguém tem mais perguntas a fazer ao embaixador Nunes Barata dava então por encerrada a parte de Angola. Falta-nos só um ponto, que é um ponto, digamos, de reбуçado: a questão do contacto com o



prof. Marcello Caetano no quadro da pré-avançada do MFA. Gostava de fazer, se estão de acordo, uma recapitulação datando e seriando os contactos (o sr. general disse que tinha havido três e que tinha estado em dois) e situando os interlocutores. E, se possível, [saber] o que se disse em cada um desses encontros, que foram, pelos vistos, em nome ou representação da comissão central do MFA. Em que data, quem e do que é que se tratou em cada um deles?

**General Hugo dos Santos:** Bem, eu vou defraudar as expectativas. *António Ramos retira-se da sala por se encontrar muito cansado. Manuel de Lucena agradece a sua presença. Segue-se um diálogo entre Nunes Barata e Hugo dos Santos, imperceptível no actual estado das gravações.*

**Luís Salgado de Matos:** Faça então o favor de nos desiludir.

**General Hugo dos Santos:** Eu vou efectivamente defraudar as expectativas porque, se bem se lembram, ontem quando referi o problema das reuniões com o Prof. Marcello fi-lo num contexto muito próprio. E referi o nome porque já sabia: o José Manuel Barroso, jornalista que esteve na Guiné, referiu-o<sup>14</sup> e o [coronel Manuel] Bernardo também o referiu. Ele agarrou num deslize, o deslize obrigou-o a assumir um compromisso e ele furou um bocado o compromisso, não totalmente mas em parte, numa tese que ele estava a preparar<sup>15</sup>. O contexto que referi foi o de que havia interesse, para estudos que se estão a desenvolver, em aprofundar e saber concretamente o que foram as reuniões do tempo do Marcello Caetano com os movimentos de libertação. Num ano [1994] isso já veio a público em relação ao PAIGC; e este ano [1996] em relação ao MPLA. Falta a FRELIMO. E foi neste contexto que eu disse: «Isto foi-nos garantido pelo Prof. Marcello». Agora, o tipo de reuniões, o que é que foi feito nessas reuniões, não foi nada debatido. Não tenho nada a dizer porque não sei o que é que houve, os tais contactos através

---

<sup>14</sup> V. José Manuel Barroso, *Segredos de Abril*. Lisboa: Editorial Notícias, 1995.

<sup>15</sup> Tese de doutoramento publicada. V. Bernardo, Manuel, A. *Marcello e Spínola a Ruptura*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

da via diplomática segundo o que apareceu nos jornais e segundo o que o próprio Aristides Pereira e o Luís Cabral referem. Em relação ao MPLA não me lembro se apareceu, ou não, alguma confirmação ou não confirmação. Portanto, não sei a que nível foi, não sei absolutamente nada. Não foi publicada nenhuma palavra do Prof. Marcello em relação a essa reunião. Apenas se disse que estava a tentar em termos políticos e que já havia contactos com os movimentos da Guiné, Angola e Moçambique.

**Manuel de Lucena:** Isso é o que o Marcello diz. Mas houve três reuniões [com ele] de delegados da Comissão [Coordenadora do MFA]...

**General Hugo dos Santos:** E disse mais. Disse que havia um documento assinado pelo Marcello, que está em nossa posse. Aquilo [que eu digo] para não quebrar o compromisso, é que, ao fim de vinte cinco anos, para tudo o que é documentação oficial, haverá uma reunião e julgo que divulgará aquilo que existe. Admito a hipótese de [se considerar, face às circunstâncias, que ainda é cedo para haver essa reunião]. É cedo para que haja uma decisão. E digo isto porque sei que alguns têm essa opinião e outros não a têm. Não sei que decisão vai ser tomada.

**Manuel de Lucena:** E essa decisão será tomada pelos membros da então Comissão Coordenadora do MFA?

**General Hugo dos Santos:** A Comissão Coordenadora tem de se pronunciar. A Comissão Coordenadora é que vai definir como é que vai ser...

**Manuel de Lucena:** Essa nomenclatura do MFA às vezes escapa-me, porque há a comissão central...

**General Hugo dos Santos:** A comissão geral, a comissão alargada.

**Luís Salgado de Matos:** Anterior ao 25 de Abril?

**General Hugo dos Santos:** Anterior ao 25 de Abril.

**Manuel de Lucena:** E essa compreende a Comissão Coordenadora e a Comissão Central? São duas coisas, não é?

**General Hugo dos Santos:** Pois. Aquilo que apareceu cá fora não corresponde, em termos de estrutura, ao que foi criado pelo Movimento.

**Manuel de Lucena:** Mas isso hoje já não é secreto...

**General Hugo dos Santos:** Pois não. São dezasseis elementos do Exército, são quatro elementos da Marinha, são quatro elementos da Força Aérea. Portanto, a comissão alargada. E a decisão que foi tomada é aquela que vai ser depois... [se é com consulta interna, dos ramos, se é com consulta... confesso que não sei]; porque essa comissão é que se vai debruçar e decidir como é ou se são apenas os 24 a assumir a decisão. Conforme está escrito, podem ser [apenas] os 24 a decidir o que se vai fazer a essa documentação. Tudo o que aí está de documentação oficial. Aquilo que foi transmitido para as unidades, aquilo que foi dito para a Guiné, aquilo que foi dito para a Angola, aquilo que foi dito para Moçambique, aquilo que foi dito para Timor, aquilo que foi dito para Cabo Verde ...

**Manuel de Lucena:** Há um bibliotecário.

**General Hugo dos Santos:** Houve. Havia uma Comissão de Expediente, era assim uma coisa.

**Manuel de Lucena:** Esses é que têm guardadas essas coisas?

**General Hugo dos Santos:** Uma parte oficial não foi para aí. Aquelas coisas mais críticas não foram para aí.

**Embaixador Nunes Barata:** Mas são só os 24 que têm conhecimento desses documentos?

**General Hugo dos Santos:** Nem todos têm.

**Embaixador Nunes Barata:** E há pessoas para além dos 24 que têm, não é?

**General Hugo dos Santos:** Sim. Depois havia as comissões regionais. Quando havia uma reunião alargada dava-se uma informação. Tal e qual como se transmitia por escrito para Angola, Moçambique, Timor, etc.

**Manuel de Lucena:** Desta comissão alargada quantos são os que fazem parte da Comissão Coordenadora do Programa?

**General Hugo dos Santos:** Bem, lá está. A Comissão Coordenadora do Programa tinha, ... em termos concretos apareceram na reunião sete, oito, nove ... Agora não posso precisar bem, embora essas reuniões tenham sido em minha casa. Quando se preparou o programa, a escrita e o debate dele foi feito num quarto de minha casa. E não foi feito só num dia. Nomes agora vai ser complicado [sobretudo quanto à] Marinha. Portanto, estive o Vasco Gonçalves, estive o Melo Antunes, o Vítor Alves, estive eu, estive um indivíduo da Marinha (de que não me lembro o nome)...

**Luís Salgado de Matos:** Louro ou moreno?

**General Hugo dos Santos:** Sobre o moreno, alto e forte. Creio até que era engenheiro naval.

**Manuel de Lucena:** O Martins Guerreiro?

**Luís Salgado de Matos:** De engenharia naval só pode ser o Guerreiro.

**General Hugo dos Santos:** O Contreiras esteve uma vez, o Correia esteve uma vez.

**Manuel de Lucena:** O Ramiro? Ramiro Correia?

**General Hugo dos Santos:** Não.

**Manuel de Lucena:** Martins Correia?

**General Hugo dos Santos:** Não, não.

**Luís Salgado de Matos:** O Costa Correia?

**General Hugo dos Santos:** O Costa Correia.

**Manuel de Lucena:** E o Martins Guerreiro?

**General Hugo dos Santos:** Julgo que não. Mas, ó dr., esses nomes que estiveram nessa...

**Manuel de Lucena:** Mas são aí quantos?

**General Hugo dos Santos:** A comissão concreta creio que eram só três elementos.

**Manuel de Lucena:** A Coordenadora do Programa?

**General Hugo dos Santos:** O Vasco Gonçalves era de certeza. O Melo Antunes era de certeza absoluta. O Vítor Alves não era. O Vasco Lourenço nem estava cá nessa altura. E a certa altura apareceu o meu nome como sendo parte integrante e eu não era. Eu só bati [à máquina] depois o programa e fora de minha casa. Eu por cima tinha um tio do dr. [Nuno] Rogeiro, o jornalista, irmão do que tinha sido ministro da Saúde [Clemente Rogeiro]...

**Manuel de Lucena:** O órgão máximo era esta Comissão Central alargada?

**General Hugo dos Santos:** Era. Em termos de decisões, era.

**Manuel de Lucena:** Mas depois, a certa altura, apareceu a Comissão Coordenadora do Programa que, a seguir ao 25 de Abril, aparentou ser o órgão máximo?

**General Hugo dos Santos:** Não. O órgão máximo era...

**Manuel de Lucena:** Chamava-se às vezes só Coordenadora e às vezes Coordenadora do Programa. Isto a seguir ao 25 de Abril.

**Embaixador Nunes Barata:** Um órgão político-militar.

**General Hugo dos Santos:** Isso é o problema da deturpação que começou logo a seguir ao 25 de Abril! Porque cada um quis ocupar determinados postos. Vou referir este caso, que é pessoal e, portanto, mais fácil talvez de entender. Eu estava na cúpula [do Movimento] com outros. No entanto, quando foi a primeira reunião, pensou-se: «Vamos fazer perguntas [a Marcello Caetano], vamos para isto, para aquilo ou para aqueloutro». E eu pus o problema: «Atenção que eu estou mobilizado e não posso pertencer e vamos aqui já discutir a minha substituição». E na discussão da substituição era o Vítor Alves que me substituía. No entanto, foi salvaguardado – eu disse: «continuo, mas como vou embarcar em 1 de Abril [de 1974], e a reunião é em Dezembro [de 1973], [...] não sei se me mandam antes ou não, sei lá o que é que vai suceder aqui pelo meio. De qualquer forma é necessário prever já a minha substituição». E depois os delegados das unidades disseram: «Não. O sr. major vai

continuar até ao embarque. E o Vítor Alves só o substitui [depois do] embarque». Ora, a seguir ao 25 de Abril o Vítor Alves quis logo ocupar a minha posição, digamos assim.

**Manuel de Lucena:** E o senhor ainda cá estava?

**General Hugo dos Santos:** É evidente. Só embarquei no dia 1 de Julho. Só embarquei no dia 1 de Julho. E quando foi o problema dos conselheiros [membros do Conselho da Revolução], o Vítor Alves dizia: «Eu pertenço aqui, portanto tenho direito a ser conselheiro». E houve uns tantos que [lhe] disseram: «Ó meu major, não senhor!» E eu disse assim: «Ó pá, não vale a pena porque eu não aceito nenhum lugar político». Eu depois é que disse ao Vítor Alves: «Olha, atenção que se passou isto e eu disse isto».

**Manuel de Lucena:** Mas depois aparece uma coisa que não é nem a Comissão Central, nem a Comissão Coordenadora do MFA, mas salvo erro é a Comissão Coordenadora do Programa. E que fala de alto...

**General Hugo dos Santos:** Na altura, a que passou a ter importância foi a Comissão Coordenadora do Programa (CCP). Porque efectivamente a CCP era aquela que estava mais junta do poder de decisão.

**Embaixador Nunes Barata:** E eram sete: três do Exército, dois da Marinha e dois da Força Aérea.

**General Hugo dos Santos:** [Isso foi depois.] Porque, inicialmente, a colaboração da Marinha e da Força Aérea ... A Força Aérea só há última da hora aderiu abertamente. E a Marinha também. Na Marinha havia isoladamente indivíduos logo aderentes. A reunião que eu tive com a Marinha, no Clube Naval, foi muito complicada. A certa altura tive que dizer: «Mas afinal eu estou aqui num tribunal? Ou querem as informações para tomarem uma decisão?» A certa altura comecei a ser questionado como se fosse um réu pelos camaradas da Marinha. E depois, após Revolução, a Marinha... «máquina de comboio», logo. Cada vez que me lembro das intervenções do Ramiro Correia nessa reunião com a Marinha e depois daquilo que se passou a seguir...

Tivemos uma confrontação verbal no Instituto de Defesa Nacional, lá no auditório, em que eu lhe disse assim: «Eh pá, não vale a pena estares a repetir as frases do Salazar, nessa altura dá-me razão». Porque ele repetiu a frase integral: «Quem não está connosco está contra nós». Que é uma frase do Salazar. A resposta dele foi essa. E nessa altura eu disse-lhe: «Não é com essa que nos levas».

**Luís Salgado de Matos:** Originariamente a frase é de Cristo.

**Manuel de Lucena:** Será contra nosco.

**Luís Salgado de Matos:** Depois há variantes em mau português.

**Manuel de Lucena:** Estamos a afastar-nos no assunto. A certa altura, a Comissão Coordenadora do Programa toma maior importância ...

**General Hugo dos Santos:** São os homens politizados. No Exército a pessoa mais politizada era o Melo Antunes. Por acaso, depois viemos a saber que o Vasco Gonçalves também era. Até àquela altura desconhecíamos, desconhecíamos completamente.

**Luís Salgado de Matos:** Não sabiam já que os homens da «Abrilada de 61» achavam que ele estava próximo do PCP e que tinha saído ...

**General Hugo dos Santos:** Até ao 25 de Abril nunca houve o mínimo sinal de que ele fosse adepto de A, B ou C. E eu estou à vontade porque ...

**Manuel de Lucena:** Custa a crer...

**General Hugo dos Santos:** Custa a crer mas é verdade. Ele foi meu professor. É evidente que eu era cadete e ele era capitão e [portanto] era natural que ali não houvesse nada. Era um paz de alma, um bom homem, um papá, um vovô. Era um homem extraordinário, um camarada extraordinário. Quando há uma sessão de elucidação, depois [da reunião do movimento em] Óbidos, o Pinto Soares pede-me para eu ir à direcção da arma de Engenharia para elucidar uns tantos camaradas que ainda não tinham aderido. E o Vasco Gonçalves queria ouvir-me. E o Vasco Gonçalves [disse-me]: «É preciso ter cuidado». Mas a seguir a essa, foi à reunião da Caparica.

E nunca deu o mínimo sinal... até de estar politizado. «É preciso ter cuidado com a forma de actuar. Não se exponham». Nunca deu.

**Maria José Stocker:** Mas esse é que é o toque: «Vocês não se exponham».

**General Hugo dos Santos:** Dra., é possível. Agora eu digo-lhe assim: Que eu não tivesse notado, admito perfeitamente. O Melo Antunes, para mim, falando com Melo Antunes, ele vai dizer a mesma coisa, certamente. Aí é que eu fico admirado. O Melo Antunes, com a sua experiência, porque a tinha, um homem politizado não ter notado, é que eu fico admirado. Porque o político tem outra sensibilidade que eu não tenho. Na altura, eu politizado não estava.

**Manuel de Lucena:** Quem mandata as delegações para irem falar com o Prof. Marcello Caetano é essa Comissão Central Alargada?

**General Hugo dos Santos:** Não há mandado nenhum, não há mandado nenhum. Nós quisemos uma reunião com o Marcelo.

**Manuel de Lucena:** Quem é que decidiu?

**General Hugo dos Santos:** Não, não. Logo a seguir à reunião de Évora, julgo de 9 de Setembro de 1973, quis-se uma reunião com o Marcello, para a entrega de um documento [reivindicativo]. E há um pedido de reunião através do adjunto militar, creio que é assim que se chama.

**Luís Salgado de Matos:** O Coutinho Lanhoso.

**General Hugo dos Santos:** Então comandante da Marinha. E um dia marcam a reunião. Não me pergunte a data. Só vendo o documento. É passado pouco tempo. Julgo que é ainda em Setembro, se a memória me não falha não decorrem 15 dias. E um dia dizem-nos: «Sim, senhor, venham cá». E fui eu e o Vasco Lourenço, convencidos que íamos ter uma conversa com o Marcello. Não: ficámos pelo Lanhoso. E não saímos daí.

**Luís Salgado de Matos:** Isso é a altura em que o Marcello tenta desesperadamente fazer o golpe com o Spínola e telefona ao Spínola e ao Costa Gomes a dizer: «Fiquem com o poder, não me macem



mais!» Portanto, não os recebe enquanto não consegue empandeirar o poder para o Spínola [e o Costa Gomes]. Que dizem que não: «Não queremos».

**General Hugo dos Santos:** Não sei, confesso que não sei.

**Manuel de Lucena:** Dessa vez não vêm o Marcello Caetano?

**General Hugo dos Santos:** Não. Nem entrámos lá no gabinete do Lanhoso. Ficámos ali à porta. Porque então eu disse que se não íamos ser recebidos então não íamos ali fazer nada.

**Manuel de Lucena:** Isso para ele já era o MFA? Para o Coutinho Lanhoso vocês já eram MFA?

**General Hugo dos Santos:** Bem, não era ainda nem se pensava em Revolução nessa altura. Ainda era o Movimento dos Capitães. Era um problema profissional. O facto de não nos receberem... Então dissemos assim: «Deixamos aqui este documento, mas nós gostaríamos de falar e estamos disponíveis para falar quando quiserem». Portanto, mais tarde a iniciativa não é nossa.

**Manuel de Lucena:** É ainda só Movimento dos Capitães e tratando só de coisas profissionais?

**General Hugo dos Santos:** Só. Mais tarde, já com o Movimento, a iniciativa não é nossa.

**Manuel de Lucena:** Mais tarde é para aí quando?

**General Hugo dos Santos:** É precisamente na parte final.

**Manuel de Lucena:** Já Abril?

**Luís Salgado de Matos:** Março.

**General Hugo dos Santos:** Março e Abril.

**Manuel de Lucena:** Há duas? Há três?

**General Hugo dos Santos:** Há três.

**Manuel de Lucena:** E em quantas é que o senhor esteve?

**General Hugo dos Santos:** Estive em todas. Já não iria à quarta que esteve programada. Portanto, ia saindo um. No conjunto foram cinco [elementos presentes nas reuniões]. Primeiro três, depois saiu

um e entrou outro. Depois saiu outro e entrou outro. A seguir saía eu e entrava outro<sup>16</sup>.

**Manuel de Lucena:** Não há nenhum órgão destes, nem a Comissão Central nem a Comissão do Programa, que tenha cinco membros?

**General Hugo dos Santos:** Não é Comissão. Houve um contacto e a partir daí houve uma discussão estrita e ficou assente: «Então vamos fazer assim». E portanto se a certa altura houvesse uma quinta reunião iria outro. Porque foram assumidos compromissos ...

**Manuel de Lucena:** Sr. general, eram cinco pessoas.

**General Hugo dos Santos:** Ao conjunto das reuniões foram cinco pessoas, três de cada vez.

**Manuel de Lucena:** Mas como é que se escolheram os cinco? Como é que aparecem os cinco?

**General Hugo dos Santos:** Foi precisamente numa reunião das restritas em que dissemos: «Então vai fulano, vai fulano». Porque havia determinadas pessoas que...

**Luís Salgado de Matos:** Qual é o critério para escolher o que sai? Não é rotativo?

**General Hugo dos Santos:** Foi definido por nós. E à medida que isto se passava iam-se assumindo os compromissos.

*Perda de gravação devida à mudança de cassete.*

**Embaixador Nunes Barata:** O sr. general era major na altura. Havia algum capitão nessa comissão de capitães?

**General Hugo dos Santos:** Havia. Havia. A maior parte eram capitães.

**Embaixador Nunes Barata:** Desses cinco?

**General Hugo dos Santos:** Não. Da Comissão Coordenadora.

**Manuel de Lucena:** Dos que foram ao contacto é que era importante [saber].

**Luís Salgado de Matos:** Havia pessoas da Marinha?

---

<sup>16</sup> Esta quarta reunião não se realizou.

**General Hugo dos Santos:** Paro aqui [...]. [Mas] no dia em que se entregarem documentos, há uma coisa a que me comprometo: se o dr. continuar nesta missão e com este grupo de trabalho, não tenha dúvidas que no dia em que for distribuído tem também uma cópia do papel que me foi entregue. E sabe o resto das pessoas, etc.

**Manuel de Lucena:** Em relação ao que disse ontem. Há três reuniões. Nessas três reuniões já falam com o próprio Prof. Marcello Caetano? Esteve três vezes sentado com ele.

**General Hugo dos Santos:** Sim, senhor.

**Manuel de Lucena:** E das três vezes em nome já do MFA?

**General Hugo dos Santos:** Sim, senhor. Tomámos café com ele...

**Manuel de Lucena:** Ou em nome só dos capitães? Movimento dos Capitães ou MFA?

**General Hugo dos Santos:** MFA!

**Manuel de Lucena:** Para o Marcello Caetano essas três já são com o MFA?

**General Hugo dos Santos:** É evidente. Se houvesse ali... se ele aceitasse a força ... É evidente que a coisa tinha de ser posta primeiro para saber se: «Sim, senhor, agora vamos tentar...» E controlávamos isso com relativa facilidade ...

**Luís Salgado de Matos:** Eram só do Exército ou havia também Marinha?

**General Hugo dos Santos:** Só Exército. Desculpem este à vontade mas nessa altura nós não estávamos com grande confiança muito sinceramente [nos camaradas da Marinha]. Tinha confiança no Costa Correia. Tinha muitas dúvidas [quanto ao] Contreiras.

**Manuel de Lucena:** E tinha confiança no Coutinho Lanhoso para essas matérias?

**General Hugo dos Santos:** Não, eu conheci o Coutinho Lanhoso lá na ... Sabia que existia, mas nunca tinha falado com ele. A primeira vez foi para lhe entregar os documentos.

**Manuel de Lucena:** Nessas três conversas em que o Marcello Caetano está ...

**General Hugo dos Santos:** O Lanhoso não está.

**Manuel de Lucena:** E [Marcello Caetano] sabe que está a falar com o MFA?

**General Hugo dos Santos:** Com o Movimento. É a mesma coisa de quando fomos chamados ao governador militar de Lisboa, eu e o Vasco. A hierarquia sabia e não se assumia.

**Manuel de Lucena:** Quando é que são chamados ao Governo Militar de Lisboa?

**General Hugo dos Santos:** ... Eu fui transferido a 28 de Fevereiro ... É no mês de Fevereiro, uma semana antes, creio eu.

**Luís Salgado de Matos:** Que contactos é que tiveram com o Tomás? O Tomás, nas memórias<sup>17</sup> escreve que aconselhou o Caetano a ter contactos com o MFA e que o Caetano é que não quis ter...

**General Hugo dos Santos:** É possível. Desconheço. Como disse, não li nenhum livro por uma questão de princípio para não ser influenciado por milhares de coisas face aos compromissos que assumi.

**Luís Salgado de Matos:** Sabiam que nessa altura o Pereira Crespo estava a falar com os tipos da Marinha do MFA?

**General Hugo dos Santos:** Na parte do programa o Crespo esteve sempre.

**Luís Salgado de Matos:** Não, mas este é outro Crespo (não é o Vítor Crespo), o que era ministro da Marinha, o Pereira Crespo que teve não digo negociações mas contactos regulares com pessoas do MFA da Marinha.

**General Hugo dos Santos:** É possível. Não sei.

**Luís Salgado de Matos:** O Crespo no *Porque perdemos a guerra*<sup>18</sup> sugere - não diz claramente, mas sugere - que aconselhou o Caetano

---

<sup>17</sup> Américo Thomaz, *Últimas décadas de Portugal*, 2 vols. Lisboa: Fernando Pereira, 1980-1982.

a negociar com o MFA. O Crespo, aliás, explica porquê: não é possível haver Forças Armadas sem oficiais e, portanto, tem de se chegar a um acordo com eles.

**General Hugo dos Santos:** Estou a dizer que não e soube de contactos do Costa Correia e do Contreiras.

**Luís Salgado de Matos:** E o Pereira Crespo opôs-se a que a PIDE prendesse oficiais da Marinha ligados ao MFA, «comandantes da Armada»!

**General Hugo dos Santos:** Como é que se chama o almirante que é sogro do Vítor Alves?

**Embaixador Nunes Barata:** Era na altura o secretário adjunto da Defesa Nacional. Era um almirante Ferreira ...

**General Hugo dos Santos:** Estava previsto ir para Chefe de Estado Maior... Ah! Ferreira de Almeida.

**Luís Salgado de Matos:** Era o chefe de Estado Maior da Armada.

**Embaixador Nunes Barata:** Era o secretário adjunto da Defesa Nacional.

**Luís Salgado de Matos:** Mas no 25 de Abril era o chefe de Estado Maior da Armada.

**General Hugo dos Santos:** Como falou no Crespo .... Também sei que o Costa Correia e o Contreiras tiveram contactos com o Ferreira de Almeida e que a Marinha queria que fosse o Ferreira de Almeida, a seguir ao 25 de Abril, o chefe de Estado Maior. Ou estava indigitado, há assim uma coisa.

**Luís Salgado de Matos:** Isso acho mais esquisito.

**General Hugo dos Santos:** Pois, aí só a Marinha é que pode dizer. Aquilo que se passava nos outros ramos era relatado quando havia as reuniões inter-ramos mas não em pormenor.

**Manuel de Lucena:** Mas nos três contactos com o professor Marcelo Caetano há uma progressão, um aprofundamento de temas. São

---

<sup>18</sup> Manuel Pereira Crespo, *Porque perdemos a guerra*. Coimbra: Ed. Abril, 1977.

longos? A coisa é já política ou os primeiros contactos ainda são as coisas corporativas?

**General Hugo dos Santos:** Ele é que começa por dizer que há os contactos. E depois é ele que apresenta aquilo que considerava que devia ser feito, para ser resolvido politicamente. Portanto, é esse papel que depois lhe entrego.

*O general Hugo dos Santos, instado por Manuel Lucena a falar sobre o documento que este entregou a Marcello Caetano, recusa-se a falar no assunto por ter assumido compromissos nesse sentido. Manuel de Lucena responde dizendo que não quer saber o que diz no papel mas apenas sobre o que versa. E o general continua ...*

**General Hugo dos Santos:** Concretamente, ele ficou a saber como nós pensávamos, aquilo que podia ser feito e aquilo que estávamos dispostos a dar para ele poder avançar em termos políticos.

**Manuel de Lucena:** E chega a estar marcada uma quarta reunião?

**General Hugo dos Santos:** Chega.

**Manuel Lucena:** Mas quando marcam a quarta reunião já está marcado o 25 de Abril?

**General Hugo dos Santos:** Já.

**Manuel Lucena:** Portanto a quarta reunião é um *bluff*.

**General Hugo dos Santos:** É evidente. Não podemos dizer: «Nem pense».

**Manuel Lucena:** A quarta é *bluff*.

**General Hugo dos Santos:** Ele é que marca a quarta reunião...

**Manuel Lucena:** Está bem, mas vocês aceitam e o aceitar aí é uma finta ...

**General Hugo dos Santos:** É evidente.

**Manuel Lucena:** Vocês não lhe podem dizer: «Não, porque nesse dia a gente vai fazer uma revolução».

**General Hugo dos Santos:** A quarta reunião só [poderia ter tido lugar] se ele invertesse 180º em relação à posição da terceira reunião.

**Manuel Lucena:** Mas apesar de tudo na terceira ...

**General Hugo dos Santos:** Demos-lhe a força do Movimento.

**Luís Salgado de Matos:** É engraçado porque o Marcello faz com o MFA aquilo que já tinha feito com o Spínola: «crapuliza» o Spínola, não consegue ir até ao fim, depois repete ... «os senhores é que foram para a frente, não ficaram à espera». Foram à vida, não é? Há um outro texto que ainda nunca foi dito das relações entre o Caetano e o Spínola. O Spínola não iria para a frente tanto quanto foi se o Marcello não lhe tivesse criado a expectativa. Depois o Marcello tira-lhe o tapete. Isto é pura dedução, não tenho nenhuma prova. Mas há-de ter havido qualquer coisa.

**Embaixador Nunes Barata:** Quando?

**Luís Salgado de Matos:** Com o Senghor, por exemplo. O Caetano há-de ter feito antes um pré-acordo qualquer ...

**Embaixador Nunes Barata:** O Spínola foi para o encontro com o Senghor com autorização do Caetano. Por isso é que eu há pouco levantei a dúvida quando o António Ramos disse que o encontro teria tido lugar com o Spínola. Ele aí é respeitador da hierarquia. Ele só avançava... Queria era convencer o Governo a dar-lhe autorização. Se o Governo não lha desse, ele talvez não avançasse. Não sei se nessa fase final ele já [avançaria]. Mas foi à primeira reunião e à segunda [com autorização]. Depois a terceira era um passo em frente [...]

**Luís Salgado de Matos:** Para ser lógico, essa autorização que o Marcelo dá tem de se inserir num esquema conjunto, dada a importância do tema, tem de se inserir numa ideia de «manobra», como o general Spínola dizia, [manobra] conjunta que ele - o general Spínola - e o Marcello partilham. Um comandante-chefe português não se pode encontrar com um presidente de um país inimigo como quem vai ao cinema. E o presidente do Governo também não pode autorizar sem que haja uma ideia de conjunto sobre onde é que isso vai dar. Há-de ter havido qualquer coisa.

**Embaixador Nunes Barata:** Não, não, não. Eu penso que não. Neste caso não. Uma vez que ele já estava ... eu não sei quando é que começaram esses contactos, já não me lembro bem, esses contactos - que eram restritos - com o PAIGC em Londres... Mas, se nessa altura, Caetano já tinha a ideia de caminhar nesse sentido era para entreter o Spínola. Porque o Spínola queria era avançar. «Então encontre-se lá com o Senghor.» Aquilo eram conversas e enquanto as conversas não chegassem a nada de concreto... As conversas chegaram logo no encontro com o Amílcar Cabral, e aí [Caetano] mandou parar. Agora, o Spínola disse: «Eu quero encontrar-me porque eu acho que é útil um encontro com o Senghor». Ele tinha a ideia de que o Senghor era um político moderado africano. «Está bem, encontre-se lá com o Senghor». Portanto, para acalmar o Spínola. E enquanto o Senghor vai e vem folga o Caetano. «Está bem, encontre-se lá.» «Um segundo encontro? Está bem, está bem». Agora um encontro com Amílcar Cabral, isso é que já não.

**Manuel de Lucena:** [Quando] o Caetano fala em contactos com os movimentos - quer com o PAIGC, que com o MPLA e a FRELIMO - a sua sensação não é a de pura finta?

**General Hugo dos Santos:** Não.

**Manuel de Lucena:** Eu pergunto-lhe isto porque ele vos pediu para indicar uma pessoa para ir falar com o MP...

**General Hugo dos Santos:** Ora, aí é que eu acreditei. Na primeira vez que ele fala, eu não acredito. Quando ele diz que está mais numa de [?] que nós indicássemos uma pessoa, aí acreditei.

**Manuel de Lucena:** Isso é na última reunião.

**General Hugo dos Santos:** Na última reunião.

**Manuel de Lucena:** Mas mesmo assim, você diz ...

**General Hugo dos Santos:** Não podemos dizer nada. Era coincidente com o 25 de Abril.

**Manuel de Lucena:** Se isso tem sido na reunião anterior admite que pudesse não ter acontecido o 25 de Abril?



**General Hugo dos Santos:** Na anterior ainda íamos a tempo de alterar.

**Embaixador Nunes Barata:** Com a FRELIMO eram conhecidos os contactos através do [Jorge] Jardim. Com o MPLA é que me surpreende [...]. Quem é que fez os contactos?

**General Hugo dos Santos:** Não sei, veio no jornal. Isto que estou a dizer dito pelo Prof. Marcello ... há que averiguar e encontrar pistas para ver concretamente o que é que se estava a passar. Para saber se o Marcello tinha ou não tinha vontade de resolver o problema politicamente. Aí é a minha grande dúvida. Porque eu digo assim: então, se até lhe foi dada a força para resolver politicamente a questão e ele pareceu inicialmente querer diálogo connosco, depois acobarda-se?

*Intervenção imperceptível.*

**General Hugo dos Santos:** Nas tais conversas com o José Araújo fora das conversações eu confrontei-o com essa coisa. E ele: «Palavra de honra que não senhora» em relação ao PAIGC. Eu não lhe disse que tinha sido o Prof. Marcello. O José Araújo tinha muitos opositores no PAIGC, na Guiné e em Cabo Verde, até porque tinha feito a maior parte da vida em Angola. E, como o MPLA não aceitou os seus serviços, ele foi para ali, mudou-se.

**Embaixador Nunes Barata:** Desculpem, mas tenho de sair agora. Agradeço mais uma vez o convite.

*Troca de impressões informal quando a reunião é interrompida pela saída do embaixador Nunes Barata. Luís Salgado de Matos esclarece o verbo crapulizar com empregou com o sentido de sugar ou vampirizar. A propósito, Fátima Patriarca evoca a possibilidade de Spínola (capaz de projectar vigorosamente na metrópole a sua acção na Guiné) sugar Marcelo Caetano mais do que ser sugado. Luís Salgado de Matos admite especulativamente que tenha havido entre os dois um acordo (rompido por Caetano), prevendo o acesso de Spínola à Presidência da República.*

**General Hugo dos Santos:** Se o Marcello pensou usar paliativos com o Spínola é porque não conhecia o Spínola. O Spínola era capaz de engolir o primeiro paliativo, mas não engolia o segundo de certeza absoluta.

**Luís Salgado de Matos:** Mas foi engolindo. Aceitou ser nomeado vice-chefe do Estado Maior General.

**General Hugo dos Santos:** Está bem, até ao rompimento.

**Luís Salgado de Matos:** O general de cavalaria vice-chefe do Estado Maior? Vice? Não me soa bem. Aceitou uns paliativos, uns Saridons.

**General Hugo dos Santos:** Aceitou porque lhe servia os intentos, atenção.

**Luís Salgado de Matos:** Porque lhe convinha, com certeza.

**General Hugo dos Santos:** [E para ele], aquele lugar, em relação ao que se estava a passar, era «ouro sobre azul» porque passou a ter um canal de comando todo para ...

**Luís Salgado de Matos:** Mas o Spínola perdeu muito com isso porque simbolicamente passou a aparecer aos olhos da opinião pública como o subordinado do general Costa Gomes. Bem, um é chefe e o outro é vice-chefe.

**General Hugo dos Santos:** Isso é o problema da hierarquia militar. Em termos de opinião pública até aceito isso; em termos militares, não. É que em termos militares não passou.

**Fátima Patriarca:** E quem era conhecido a partir do livro era o Spínola, não era o Costa Gomes...

**General Hugo dos Santos:** E para nós, que estávamos na organização, era «ouro sobre azul». Quando são [demitidos]... Alto! Há que acelerar. 16 de Março, mais acelerador. Porque se não fosse isso não era no dia 25 de Abril.

**Fátima Patriarca:** Se não tivesse havido 16 de Março [o golpe] não era no 25 de Abril?

**General Hugo dos Santos:** Não estávamos sequer em fase de se poder avançar, a não ser pelas acelerações que se fizeram. Aquilo

que nós estávamos a prever era [fazê-lo] na rendição de férias, Agosto/Setembro, [porque] ficava nas unidades quem era pró e entrava de férias quem era contra. Era muito mais fácil.

**Fátima Patriarca:** Disse que se não houvesse 16 de Março seria [nessa] rendição?

**General Hugo dos Santos:** Nessa altura não estava data nenhuma marcada. E aquilo que tínhamos em pensamento (os operacionais, digamos assim), apontava para uma data possível. Para orientar as pessoas: «Atenção, neste período não sai ninguém». Tal qual como dissemos, neste período: «Atenção que vai haver informação». Não fixámos o dia 25 de Abril. Por acaso, numa reunião não muito alargada, mas já com muita gente, o Otelo tem um deslize: «Então até 25». A seguir tivemos que montar um esquema e dizer que íamos provocar o movimento e aproveitar o 1 de Maio para continuar aquilo que estava previsto em relação ao 1 de Maio, mas em termos militares. Quando tivemos a confirmação da PIDE de que isto era conhecido, portanto, de que tinha sido dado conhecimento às hierarquias, pronto, aí ficámos descansados porque não tivemos informação nenhuma [de que o 25 de Abril fosse conhecido]. E isto foi feito, é claro, através de telefones que sabíamos que estavam sob escuta. Nós tivemos sempre o conhecimento, senão de todos, de quase todos a quem deviam ser dadas ordens para...

**Luís Salgado de Matos:** Os senhores tinham acesso à CHERET [Chefia do Reconhecimento das Transmissões]?

**General Hugo dos Santos:** Não, nessa altura não.

**Luís Salgado de Matos:** E havia alguém do Movimento que estivesse na CHERET?

**General Hugo dos Santos:** Sim, havia o Vasco Lourenço.

**Luís Salgado de Matos:** Porque a CHERET tinha capacidade para decifrar essa macacada toda.

**General Hugo dos Santos:** Nós, essas informações obtivemos através da PIDE.

*Manuel de Lucena dá por encerrada a sessão e agradece a Hugo dos Santos.*